

SOCIOLOGIA

NÚMERO TEMÁTICO | 2016

Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

Ana Caetano

Ana Gonçalves

Walter R. Heinz

Magda Nico

Vanessa Cunha

Diana Carvalho

Pedro Abrantes

Rita Gouveia

Vasco Ramos

Cláudia Casimiro

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

NÚMERO TEMÁTICO - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios
metodológicos

PORTO • 2016

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO DO NÚMERO TEMÁTICO:

Magda Nico, Vanessa Cunha, Cláudia Casimiro

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL 7

NOTA DE APRESENTAÇÃO 8

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz 20

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos 38

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano 58

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho 75

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves 94

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo	
Pedro Abrantes	111
Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida	
Rita Gouveia	133
ESTATUTO EDITORIAL	153
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	154
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	157

Editorial

O número temático da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* de 2016 centra-se no tema “Famílias e curso de vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos”. Apresenta-se um naipe de estudos, com uma forte e densa componente empírica resultante de um esforço de investigação sociológica, que consideramos ser um importante contributo científico. Confrontamo-nos com uma nova temática, que emerge da interseção entre as problemáticas da família e do curso de vida. Entre nós encontra-se ainda num momento iniciático, já pautado por projetos de investigação e publicações de natureza vária. Esperamos que os artigos que aqui se publicam possam contribuir para o reforço e, particularmente, o acréscimo da visibilidade da temática no seio da comunidade dos cientistas sociais.

Para a publicação do presente número temático a ação de coordenação de Magda Nico, Vanessa Cunha e Cláudia Casimiro foi fundamental. Agradecemos vivamente a sua participação.

O diretor da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Carlos Manuel Gonçalves

Nota de apresentação

Magda Nico

Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Vanessa Cunha

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

Cláudia Casimiro

Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

(Coordenadoras do número temático)

Este número temático pretende oficializar e consolidar a relação entre dois domínios importantes da sociologia em Portugal. De um lado, a sociologia da família, um domínio clássico, pluri-institucional e multi-método, central à institucionalização da sociologia em Portugal, com grande e crescente produção científica, e reconhecido estabelecimento de pontes constantes com outros domínios sociológicos e das ciências sociais. De outro, a perspetiva do Curso de Vida, que deve ser entendida enquanto manifestação de um dos “domínios clássicos duradouros” e “marca genética” da investigação sociológica em Portugal, o da “reflexão epistemológica e teórico-metodológica” (Machado, 2009). Esta perspetiva representa um paradigma teórico e, simultaneamente, um instrumento metodológico com grande protagonismo na América do Norte e em muitos países Europeus, que começa a dar passos firmes em Portugal. Os debates teórico-metodológicos sobre os instrumentos usados para levar a cabo pesquisas sobre o curso de vida são muito ricos, empolgados e atuais, levantando questões

epistemológicas sobre a validade dos paradigmas da causalidade ou da descrição para o estudo de problemáticas sociais e para a comunicação com outras disciplinas. A sociologia da família é um dos domínios com relações mais estreitas e privilegiadas com estes debates, aos quais pretendemos agora dar protagonismo e profundidade empírica através da organização deste número temático da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.

Este número surge no seguimento de uma estratégia de divulgação e internacionalização da Secção Temática Famílias e Curso de Vida da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), criada em 2013, que alia a investigação emergente sobre curso de vida à tradição da sociologia da família em Portugal. Surge também na sequência de um seminário internacional organizado em 2015 por esta secção, com apoio da APS e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e numa parceria entre várias Universidades e Centros de Investigação. Este evento debruçou-se sobre os avanços e os desafios metodológicos do cruzamento destes dois domínios, procurando estabelecer debates em torno da complementaridade entre teoria e métodos, entre princípios conceptuais e instrumentos analíticos, entre as visões qualitativas e as quantitativas sobre a família e sobre o curso de vida. Pretendeu-se contribuir para a criação de mais canais de comunicação, troca e combinação entre os vários métodos do curso de vida, considerados por alguns como uma bênção analítica (Heinz, 2003), e dar também visibilidade às pesquisas qualitativas do curso de vida, como fica patente no artigo de Walter Heinz.

As combinações possíveis e concretizadas entre Família e Curso de Vida são múltiplas. Por um lado, porque a noção conceptual de família, e os estudos sociológicos que sobre ela se debruçam, são heterogéneos, incluindo: a formação da família, a conciliação entre trabalho e família, a parentalidade, a transição para a vida adulta e tantos outros conceitos e processos. A família pode ainda ser usada como unidade de recolha e análise de dados, como fica patente no artigo de Ana Gonçalves; como hipótese teórica relativamente a um determinado tópico, como por exemplo as redes sociais ou as trajetórias individuais, como bem mostram os artigos de Rita Gouveia, Vasco Ramos e Diana Carvalho; ou, ainda, como preditora de biografias ou trajetórias individuais. É sobejamente conhecido o efeito das origens sociais ou da classe social de origem nas trajetórias individuais, efeito esse que tem as suas raízes no contexto da família ou da

socialização primária que esta proporciona, aspetos que estão particularmente patentes nos artigos de Ana Caetano e de Pedro Abrantes.

Por outro lado, porque também o Curso de Vida, ou Percurso de Vida (dependendo da terminologia francófona ou anglo-saxónica adotada), tem múltiplos entendimentos que, além do mais, não são mutuamente exclusivos. Como Elder (1975, 1985), Elder e Giele (2009), Elder, Johnson e Crosnoe (2002), George (2002), O’Rand (2002), O’Rand e Kreckler (1990), Dannefer (2002), e outros, têm reiterado, o Curso de Vida tem um duplo papel, já que, deve ser encarado enquanto “constructo” a ser descrito ou explicado; e enquanto teoria explicativa que propõe “o uso das experiências passadas como meio de estudar os resultados subsequentes” (Dannefer, 2002: 647). Enquanto estratégia explicativa, a perspetiva do curso de vida tem como objetivo a compreensão da forma como as condições da ocorrência de determinados eventos influenciam a direção do curso de vida (Dannefer, 2002: 653). Assim, e associando a perspetiva do curso de vida à sociologia da família, estariam neste papel incluídos os estudos sobre a formação e a evolução de agregados domésticos, o estabelecimento e a manutenção de redes de apoio familiares, o calendário e o ritmo das primeiras transições familiares, residenciais e parentais, temas que foram abordados, respetivamente, por Vasco Ramos, Rita Gouveia e Diana Carvalho.

De forma complementar, o Curso de Vida deve cumprir uma função de “orientação teórica”, isto é, a perspetiva do curso de vida deve ser entendida como um campo de “inquirição comum que providencia um quadro analítico para análises descritivas e explicativas” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 4), ou como um “quadro que guia a investigação em termos da identificação e formulação do problema, da selecção das variáveis e da estratégia de desenho e de análise” (Elder e O’Rand, 2009: 431). Elder, Johnson e Crosnoe (2002) chamam mesmo a atenção para a confusão conceptual que ocorre do facto de se encarar o *life course* como um “constructo” e não exclusivamente como orientação teórica¹. Este papel teórico do Curso de Vida é aquele em que a sociologia (da família) em Portugal menos tem avançado, o que é compreensível se

¹ Esta confusão conceptual teve como consequência uma utilização indiferenciada, e errada, de outros termos como “*life span*”, “*life history*” ou “*life cycle*” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002; O’Rand e Kreckler, 1990). Esta “economia linguística” (Adams, 1979 citado por O’Rand e Kreckler, 1990: 242) é criticada por Elder, que recusa o estatuto de sinónimos a estes termos. Elder, Johnson e Crosnoe referem que um estudo do “*life span*” apenas define o intervalo temporal do objecto de estudo, neste caso, bastante longo e a abarcar a quase totalidade do tempo de vida, enquanto “*life history*” é definida como instrumento metodológico que recolhe cronologia exata das atividades e eventos ao longo da vida e o “*life cycle*”, por sua vez, tem sido utilizado para descrever uma determinada sequência dos eventos da vida, especialmente no que se refere ao processo reprodutivo de uma geração para a outra não considerando o contexto histórico nessa análise (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 4-9).

tivermos em conta que o desenvolvimento e posicionamento teórico é mais lento do que o desenvolvimento metodológico ou atualização empírica, e requer projetos de investigação longos e sustentáveis.

A perspetiva do curso de vida exerce ainda uma terceira importante função, a de proporcionar, em consonância com os princípios teóricos que convoca e defende (*timing of lives, agency, linked lives* e *cultural and historical location*), um *continuum* entre as abordagens e os métodos quantitativos e as abordagens e os métodos qualitativos, que devem, por ser turno, ser integrados por forma a compreender a estabilidade e a mudança nas vidas e nos comportamentos ao longo do tempo (Laub e Sampson, 1998: 229). Ainda existem, dada a natureza dos princípios teóricos e o material empírico que lhes está mais evidente ou imediatamente subjacente, relações privilegiadas entre determinados princípios do Curso de Vida com os métodos quantitativos (nomeadamente o *timing of lives*) ou com os métodos qualitativos (como por exemplo a *agency* ou a *cultural and historical location*). Esta dicotomia, ainda frequente, deve ser entendida como algo a ultrapassar, como argumenta Walter Heinz.

Seria legítimo questionarmo-nos se, face a esta diversidade de configurações e combinações entre estes múltiplos entendimentos da família, por um lado, e do Curso de Vida, por outro, se pode falar de uma identidade própria. Utilizar a metáfora da relação amorosa entre estes dois domínios, seria o equivalente a perguntar o que há de monogâmico, de exclusivo, de especial, nesta relação. Olhando tanto para o passado, para a demografia histórica e sua relação com a emergência e a institucionalização da perspetiva do curso de vida (Hareven, 1978), como para o contexto contemporâneo das ciências sociais, rapidamente somos levados a verificar a estreita e especial relação entre estes dois domínios. Em 2009, Billari, num editorial do *Advances in Life Course Research*, argumentava que “*the life course is coming of age*” (Billari, 2009). Descobriu o autor, nesta análise, que os estudos da família, a gerontologia, a demografia e os estudos de género – áreas intrínseca e concretamente imbuídas nos estudos da família em Portugal e não só – eram as áreas ou disciplinas onde um número mais significativo de publicações internacionais usava “*life course*” como palavra-chave.

Em Portugal, o Curso de Vida ainda não está “*coming of age*”. Um exercício idêntico ao de Billari, de procurar “curso de vida” ou “percurso de vida” nos títulos e/ou palavras-chave das publicações em Português ou sobre Portugal revelou-se, assim, curto e

infrutífero. Embora os passos que o Curso de Vida tem dado sejam sobretudo no âmbito da sua relação, especial mas não exclusiva, com a sociologia e os estudos da família, o uso explícito da terminologia e da abordagem propriamente dita é ainda residual. Sublinhamos “explícito”. A decisão de unir, numa mesma secção temática, Famílias e Curso de Vida não foi uma decisão artificial, mas fez parte da oficialização de uma relação, até então desenvolvida de forma discreta. Assim sendo, apesar de não termos números que nos permitam construir tabelas e gráficos tais como os que Billari elaborou, temos evidências para afirmar que esta relação entre Famílias e Curso de Vida está a tornar-se mais visível e reconhecida, ao criar pontes com outras áreas e domínios do saber sociológicos e afins.

Uma primeira fase da história desta relação pautou-se por alguma invisibilidade e por um transversal carácter implícito ou secundário às investigações, essencialmente por dois motivos. Um primeiro tem a ver com o facto do Curso de Vida em Portugal ter mais a função de dispositivo metodológico ou de situar a investigação numa determinada fase de vida (infância, transição para a vida adulta, envelhecimento, etc.) do que, pelo menos explicitamente, de abordagem teórica. Um segundo motivo tem a ver com o facto de as investigações sobre o curso de vida terem, pela sua natureza, algo da “ciência lenta” e de projetos de investigação longos. Aqui merecem ser mencionados vários projetos de investigação em curso ou recentemente terminados em várias instituições portuguesas: “Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa” (ISCTE-IUL, Dinâmia-CET); “Retratos de Família do Portugal Contemporâneo: Gerações, Cursos de Vida e Mobilidade Social” (CIES-IUL), “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O percurso de vida numa perspetiva intergeracional” (ICS-ULisboa); ou “EPITeen24: Reproduzir ou contrariar o destino social” (ISCSP-ULisboa). Mas também projetos de doutoramento como: “Vidas Reflectidas: Sentidos, Mecanismos e Efeitos da Reflexividade Individual”, de Ana Caetano; “*Personal networks in Portuguese Society: a configurational and lifecourse approach*” de Rita Gouveia; “Percurso de vida em Portugal. O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares”, de Vasco Ramos; “Entre a escola e o trabalho na entrada para a vida adulta: novos contributos a partir de um estudo longitudinal de uma geração nascida em 1990”, de Diana Carvalho; “transmissão familiar e intergeracional do fado em Lisboa” de Ana Gonçalves; ou “Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida”, de Magda Nico. Mais do que os

projetos de investigação, estes projetos de doutoramento tendem a usar a perspectiva do curso de vida como abordagem teórica e instrumento crítico. É a alguns destes projetos individuais e de equipa que pretendemos, precisamente, dar visibilidade neste número.

Numa segunda fase – mais oficial – deste relacionamento entre famílias e curso de vida, verifica-se: um grande rejuvenescimento do campo de saberes da família também por conta desta ponte realizada com o curso de vida; o uso crescente de novas metodologias, nomeadamente quantitativas, inovadoras para o contexto português (como *event history analysis* ou *sequence analysis*); o reforço e reposicionamento teórico de alguns instrumentos qualitativos de recolha de informação; e uma reconexão dos estudos da família ao estudo da estratificação social, por via do princípio teórico da localização cultural e histórica, , como aliás havia sido feito abundantemente na fase inicial da sociologia da família em Portugal (Machado, 2009: 313).

É numa espécie de inauguração de uma terceira fase, a de disseminação e discussão de resultados e estratégias metodológicas e analíticas, que se reúnem numa mesma publicação - a primeira em Portugal sobre aspetos metodológicos da família e do curso de vida - artigos desenvolvidos por um reconhecido especialista internacional e por investigadores que têm desenvolvido pesquisas sobre o curso de vida no âmbito da sociologia da família em Portugal. Em conjunto, estes artigos atravessam parte da paleta metodológica do curso de vida, usando abordagens quantitativas e qualitativas, de paradigmas causais ou descritivos, com unidades de análise individuais ou familiares, apresentando-se, assim, como um mapa diverso das metodologias recentemente usadas na sociologia da família em Portugal.

Walter Heinz abre este número temático com um artigo intitulado *Conceptual foundations of qualitative life course research*. Se, por um lado, o autor marca uma posição qualitativa desde o seu título até aos princípios do Curso de Vida, que convoca de forma privilegiada, passando pelos conceitos que mobiliza e propõe, por outro lado, as sugestões latentes e transversais no seu artigo são as de que todos os princípios do Curso de Vida devem ser respeitados de igual forma (e não apenas por conveniência de acesso ou recolha de dados, quantitativos leia-se), e que nenhum, mesmo aqueles que remontam às origens de determinadas disciplinas ou que estão nas fronteiras entre as mesmas, devem ser tomados como garantidos. Ao limite, todos os princípios do Curso de Vida fazem, por natureza e competência, a ponte entre as metodologias quantitativas e qualitativas, entre as

abordagens macro e micro. Cabe a cada investigador atravessá-la. Walter Heinz, num artigo de cariz teórico e epistemológico, propõe que se revise a noção de “passagem de estatuto”, que se re-elabore a noção de agência, e que se acolha o seu conceito de “auto-socialização”, discutindo as implicações metodológicas da introdução destes conceitos.

Vasco Ramos utiliza a sua análise das trajetórias familiares em Portugal para questionar e “localizar histórica e culturalmente” a validade de teorias, muitas vezes colocadas em espetros epistemológicos distintos, sobre a mudança ou continuidade social, sobre a pluralização e a manutenção de trajetórias, sobre o passado e presente. Usa a perspetiva do curso de vida na sua plenitude, isto é, nas três funções que acima se descrevem. Utiliza para o desenvolvimento desta análise dados de um dos poucos projetos sobre o curso de vida em Portugal, aplicando-lhes uma inovadora análise de sequências que permite a identificação de diferentes perfis de co-residência, a saber: *a parental precoce, a parental tardia, da parental à complexa, de acolhimento, da complexa à parental e a monoparental na origem*. As diferentes representações destes perfis por coortes etárias permite-lhe avançar com a tese de que tem sido limitada a pluralização das trajetórias familiares (até à primeira fase adulta – até aos 35 anos) em Portugal nas últimas oito décadas. Assim sendo, avança igualmente que o alcance das populares teses sobre a pluralização dos cursos de vida e sobre a influência associal dos processos de individualização nestes mesmos cursos de vida é limitado. Avança ainda com a necessidade de um olhar holístico sobre o curso de vida, defendendo a necessidade de ir buscar fora da família (ao mercado de trabalho, ao contexto económico, etc.) causas próximas e últimas para a emergência ou reprodução de trajetórias.

Ana Caetano propõe analisar a formação da reflexividade individual enquanto “constructo” do curso de vida (Dannefer, 2002). Baseando-se em material empírico de natureza intensiva – 20 entrevistas biográficas a homens e mulheres com idades, origens sociais e qualificações escolares e profissionais diversas – (Caetano, 2013), a autora sugere que é a socialização familiar precoce, fortemente balizada pelos contextos sociais de pertença, que fornece as coordenadas para a formação da reflexividade individual, ao transmitir as “primeiras grelhas de interpretação do mundo”. A partir da apresentação de quatro perfis distintos de formação da reflexividade individual - *auto-referencial, funcional, resistente e pragmático* -, a autora demonstra que a reflexividade, se bem que performativa ao longo do curso de vida, ecoa os “estímulos” transmitidos na socialização familiar

precoce. É a apropriação contínua e acumulada desses “estímulos”, mais ou menos diretos, que molda a “forma como cada pessoa observa e interpreta o mundo”.

Diana Carvalho oferece uma análise exploratória das transições precoces para a vida adulta em Portugal e na Europa. Com recurso ao *European Social Survey 2006*, e elegendo quatro marcadores clássicos dos estudos das transições (saída de casa dos pais, início da conjugalidade, primeiro casamento e transição para a parentalidade), a autora propõe conhecer as transições precoces (*i.e.*, que ocorrem até ao percentil 25 da distribuição) em três coortes geracionais: a que nasceu até 1949; a que nasceu entre 1950 e 1969; e a que nasceu de 1970 em diante. A partir de cálculos próprios que permitem uma aproximação cada vez mais fina aos calendários transicionais, Diana Carvalho faz uma análise inter e intra-geracional da realidade das transições precoces e situa o caso português no contexto europeu. Ao focar a precocidade das transições e as continuidades geracionais, em vez de o adiamento e as ruturas, a autora brinda-nos, neste artigo, com uma abordagem metodológica inovadora e com uma leitura crítica das narrativas dominantes nos estudos das transições para a vida adulta.

Ana Gonçalves propõe, com o seu artigo, uma articulação entre memórias familiares e curso de vida e procura, através de uma metodologia qualitativa que explora relatos biográficos de fadistas, realçar o modo como as relações entre ambos se processam. A perspetiva do curso de vida, cujo enfoque se ancora na interface entre dinâmica temporal e eixo biográfico, não é propriamente um objeto novo na sociologia, mas é inovador o modo como neste artigo a memória familiar é sujeita a interpretações e a uma análise mais sistemáticas. A autora, tomando como universo empírico de recolha e de análise de dados as famílias dos fadistas e os processos de socialização que se projetam na carreira dos mais jovens fadistas, estabelece um elo causal entre várias temporalidades – biográfica, geracional, contextual e histórica – e, de forma estimulante, convoca e articula, conceitos como os de configuração familiar, memória social, relatos biográficos cruzados e cursos de vida na sua dimensão contextual e processual.

O artigo de Pedro Abrantes apresenta-nos uma investigação sociológica de carácter exploratório que se foca na tensão entre unidade e pluralidade de trajetórias individuais, influenciadas pelos processos de socialização. O autor, partindo de um projeto mais alargado onde se debruça sobre 52 narrativas autobiográficas construídas em processos de formação e certificação, analisa, neste artigo, em particular e em profundidade, uma dessas

histórias de vida, articulando-a com os padrões observados na totalidade das narrativas recolhidas e também aqui discutidos. Ao passo que a infância e a adolescência parecem ser vividas como experiências unificadas, a vida adulta tende a emergir de forma mais plural e por seu turno associada, por um lado, à vida profissional e, por outro, à vida familiar. Já relativamente a outras dimensões, como o lazer, a relação com o corpo ou a participação cívica, as narrativas demonstram como a sua importância pode ser variável – tendência que sugere uma relativa autonomia das experiências, lógicas e papéis assumidos em cada uma destas dimensões. Se, num certo sentido, esta “multidimensionalidade da vida”(para usar uma expressão do autor) constitui uma libertação, porque mitiga o determinismo familiar e de classe, num outro sentido também pode implicar que sujeitos com recursos díspares “se afirmem, em paralelo, em cada dimensão e conciliem, em cada momento, as disposições e exigências de cada uma delas”.

Rita Gouveia dá-nos a conhecer um retrato atual das redes pessoais na sociedade portuguesa, a partir de resultados extensivos da investigação “Trajetórias familiares e redes sociais”, que procurou reconstituir o percurso de vida de três coortes geracionais: uma nascida em 1935-40; outra, em 1950-55; e a terceira, em 1970-75. Segundo a autora, as teorias da individualização, da nuclearização e da crise da família revelam um alcance limitado para apreender os mapas de relações íntimas nas sociedades contemporâneas. Convocando uma perspectiva configuracional e tipológica das redes pessoais, baseada na atribuição subjetiva e não apriorística das relações de afinidade, Rita Gouveia identifica e caracteriza sete tipos de configurações: a *conjugal extensa*, a *nuclear fechada*, a *nuclear aberta*, a *amizade e ascendentes*, a *orientada para fratria*, a *feijoeiro-descendente* e a *orientada para filhos adultos*. Esta abordagem conceptual e metodológica inovadora no quadro da sociologia portuguesa permitiu revelar a pluralização das redes pessoais assente em diferentes constelações de laços de parentesco e não-parentesco; uma pluralização limitada pelos contextos sociais e pelo percurso de vida. Aqui se percebe como a fase do ciclo de vida, a acumulação de transições e o reservatório demográfico do indivíduo desempenham um papel determinante na configuração da sua rede de relações íntimas.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Pedro (2013), *Escola da Vida*, Lisboa, Editora Mundos Sociais

NICO, Magda; CUNHA, Vanessa; CASIMIRO, Cláudia (2016), “Nota de Apresentação”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 8 – 19.

- BERTAUX, Daniel, DELCROIX Catherine (2000) “Case histories of families and social processes: enriching sociology” in Prue Chamberlayne,; Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.) *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London: Routledge, pp. 71-89.
- BILLARDI, Francesco C. (2009), “The Life Course is Coming of Age” (Editorial), *Advances in life Course Research*, vol. 14 (3), pp. 83-86.
- CAETANO, Ana (2013), *Vidas Reflectidas: Sentidos, Mecanismos e Efeitos da Reflexividade Individual*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- DANNEFER, Dale (2002), “Toward a Global Geography of the Life Course: Challenges of Late Modernity for Life Course Theory”, in Jeylan Mortimer, T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 647-576.
- ELDER, Glen H. (1975), “Age Differentiation and the Life Course”, *Annual Review of Sociology*, vol.1, pp. 165-190.
- ELDER, Glen H. (1985), “Perspectives on the Life Course”, in Glen H. Elder Jr., (Ed.), *Life Course Dynamics. Trajectories and Transitions, 1968-1980*, Ithaca and London, Cornell University Press, pp. 23-49.
- ELDER, Glen H., GIELE Janet Z.(2009), “Life Course Studies: An evolving Field”, in Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press, pp. 1-24.
- ELDER, Glen H., JOHNSON, Monica Kirkpatrick, CROSNOE, Robert(2002), “The emergence and Development of Life Course Theory”, in Jeylan T. Mortimer e Shanahan, Michael J. (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 3-19.
- GEORGE, Linda K. (2002), “Life Course Research. Achievements and Potential”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 671-680.
- GOUVEIA, Rita. (2014). *Personal networks in Portuguese Society: a configurational and lifecourse approach*. Tese de doutoramento em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- HARAVEN, Tamara K. (Ed.) (1978), *Transitions. The family and the life course in a historical perspective*, New York, Academic Press.
- HEINZ, Walter (2003), “Combining Methods in Life-Course Research: a Mixed Blessing?”, in Walter Heinz e Victor Marshall, *Social Dynamics of the Life Course. Transitions, Institutions and Interrelations*, New York, Walter de Gruyter, pp. 73- 92.

NICO, Magda; CUNHA, Vanessa; CASIMIRO, Cláudia (2016), “Nota de Apresentação”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 8 – 19.

LAUB, John H.; SAMPSON Robert J. (1998), “Integrating quantitative and qualitative data”, in Janet Z. Giele e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage, pp. 213-230.

MACHADO, Fernando Luís (2009), "Meio Século de Investigação Sociológica em Portugal - uma Interpretação Empiricamente Ilustrada", *Sociologia*, vol. 19, pp. 283-343.

NICO, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

O’RAND, Angela M. (2002), “The Future of the Life Course. Late Modernity and Life Course Risks”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 693-701.

O’RAND, Angela M.; KRECKER, Margaret L. (1990), “Concepts of the Life Cycle: Their History, Meanings, and Uses in the Social Sciences”, *Annual Review of Sociology*, vol. 16, pp. 241-262.

RAMOS, Vasco (2015), *Percurso de vida em Portugal. O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares*. (Tese de doutoramento em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Projectos

“Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O percurso de vida numa perspetiva intergeracional” (ICS-ULisboa)

EPITeen24: Reproduzir ou contrariar o destino social (ISCSP-ULisboa)

Retratos de Família do Portugal Contemporâneo: Gerações, Cursos de Vida e Mobilidade Social (CIES-IUL)

Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa” (ISCTE-IUL, Dinâmia-CET)

Magda Nico (autora de correspondência). Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Departamento de Métodos de Pesquisa Social da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa. Endereço de correspondência: Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Av. das Forças Armadas - 1649-026 Lisboa, Portugal. *Email*: magda.nico@iscte.pt

NICO, Magda; CUNHA, Vanessa; CASIMIRO, Cláudia (2016), “Nota de Apresentação”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 8 – 19.

Vanessa Cunha. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 - 1600-189 Lisboa, Portugal. *Email:* anessa.cunha@ics.ulisboa.pt

Cláudia Casimiro. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Centro Interdisciplinar de Estudos de Género. Endereço de correspondência: Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Rua Almerindo Lessa - 1300-663, Lisboa, Portugal. *Email:* ccasim@gmail.com

Texto recebido a 30 de junho de 2016. Publicação aprovada a 3 de setembro de 2016.

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

University of Bremen, Bremen International Graduate School of Social Sciences

Abstract

Analyzing biographies is a main field of qualitative social research that studies individuals' sense-making in regard to transitions and life projects. The paper presents concepts for linking the macro-social and micro-social levels in life course analysis. First, the concept of "status passage" is reviewed, with a focus on social structure, institutions, and biography. Second, the concept of "self-socialization" is introduced, highlighting the notion of the "biographical actor". Third, recent elaborations of the concept of "agency" in life course research are discussed. Fourth, two examples of qualitative longitudinal research are presented: one on occupational careers, another on the process of family formation. Finally, methodological implications are sketched.

Keywords: biography; status passages; self-socialization.

As raízes conceptuais da investigação qualitativa do curso de vida

Resumo

A análise de biografias é um dos principais campos da pesquisa social qualitativa, e que se centra no sentido que os indivíduos fazem das suas transições e projetos de vida. Este artigo propõe conceitos que pretendem ligar os níveis macro e micro da análise do curso de vida. Primeiro, o conceito de "passagem de estatuto" é revisitado, com especial atenção dada à estrutura social, às instituições e à biografia. Em segundo lugar, o conceito de "auto-socialização" é introduzido, sublinhando-se a noção de "ator biográfico". Em terceiro lugar, algumas re-elaborações recentes do conceito de "agência" no estudo do curso de vida são discutidas. E em quarto lugar, são apresentados dois exemplos de investigação longitudinal e qualitativa: um sobre carreiras ocupacionais, outro sobre o processo de formação familiar. Por fim, são discutidas as implicações metodológicas da introdução destes conceitos na discussão sobre a investigação qualitativa do curso de vida.

Palavras-chave: biografia; passagens de estatuto; auto-socialização.

Les racines conceptuelles de la recherche qualitative du cours de la vie

L'analyse de biographies est l'un des principaux domaines de la recherche sociale qualitative qui met l'accent sur le sens que les personnes font de leurs transitions et de leurs projets de vie. Cet article propose des concepts qui visent à relier les niveaux macro et micro de l'analyse du cours de la vie. En premier lieu, le concept de « passage de statut » est revisité, apportant une attention particulière à la structure sociale, aux institutions et à la biographie. Ensuite, le concept d'« auto-socialisation », soulignant la notion d'« acteur biographique », est introduit. En troisième lieu, nous traitons certaines réévaluations récentes du concept d'« agence » dans l'étude du cours de la vie. Nous présentons ensuite deux exemples de recherche longitudinale et qualitative : l'un sur les carrières professionnelles et l'autre sur le processus de formation familiale. Pour finir, nous traitons les implications méthodologiques de l'introduction de ces concepts dans la discussion sur la recherche qualitative du cours de la vie.

Mots-clés: biographie; passages d'état; auto-socialisation.

Las raíces conceptuales de la investigación cualitativa del curso de la vida

El análisis de biografías es uno de los principales campos de la investigación social cualitativa y se centra en cómo los individuos hacen sus transiciones y proyectos de vida. Este documento propone conceptos que tienen como objetivo conectar los niveles macro y micro del análisis del ciclo de la vida. En primer lugar, el concepto de «cambio de estado» se ha revisado, con especial atención a la estructura social, las instituciones y la biografía. En segundo lugar, se introduce el concepto de «autosocialización», subrayándose la noción de «actor biográfico». En tercer lugar, se discuten algunas reelaboraciones recientes del concepto de «agencia» en el estudio del curso de la vida. Y en cuarto lugar, se presentan dos ejemplos de investigación cualitativa y longitudinal: uno sobre las carreras profesionales y otro sobre el proceso de formación de la familia. Finalmente, se discuten las implicaciones metodológicas de la introducción de estos conceptos en la discusión sobre la investigación cualitativa del curso de la vida.

Palabras clave: biografía, pasajes de estado, auto-socialización

1. Introduction

Qualitative life course research aims at reconstructing biographies with a focus on decisions and actions in the life spheres of education, work, family, and retirement from narrative interviews, whereas quantitative methods register the course of events and transitions from questionnaires, aiming at discovering sequences and standard patterns (event history).

What is a biography in the social sciences? A life story told to another person, the subjective view of a life course, the curriculum vitae (CV), as a series of expectations, experiences, and outcomes. In contrast to an algorithm, a biography is a reflected look into the person's past, comprising aspirations, goals, life events, social relationships, and turning points, a balance of gains and losses.

Qualitative Research does not test hypotheses but follows a heuristic methodology which permits empirically based accounts of perceived means-and-ends relations or subjective causality in individual lives. It uses methods of discovery (Abbott, 2004), most often procedures in the framework of Grounded Theory (Glaser and Strauss, 1967).

There are several methods: open narratives, more structured interviews like the Focused Interview or the Problem-Centred Interview ("PCI", Witzel and Reiter, 2012), using an interview guide. Applying such methods requires a solid footing in state-of-the-art research, a careful elaboration of themes in order to succeed in (re)constructing the meaning people attach to their living circumstances, transitions, and life plans.

The theoretical background of qualitative life course research is interpretative sociology in the tradition of symbolic interactionism (Blumer, 1969) which assumes that social structure, interaction and actions are linked and also affect each other over time. This perspective is expressed very well by Strauss (1992, 3): "We cannot make adequate microscopic studies without careful and precise identification of relevant structural conditions nor adequately understand macroscopic structures and actions without considering the identity conditions that impinge on the macroscopic".

In life course research, the most advanced proposal is Glen Elder's (Elder and O'Rand, 1995; Elder, Johnson, and Crosnoe, 2003) approach for linking mechanisms between society and personality in a time and place related framework, recently with the emphasis on "agency" by which individuals construct their own life course in the historical context of opportunities and constraints.

Notions like "agency within structures" and "bounded agency" indicate the complexity of the task to study life courses as biographies and are crucial for better understanding how people develop subjectively meaningful and coherent biographies in response to objectively contingent life courses. Therefore, a sophisticated research agenda must start with a mapping of the social and economic conditions and the institutional environment as contexts of biographical actions (Shanahan and Macmillan 2008).

2. The macro-micro-puzzle

On the macro-social level, the life course can be analyzed as a sequence of events that are embedded in the economic and political conditions of a historical period, their timing, durations and outcomes. Panel studies, like the US Panel Study of Income Dynamics (PSID) or the German Socio Economic Panel (SOEP) are tracking the life courses of cohorts and permit to analyze how the economic and political context, social and gender inequalities, and social policy affect the timing and results of transitions and trajectories.

On the surface, life course regimes are age-graded, status changes depend on achievements, skills, and age. A closer look, however, shows that it is not the chronological age but the persons' participations in various status configurations and institutions, like the family, school, university, companies, and labour markets that regulate and organize the timing and duration of transitions (see the introductions to the sections in Auther et al., 2009).

Today, life trajectories are joint ventures of biographical actors, institutional gatekeepers, opportunity structures, social networks, and living circumstances that demand an active shaping of life phases. This puts agency into the spotlight and requires studying biographies as moving targets, as more or less successful arrangements of projected and realized transitions and trajectories. On the micro-social level, passages from one status-configuration to another are based on decisions between options and pathways. Moving between social locations, from family to school, vocational education and training (VET), higher education, and employment, from cohabitation to marriage and to parenthood, must be arranged in the context of institutionalized time-tables and negotiated in the social network.

The individual construction of a biography, thus, is guided by institutional standards, models, and social relationships. Furthermore, it must cope with the unequal distribution of material, educational, and social resources. Such limitations, however, must not be experienced as fateful constraints - they can be overcome by individual agency, interpersonal support, and social assistance. By initiating and accomplishing status transformations and by overcoming obstacles, young people develop negotiation

experiences that contribute to the competence of biographical action in face of changing social contexts and institutional arrangements.

3. Status Passage

In their book "Status Passage", Barney Glaser and Anselm Strauss (1971) presented a concept on the micro-social level that permits to formulate a heuristic model about the connections between social mobility, institutions and biographical action in a temporal perspective. Several years ago (Author, 1996), I suggested to define status passage as a mechanism for linking actors and institutions by time-tables and entry as well exit markers for transitions between status configurations.

On the micro-level, status passages are constructed by biographical actors who commit themselves to invest time and energy for acquiring competence, credentials, and credibility for transitions. Actors select or are referred to social pathways in the process of constructing their individual life path. On the macro-level, status passages refer to the institutional guidelines for entering and leaving transitions in the life course dimensions of education, employment, family, and welfare. Opportunity structures and the distribution of life chances are also part of macro-level contexts.

Glaser and Strauss did not develop a Theory of Status Passage either in a life course or biographical framework. They rather proposed a set of dimensions that refer to the temporal articulation of transition sequences from the perspective of the passenger and the institutional programs which are represented by gate-keepers. We used their ideas as conceptual heuristics for studying the micro-social aspects of the life course without losing sight of the macro-social structures that define opportunities and restrictions of shaping one's biography.

Understanding status passages requires taking note of both the individual agency and the social structure across time. This means to conceptualize the "biographical actor" in respect to institutions and opportunities as a situated, context-related decision-maker who is shaping her/his biography and to map the timing and sequencing of transitions as longitudinal dimensions of their life course.

The structural perspective focuses on segments of a biography, defined by sequences of events or episodes in the various domains of the life course and institutional

contexts, while the actor is treated as a member of a cohort (life course). Status passages differ according to the extent to which they are interrelated, institutionally regulated, and reversible.

For qualitative life course research the focus is on the actors' aspirations, competence, and awareness in regard to pathways, options, and outcomes. Individual agency dominates when a status passage is under little institutional control, has a specified awareness context, and is independent and reversible. However, independent status passages are rare since according to the life course paradigm (Elder: "linked lives"), there are no single passages. This is evident in regard to the process of family formation from getting to know each other, cohabitation, and marriage to parenthood.

The proposed classification serves at least two purposes: first, to distinguish between several types of status passages with more or less scope for biographical action and second, to assess the latitude for negotiating the timing and duration, that is for shaping individual passages.

The social mechanism of status passage alerts researchers to observe and to understand the different ways by which the actors coordinate the relationship between multiple status changes and overlapping, sometimes conflicting pathways across time.

4. Self-socialization

In contrast to the traditional notion of socialization, which emphasized the internalization of norms and values, I defined self-socialization as the process of learning and coming to terms with the outcomes of one's own decisions and actions by constructing a subjectively meaningful link between the biographical past and future in the present (Author, 2002).

As pointed out above, cultural modernization, the flexibilization of careers, the pluralization and differentiation of family trajectories, and the weakening of institutionalized time-tables for life course transitions have been promoting the individualization of life courses. These changes are altering the meaning and direction of socialization. It shifts from parental instruction to individual construction, from internalized social control to self-initiated life-long learning. Biographical choice is not an isolated act, but rather is made "in a context of many other's choosing", says Abbott (1997:

97) and it has to be made in constrained circumstances, taking into account time and place, collaborative and competitive occasions.

During all phases of the life course persons have to make decisions with the possibility of reappraising their experiences and social status in view of new options, alternative pathways and relationships, and declining guarantees for biographical continuity.

Though the family still is the primary context of socialization, peer groups, social networks and media, education and work settings are fields of interaction providing experiences and challenges that demand to renew or at least to modify the person's profile of competence. In the evolving biography the increasing variety of pathways and diversity of action contexts call on the person to actively select, collect, and combine resources for continuity and for dealing with the unexpected turns of one's life course.

For example, careers are turning into flexible, sometimes precarious employment trajectories which are characterized by interruptions and breaks at transition points. This also hold true for the increasingly precarious transitions in the course of family formation and maintenance, especially regarding the division of labour between couples after the birth of a child and the spread of patchwork families. Such discrepancies between aspirations, expectations, and possibilities have to be managed and negotiated with others by the person as the coordinator of living circumstances, life plans, and opportunities.

These social changes give socialization a new meaning: it implies self-initiated and reflexive learning in all dimensions of the life course. Thereby individuals prepare themselves for coming to terms with the temporal variations of life chances and living arrangements, foremost in regard to work and family. This also means that participating in linked lives demands that individuals invest agency in order to negotiate sustainable arrangements and to maintain their self-identity.

A person's life history is not just defined by events, but also by a social recognition of the results of biographical decisions. Rom Harre (1993) referred to the life course as a "moral career" (a concept coined by Erving Goffman). Contemporary examples are facebook and selfies, ways of medial self-presentation with the expectation to arouse many "likes" and to gain reputation.

Constructing one's own biography means to actively engage in hazards, because it depends on material and social resources, social recognition, institutionalized pathways

which provide the occasions for hazards, i.e. actions with uncertain results, like cohabitation, living apart together, examinations, job-interviews, or border crossing of immigrants.

In this framework, the role of narratives in the retrospective construction of the self is central -as a way of establishing a time-related self-portrait in terms of one's biography. Narrated biographies are organized in respect to significant others, critical episodes, fateful moments (success and failure). They are the experiential basis of further life planning and also tell us about the intended and unintended outcomes of decisions across the life course – it could have turned out otherwise and one could have acted otherwise...

Social change and the flexibilization of everyday life have increased the subjective and social relevance of the biography as the temporal and experience-based organizer of initiating, implementing, and appraising actions. Linear concepts like "career" are of limited usefulness for understanding the temporal aspects of socialization and biography because the timing of engaging in education, work, family, and retirement has lost clear age-related time-tables and has become less predictable for entry and exit transitions across the life course (Author 2003a).

Temporary, overlapping, and potentially conflicting role configurations that require combining episodes of public and private involvement are spreading, for example an unemployed single mother in a work creation program, a low-income family on welfare or a student with part-time jobs. Career interruptions, occupational turning points, unemployment, and a precarious marriage have more or less lost their cultural and personal definition as a serious life course crisis in the modern welfare state, though countries differ in their capacity to provide repair services for transition failures and career breaks.

The notion of "self-socialization" accounts for the ways individuals are connecting agency and biography, based on two principles:

First, individuals construct their biography by coming to terms with opportunities and constraints concerning transitions, pathways, and life phases. Second, individuals select pathways, act and appraise the consequences of their actions in terms of their self in reference to social contexts which are embedded in institutions and markets.

These two principles incorporate the idea of the self-as-an-agent of the person's biography who is constructing a life project that mediates between living conditions, institutions, past experiences and aspirations by planning, negotiating and redirecting

pathways across the life course. The individual timing and duration of transitions are informed but not determined by shared cultural meanings, institutionalized guidelines, and social networks which facilitate -and sometimes restrict - the pursuit of life projects.

Self-socialization highlights that people learn from their actions and the appraised consequences as central mechanism of constructing a subjective reality that is linked to changing social contexts. The components of self-socialization in the life course are mental and emotional representations of experiences with significant others (foremost partner, spouse, children, relatives), institutional gate-keepers like teachers or personnel managers, and the appraisal of outcomes of biographical actions. Self-socialization promotes biographical reflexivity in regard of exploring, initiating, and evaluating transitions, social relationships, and status sequences. One's own life course is the major context of self-socialization because it is constructed as an emergent structure from appraised outcomes of the persons' actions concerning the investment in, the timing, and duration of transitions and life phases.

5. Agency and life course dynamics

The concept of agency has been introduced in life course research quite late. Hitlin and Elder (2007) called agency "a curiously abstract concept". It is used with different meanings: as human capacity to make a choice, as individual resources, as behaviour that reflects intention, and as the social and physical structuring of choices.

The first meaning is the one that fits biographical research best. Agency as the capacity for making choices implies awareness, the ability to act intentionally, planfully, and reflexively in a temporal mode. The matter of time-horizon is crucial because it relates to the timing of transitions and the coordination of potentially conflicting institutional prescriptions and interpersonal expectations with the persons' biographical rhythm.

Agency is one of the linking mechanisms between changing times and the life course and was sketched first by Glen Elder in many publications since the 1990s, together with the other four principles: the life-span (personality development is a life-long process); time and place (the biography is embedded in and shaped by the historical periods and socio-ecological settings people experience across their life phases); timing (antecedents and consequences of events and transitions vary according to its timing in a

person's life); and linked lives (socio-historical influences are mediated in networks of shared relationships).

The complexity of this framework is well expressed by Mike Shanahan and Ross Macmillan (2008: 82): "transitions are at once an institutionalized status passage in the life course of cohorts and a personalized transition for individuals with a distinctive life history."

Though Elder's linking mechanisms imply the concepts of agency and self-appraisal, they do not fully specify the pivot for the subjective translation of socially structured opportunities and constraints, as well as of institutionalized pathways and of social relationships into a biography. In knowledge and service societies the translation mechanisms centre on the initiation, performance, and appraisal of biographical actions. Reflexive self-development in the sense of self-guidance becomes mandatory: the self-as-agent initiates and appraises actions which accumulate experiences and become building blocks of the person's biography.

Since the contexts of the life course change from cohort to cohort and differ within cohorts according to the distribution of economic and social resources, socialization as a self-initiated learning mechanism gains in importance.

Transitions and life phases require persons to integrate their experiences and socially anchored knowledge and practices into their respective biographical project which centres on balancing work and family without giving up one's self-direction. Such a transformation is based on the exercise of agency.

Nominating agency as a core concept of socialization in a life course perspective means to take into account the persons' capacity for actively shaping their biography by responding to the temporal, institutional, and social dimensions of their life. This view is also expressed by Glen Elder (and O'Rand, 1995; 457): "Despite the empirical evidence on links between life transitions, the agency of individuals and their life choices ensure some degree of loose coupling between social transitions and stages."

From my point of view, the main challenge for qualitative research is to illuminate the social mechanisms which operate in the sphere of loose coupling - one candidate could be self-socialization.

A most recent elaboration of "agency" by Hitlin and Johnson (2015) adds the aspect of "forward looking" by proposing a two-dimensional concept that combines the

perception of the future with the appraisal of one's mastery. This proposal reconceptualises agency in a social psychological framework, assuming that individuals develop the competence for meaningful and sustained action across the life course and have the potential to change their circumstances: Persons who believe in their capacity to realize their aspirations and to reach the expected living circumstances and social status will commit themselves to a certain pathway with a sense of self-efficacy and a positive outlook towards the future.

This combination of a positive self-appraisal with the belief that there is a bright future ahead characterizes the ideal preconditions for successful transitions in all life course domains. It is doubtful, however, that individuals who are confronted with the unequal distribution of opportunities in the education, labour, housing, and marriage markets will be able to exercise their agency without material and social resources. Obama's famous slogan "Yes, we can" seems to be the subtext of this version of "agency" which is typical for the optimism in the USA: to make it against all odds. The German subtext would refer to the responsibility of institutions and the welfare state to facilitate the exercise of agency, especially in the domains of education and employment. The subtext in Portugal very likely tells you to rely on family, relatives, and neighbours.

6. Research examples

The examples are very condensed reports from a research program carried out in the 1990s.

We conducted a longitudinal mixed methods study with young adults in two German cities with different job markets and unemployment rates in the 1990s (Author *et al.*, 1998, Author, 1999). Research questions focused on the extent to which there was a decoupling of vocational education and training (VET) and job start and how the work biographies of young adults were related to their planning of family transitions: How do young skilled workers come to terms with changing opportunities in regard to career decisions and how do their job experiences influence the timing of forming a family?

Based on a series of problem centred interviews (Witzel and Reiter, 2012) with 120 young skilled women and men representing six occupations (crafts, office, and trades) over a period of ten years, we constructed two empirically grounded typologies of modes of

biographical action orientations in the life course domains of work and family (based on a data bank with over 770,000 lines of text).

We explained the modes of biographical action as resulting from self-socialization in the transition process from vocational education and training to employment. The modes varied according to transition contingencies, stretched across work and non-work situations, and they generated different patterns of life course decisions. The typologies were heuristic devices for reconstructing the different ways by which young adults actively shaped their transitions in the employment system and how they anticipated the timing of family formation.

First, there is the summary of the action orientations in the field of occupation (see Witzel and Kühn, 2000).

We distinguished three main biographical action orientations:

1. Status Arrangement, comprising two modes: Identification with the firm, good relationships with colleagues and management are important; and Wage-worker Habitus: Employment is regarded as a necessity and burden, job security and improvement of work conditions are central.

2. Career Ambition, comprising two modes: Career Orientation, advancing in the company and improving one's position through further education; and Optimizing Chances, occupational success through shifting jobs and changing employers and keeping further pathways open.

3. Personal Autonomy, also in two modes: Pursuing Preferences, occupation and job are perceived as spaces for self-development; and Self-employment Habitus, autonomy is highly valued and risks are taken for becoming an independent artisan, shop keeper or businessman.

These action orientations document a wide range of social mechanisms, invoking subjective causality for linking experiences with the opportunity structures and employment experiences.

The majority of young skilled workers were shaping their occupational biography in the traditional frameworks of Status Arrangement and Career Ambition, with gender differences: identification with the firm was dominant for women, wage worker habitus for men. The two modes of Career Ambition were used by more men than women in the shaping of their careers. A minority of the young skilled women and men were shaping

their occupational path by the criterion of personal autonomy, more women with the mode of individual preferences, while more men favoured self-employment.

Statistical analysis of the quantitative panel data about our respondents' career lines documented that discontinuity dominated in the 1990s and that there was a variety of transition patterns. The ways of arranging with these uncertain circumstances were related to the respective modes of biographical action. For example: young workers who identified with the firm or who developed a wage worker's attitude tended to reduce their aspirations while the ones with a career orientation explored the range of options, for instance by accumulating additional certificates as tickets for entering new career lines.

Our exploratory study suggests that there is a correspondence between the modes of biographical action, the handling of transition discontinuities, and the personal shaping of further career lines. The young skilled workers, whose transition sequences we began to record over a period of ten years, starting before they graduated from VET, developed different modes of subjective causality for reflecting on their training and work experiences. They were drawing conclusions about their decisions in the past and were planning their future according their respective mode of biographical action orientation.

There is a lack of studies that investigate how young adults are constructing the process of family planning in reference to their work biography. Therefore, in a further step of analyzing the interview transcripts of our qualitative sample, Thomas Kühn (2004) developed a typology of the biographical shaping of family formation during the years after graduating from VET, when the respondents were in their early twenties.

Biographical planning was introduced as a heuristic concept in order to understand the time horizon and the interlocking of family plans with the work career. The concept builds on Anthony Giddens (1991: 85): "Life planning is a means of preparing a course of further actions mobilised in terms of the self's biography."

In Germany's labour market, which is structured by occupational qualifications, the timing of family formation is strongly influenced by the young workers' career. In this structural context, young people must find ways of arranging their timing of family transitions with an ambivalent mixture of interpersonal expectations, cultural models, social norms, and resources. Moreover, the gendered division of the life course domains of family and work has lost its normative obligation. There are ambivalent guiding principles: domestic happiness (children, housing, and living standard) and occupational success as

well, and reconciling employment and family life (for women: "three-phase-model": working, child birth, interrupting employment, returning to the job market; for men: continued employment as main household provider). This perspective makes for uncertain planning and requires young women and men to actively coordinate the occupational and interpersonal aspects of their biography and to anticipate how to synchronize each others living patterns. For young people, linking lives is a process of creating a joint status passage by negotiating the right time for family transitions.

Our typology of biographical plans for shaping family transitions (Kühn, 2014) shows how young skilled workers anticipated the transition to parenthood in coordination with their occupational biography. Several types of biographical planning were distinguished, grouped into three main groups:

1. No plans yet (dominant mode);
2. Early planning, with four variants: coordinated/not uncoordinated with work career; planning/postponing to interrupt employment.
3. Plans and action did not fit each other.

The majority of the young men and women were postponing the turning point of family formation as long as possible. There was an affinity with the biographical action orientations in the field of occupations. For example: family planning of women with the mode Status Arrangement and Career Ambition hinged on the quality of the relationship and on the occupational career of the partners, for men employment security and occupational prospects were more important. Women and men with the mode Personal Autonomy did not anticipate steps toward family formation in the conceivable future showed, resembling the model of dual carer couples.

In general, there were clear gender differences: women showed more planning uncertainty which was an expression of the tension between occupational career options and the timing for having children. Men postponed the turning point of fatherhood, planned to continue working, to keep occupational options open, and to follow their leisure interests.

7. Methodological implications

Qualitative research serves the discovery of different ways of sense-making or subjective causality assumptions in individual life courses in regard to decisions and outcomes that shape the biography. Paramount is to invest sociological imagination in order to delineate a heuristic conceptual framework and to identify the core research questions:

What do we want to understand about the laws of motion of a biography and what does it entail to explain a life course from a micro-sociological perspective?

For example: did a biographical turning point happen to a person or did she initiate it? How are the causes of an event and its outcome perceived by the actor: is it regarded as a fateful moment in the person's life or as temporary/passing episode? Do the attributions of causes differ by life experiences, age, gender, ethnic background, levels of education, social origin, and living circumstances?

If we do not specify our research agenda, we end up with narrative research that borders at naïve empiricism. Without focused questions and a conceptual framework for explaining the course of a human life we are lost in space!

Authors, like the Nobel Prize winner of 2015 Svetlana Alexijewitsch, can do better than biographical empiricists when she combines conversations and life stories about the experiences of war, social unrest, and political transformations in Russia by way of documentary prose: "writing up people".

In our period of economic turbulence and cultural diversity standard variables like age, gender, and social class are insufficient for an adequate understanding of the variations in the timing, duration, and outcome of transitions and life events. For explaining why people opt for certain pathways and reject others and how they come to terms with precarious living circumstances qualitative data are essential. Such data can be collected by interviewing carefully selected (theoretical sampling) cases in a cohort, comparing them, and constructing multi-case narratives. Instead of competing or substituting each other, quantitative life course research and qualitative biographical studies both can contribute to a better understanding of how social structure and individual agency articulate each other in biographies: Whereas quantitative methods register trajectories and map the landscape of pathways and life events, options and constraints of

biographical action, qualitative methods illuminate why certain paths are taken and neglected by different actors.

Our life course research centre at the University of Bremen developed a program (1988-2001) for exploring a combination of longitudinal quantitative surveys (questionnaires) and qualitative interviews (PCI) in a series of thematic questions that dealt with societal issues ("Status Passages and Social Risks in the Life Course"): VET, job-start, gender inequality, unemployment, public health, social welfare dependency. Mixed methods (Author, 2003b; Kelle, 2006) were used in a complementary way, in a sequential application of questionnaires (large samples) and PCI (small samples selected from the survey data). For exploring biographies both the standardized recording of life histories in a macro-social perspective and the narrated self-reporting of the meaning of life events and transitions in a micro-social perspective are highly recommended.

References

- ABBOTT, Andrew (1997), "The concept of turning point", in *Comparative Social Research*, 16, pp. 85-105.
- (2004), *Methods of Discovery. Heuristics for the Social Sciences*, New York, Norton.
- BLUMER, Herbert (1969), *Symbolic Interactionism*, Berkeley, University of California Press.
- ELDER, Glen H. and O'RAND, Angela M. (1995), "Adult lives in a changing society", in Karen Cook, Gary Fine, James S. House, (eds.) *Sociological Perspectives on Social Psychology*, Boston, Allan and Bacon, pp. 452-475.
- ELDER, Glen H., JOHNSON, Monica K., and CROSNOE, Robert (2003), "The emergence and development of life course theory", in Jeylan Mortimer and Michael J. Shanahan (eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer/Plenum, pp. 3-19.
- GIDDENS, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press.
- GLASER, Barney and STRAUSS, Anselm L. (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, New York, Aldine deGruyter.
- GLASER, Barney and STRAUSS, Anselm L. (1971), *Status Passage*, Chicago, Aldine.
- HARRÉ, Rom (1993), *Social Being*, Oxford, Blackwell.
- HEINZ, Walter R. (1996), "Status passages as micro-macro linkages in life course research", in Ansgar Weymann and Walter R. Heinz, (eds.), *Society and Biography*, Weinheim, DSV, pp. 51-65 (also in Heinz, Walter R., Huinink, Johannes, and Weymann, Ansgar (eds.) (2009), *The Life*

- Course Reader. Individuals and Societies across Time*, Frankfurt, New York, Campus, pp. 473-486).
- (1999), "Job-entry patterns in a life-course perspective" in Walter R. Heinz (ed.) *From Education to Work; Cross-National Perspectives*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 214-231,
 - (2002), "Self-socialization and post-traditional society" in Settersten, Richard A. and Owens, Timothy J. (eds.) *New Frontiers of Socialization*, Oxford, Elsevier, pp. 41-64.
 - (2003a), "From work trajectories to negotiated careers: The contingent work life course" in Jeylan Mortimer, T. and Michael J. Shanahan, (eds.), *Handbook of the Life course*, New York, Kluver/Plenum, pp. 185-204.
 - (2003b), "Combining methods in life-course research: A mixed blessing?" in Walter R. Heinz and Victor W. Marshall (eds.) *Social dynamics of the Life Course*, New York, Transaction Books, pp. 73-90.
- HEINZ, Walter R. et al. (1998), "Vocational training and career development in Germany; results from a longitudinal study" in *International Journal for Behavioral Development*, 22, pp. 77-101.
- HEINZ, Walter R. and MARSHALL, Victor W. (eds.) (2003), *Social Dynamics of the Life Course*, New York, Transaction Books.
- HEINZ, Walter R., HUININK, Johannes, and WEYMANN, Ansgar (eds.) (2009), *The Life Course Reader*, Frankfurt, New York, Campus.
- HITLIN, Steven and ELDER, Glen H. (2007), "Time, self, and the curiously abstract concept of agency" in *Sociological Theory*, 25, pp. 170-191.
- HITLIN, Steven and JOHNSON, Monica K. (2015), "Reconceptualizing agency within the life course: The power of looking ahead" in *American Journal of Sociology*, 120, pp. 1429-1472.
- KELLE, Udo (2006), "Combining qualitative and quantitative methods in research practice: purposes and advantages" in *Qualitative Research in Psychology*, 3, pp. 293-311.
- KÜHN, Thomas (2004) *Berufsbiographie und Familiengründung* (Occupational Biography and Family Formation), Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- STRAUSS, Anselm L. (1992), *Introduction to the French edition of "Mirrors and Masks"*, Paris, Editions Métailie.
- SHANAHAN, Michael J. and MACMILLAN, Ross (2008), *Biography and the Sociological Imagination*, New York/London, Norton.
- WITZEL, Andreas and KÜHN, Thomas (2000) "Orientierungs- und Handlungsmuster beim Übergang in das Erwerbsleben" in Walter R. Heinz (ed.) *Übergänge – Individualisierung, Flexibilisierung und Institutionalisierung des Lebenslaufs*. 3. Beiheft der *Zeitschrift für Sozialisationsforschung und Erziehungssoziologie (ZSE)*, pp. 9-29.

HEINZ, Walter R. "Conceptual foundations of qualitative life course research", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 20 – 37

WITZEL, Andreas and REITER, Herwig (2012), *The Problem-Centred Interview*, London, Sage.

Walter R. Heinz. Professor emeritus of Sociology and Psychology. University of Bremen, Bremen International Graduate School of Social Sciences (BIGSSS), (Bremen, Germany). Corresponding address: BIGSSS, Universität Bremen, D-28334 Bremen, Germany. Email: walter.r.heinz@web.de

Artigo recebido a 15 de março de 2016. Publicação aprovada a 30 de julho de 2016

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo aborda a pluralização das trajetórias familiares em Portugal, usando a perspetiva do percurso de vida. Tendo por base dados de um inquérito nacional, que incluía um calendário de vida retrospectivo e uma metodologia baseada na análise sequencial e de clusters, apresentam-se resultados que apontam para uma pluralização limitada das trajetórias. A reconstrução dos percursos individuais desmonta idealizações de um passado monocromático mas desafia a narrativa de declínio da família, pois as tendências de pluralização e individualização não invalidam premissas do ciclo de vida familiar.

Palavras-chave: trajetórias familiares; pluralização; percurso de vida; coortes; análise de sequências.

The limited pluralisation of family trajectories in Portugal

Abstract

Using a life course perspective, this paper tackles the pluralisation of family trajectories in Portugal. We draw on data from a cross-cohort survey, which included a retrospective life-calendar, and on an innovative methodology, based on sequence and cluster analysis. Findings point to a limited pluralisation of family trajectories. A retrospective look at the trajectories of individuals dismantled idealizations of a monochromatic past but also challenged the contemporary narrative of family decline, as pluralisation and individualization trends do not discard some of the main tenets of family life cycle.

Keywords: family trajectories; pluralisation; life-course; cohorts; sequence analysis.

La pluralisation limitée des trajectoires familiales au Portugal

Résumé

Cet article aborde la pluralisation des trajectoires familiales au Portugal, aidé par la perspective du parcours de vie. Nous nous appuyons sur données d'une enquête transversale, qui comprenait un calendrier de vie rétrospective, et sur une méthodologie innovante, basée sur l'analyse de séquences et de clusters. Résultats indiquent une pluralisation limitée des trajectoires familiales. La reconstruction des trajectoires individuelles démantelé idéalizations sur le passé. Mais également contesté le récit contemporain du déclin de la famille parce que la pluralisation et l'individualisation ne remplacent pas nécessairement les principes du cycle de vie.

Mots-clés : trajectoires familiales; pluralisation; parcours de vie; cohortes; analyse de séquences.

La pluralización limitada de las trayectorias familiares en Portugal

Resumen

Usando una perspectiva del curso de vida, este trabajo aborda la pluralización de las trayectorias familiares en Portugal. Recurrimos a datos de una encuesta transversal, que incluía un calendario de vida retrospectivo, y a una metodología innovadora, basada en análisis de secuencias e de clusters. Los resultados apuntan a una pluralización limitada de las trayectorias familiares. La reconstrucción de las trayectorias individuales derrumba algunas idealizaciones de un pasado monocolor pero también desafía la narrativa contemporánea de declive de la familia, pues las tendencias de pluralización e de individualización no anulan algunos de los postulados del ciclo de vida familiar.

Palabras clave: trayectorias familiares; pluralización; curso de vida; cohortes; análisis de secuencias

Introdução

Os conceitos de *ciclo de vida* e de *desenvolvimento familiar* cristalizaram alguns pressupostos da modernidade organizada. Ambos assumiam a estabilidade e a previsibilidade dos percursos individuais, como ainda delineavam um calendário para as transições familiares (Duvall e Miller, 1985). Os seus pressupostos refletiam a centralidade da família nuclear e assentavam numa divisão dos papéis de género “naturalizada” entre as funções instrumentais, tendencialmente masculinas, e as funções expressivas e de cuidado, tendencialmente femininas (Parsons, 1971 [1949]). Estruturalmente, delineavam modelos assentes na exclusão das mulheres do mercado de trabalho, especialmente em relação a

posições de maior responsabilidade. Em termos culturais, a institucionalização deste paradigma assentava em estereótipos sexuais, desde logo corporizados nas funções tidas como intrínsecas a cada género. Resultava, por fim, nos *scripts biográficos* acerca do que constituía um percurso de vida “normal” (Kohli, 2009 [1986]).

Neste artigo, que tem por base uma investigação concluída em 2015, que teve como objetivo identificar aspetos paradigmáticos do percurso de vida em Portugal, caracterizam-se as trajetórias familiares de três coortes. Após uma discussão crítica dos referidos conceitos e dos seus pressupostos, é apresentada uma estratégia metodológica centrada nos percursos individuais. Identifica-se uma tipologia de trajetórias que retrata uma pluralização limitada dos percursos, que decorre sobretudo de alterações nos *timings* das transições familiares.

Pluralização das trajetórias familiares: contextos e limitações

O entendimento da família enquanto entidade dinâmica granjeou popularidade aos conceitos de *ciclo de vida* e de *desenvolvimento familiar*, sobretudo no período pós-II Guerra Mundial, entre sociólogos e psicólogos sociais interessados no estudo da vida familiar. No entanto, nas décadas mais recentes tem sido acalorada a polémica em torno dos mesmos. Teoricamente, o *ciclo de vida* é uma teleologia que espelha o processo de reprodução geracional. Os seus pressupostos generalizam uma definição historicamente situada de família, modelo com eco nalgumas sociedades ocidentais entre o segundo e o terceiro quartel do século XX (Hareven, 1991a, 1991b). Esse viés epistemológico impunha uma conceção normativa de família (Aldous, 1996), que ofuscava a diversidade das formas de organização familiar e a sua variabilidade geracional (Widmer e Gauthier, 2013). A predominância num determinado período histórico da família consanguínea, heterossexual, patriarcal e nuclearizada não pode ser naturalizada nem pressuposta. Efetivamente, os ideais de família, parentesco ou intimidade são um terreno de batalha moldado por séculos de estratégias conflituantes de agentes com definições ortodoxas e heterodoxas acerca do que constitui uma família ou um agregado doméstico (Atkinson, 2014).

O ulterior conceito de *carreira familiar* traduzia crescentes preocupações não só com a relação entre trajetórias individuais e normas socioinstitucionais, como com a

relação entre as trajetórias dos elementos da família (Rodgers e White, 1993). Aproximava-se da perspectiva do percurso de vida que se tem vindo a desenvolver em contrafogo relativamente à ideia de que existe um ciclo de vida familiar homogéneo e invariável, acentuando a sua heterogeneidade e elevada contingência face às dinâmicas sociais, institucionais e políticas (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002).

Também a história social e a demografia histórica demonstraram que os agregados domésticos da era pré-industrial eram mais dinâmicos do que o assumido pela ideia de ciclo de vida, incorporando uma ampla variedade de indivíduos (aparentados e não-aparentados) ao longo do tempo (Hammel e Laslett, 1974; Hareven, 1991a, 1991b; Laslett, 1972). Neste âmbito, é predominante o conceito de *agregado doméstico*, noção assente na reconstituição taxionómica da família, a partir de critérios de consanguinidade, aliança e afinidade, bem como tipo e número de núcleos em cada unidade doméstica.

A contração dos grupos familiares ou a emergência da família conjugal foi produto da mudança social na primeira modernidade e da complexificação das relações sociais (Durkheim, 1975 [1882]; Hareven, 1991b). Essa transformação face aos imperativos do parentesco, da comunidade ou da tradição foi associada a movimentos de privatização, de sentimentalização e de democratização das relações familiares (Ariès, 1988 [1960]; Shorter, 2001 [1975]). Apenas com a autonomização do trabalho profissional o espaço doméstico (habitação) se *privatizou* e se fechou sobre a família (enquanto *grupo doméstico*).

Mas, se na primeira modernidade os movimentos de privatização e sentimentalização dos comportamentos familiares se reforçaram mutuamente, na modernidade tardia tem sido identificada a dissociação dos dois fenómenos (Singly, 2007). A busca da *relação pura*, regida pelo ideal do amor confluyente, espelhariam uma mudança no sentido de formas de autoidentidade ancoradas na intimidade (Giddens, 1996). As relações familiares deixaram de ser definidas em função de um grupo de relações circunscrito e determinado por estatutos individuais e legais, passando a ter por referência um conjunto de normas que valorizam tanto a expressão individual como a vida partilhada. Esta maior contingência das relações afetivas redundaria na difusão de formas de organização alternativas ao modelo de família nuclear (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

Efetivamente, a evolução da demografia familiar coloca em cheque a ideia de uma trajetória familiar unívoca e sequencial, ancorada nos pressupostos da família conjugal da

primeira modernidade. As entradas na conjugalidade e na parentalidade ocorrem atualmente mais tarde e são mais variáveis no calendário e na sequência (Liefbroer, 2009). O crescimento do divórcio e da recomposição familiar, a queda da fecundidade, a informalização das relações conjugais ou o aumento dos casais sem filhos têm conduzido à pluralização dos arranjos familiares ao longo da vida adulta e também na infância.

A evolução das relações de género e no estatuto das mulheres na sociedade é indissociável da aceleração das transformações na esfera familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Kohli, 2007). Uma multiplicidade de fatores contribuiu para a evolução desse estatuto: a sua entrada em massa no mercado do trabalho a partir da II Guerra Mundial, o acesso à escolarização, os movimentos sociais feministas, o acesso à contraceção hormonal, entre outros.

Alguns autores advogam que, com a ultrapassagem do período *fordista* do capitalismo, se deu uma quebra histórica nos padrões institucionais consolidados na primeira modernidade (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Tornando-se a regulação social menos estrita, as trajetórias individuais seriam "cada vez mais uma questão do foro pessoal, um exercício de liberdade individual, não obstante a estreita cumplicidade entre os cursos de vida e as formas de regulação pública da sociedade" (Aboim, 2010: 109). Em linhas gerais, estas teses antecipam uma redução da linearidade e previsibilidade das trajetórias familiares, a diversificação das configurações dos grupos domésticos e a pluralização das trajetórias familiares.

Uma interpretação mais prudente considera que estes desenvolvimentos não colocam em causa o papel das instituições na forma como as biografias se estruturam, sobretudo se entendermos o percurso de vida como unidade e não como conjuntos de domínios institucionais particulares (Kohli, 2007). A família contemporânea não se oporia necessariamente à família do apogeu da primeira modernidade, correspondendo antes ao aprofundamento dos princípios da individualização e de transformação da natureza dos laços sociais (Singly, 2007). Nesse sentido, "a pluralização contemporânea das biografias marca(ria) o fim de um período histórico mais breve do que frequentemente suposto, mas cujos efeitos na constituição de sistemas de cronologização da vida foram incontornáveis" (Aboim, 2010: 108).

As transformações na vida familiar não podem deixar de produzir impactos na própria prática sociológica. Estimulam o questionamento teórico acerca de categorias

sociológicas clássicas e levantam a incerteza metodológica relativamente à estabilidade das entidades, grupos e famílias. Examinar a solidez das estruturas familiares face às transformações na intimidade ou a evolução do papel da família enquanto mecanismo relacional e de suporte ao longo do percurso de vida implica adotar uma perspectiva diacrónica ou de percurso de vida.

Será possível entender a matriz de ciclo familiar enquanto ferramenta heurística "fractal" (Abbott, 2004), *i.e.*, contrapondo o pressuposto da sua realidade e estabilidade à ideia de que é um fenómeno permanentemente (re)construído na interação? Apenas recorrendo a uma grelha analítica ampla, sensível à variabilidade das configurações familiares e das carreiras individuais. Só desse modo é possível captar as situações que não encaixam no modelo dominante: pessoas sós, casais sem filhos, casais em situações de complexidade, casais homossexuais, etc. Adicionalmente, esta estratégia permitirá relacionar a suposta ordem universal do desenvolvimento familiar com os efeitos de género e geração nas trajetórias.

Estruturas domésticas e trajetórias familiares em Portugal

A análise dos agregados domésticos, a partir de dados censitários, tem permitido descrever a *morfologia* de estruturas familiares, organizada em torno do sistema de parentesco e de aspetos normativos relativos à coabitação matrimonial. No contexto português, a evolução das estruturas domésticas revela tendências de *desfamiliarização*, *desinstitucionalização* e *privatização* (Delgado e Wall, 2014) e movimentos de *nuclearização* e de *individualização* (Wall, Cunha e Ramos, 2014). O adiamento da parentalidade e a diminuição da fecundidade têm contribuído para o aumento das famílias de casal sem filhos ou com descendências de filho único, mesmo nos casais jovens (Cunha e Atalaia, 2014).

Mas, reportando-se à composição sincrónica de uma população heterogénea, os censos não permitem acompanhar posicionamentos individuais. E a evolução da estrutura dos grupos domésticos também não é relacionável com normas, atitudes ou mesmo comportamentos individuais ou grupais. Poderemos então continuar a falar de um padrão dominante ou serão as trajetórias familiares mais diversificadas? Será lícito falar de

desfamiliarização ou será a situação de *childlessness* um efeito dominó de imposições externas ou de opções de adiamento, eventualmente compensáveis mais tarde? Será a monoparentalidade uma fase transitória ou estender-se-á até à autonomia dos filhos? Será a complexidade mais comum no início da vida conjugal ou perdurará ao longo da vida?

A sociologia funcionalista da família adianta a hipótese da subsistência de um padrão claramente dominante de trajetória familiar, da família de orientação à família de procriação, associado a uma sequência rápida de transições. Outros contributos teóricos, inspirados pela história da família, pelas teorias pós-modernas e pela demografia, sugerem um cenário diversificado e inspiram a hipótese da pluralização das trajetórias com a consequente fragmentação do modelo dominante em múltiplas situações particulares (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Hareven, 1991a; Lesthaeghe, 2010).

As singularidades do caso português, marcado pela rápida mudança socioinstitucional, por grandes desigualdades sociais e pela forte adesão a um ideário familialista, tornam interessante a problematização do nexu entre individualização e trajetórias familiares. A saliência de novos formatos familiares sugere alterações substanciais no regime de percurso de vida (Aboim, 2010). Mas a modernização tem sido mais veloz pela via da secularização do que propriamente pela individualização (Almeida, 2003). O predomínio de um ideário familialista, bem como os efeitos duradouros de uma forte normatividade institucional, tornam plausível o predomínio de trajetórias familiares de tipo conjugal-parental. Mas é expectável que a maior variabilidade dos eventos transicionais resulte num alargamento de períodos de vida a solo e num incremento das situações de *childlessness*.

A hipótese que avançamos é que a pluralização das trajetórias familiares se exprima enquanto mitigação do modelo dominante. A pluralização não corresponderá necessariamente a uma rutura face à orientação familialista, correspondendo antes ao afrouxamento de um conjunto de pressupostos tanto em relação à sequência como em relação ao calendário das transições. E embora a sequência mais comum possa, à primeira vista, aproximar-se da *normal family biography* (Kohli, 1989), a sua maior variabilidade será sintoma de que atualmente "não existe um único padrão (...) declarado de 'normativo', seja estatística ou culturalmente" (Dannefer, 2002: 652).

As trajetórias familiares em Portugal

A partir desta reflexão teórica, procurámos em primeiro lugar identificar as trajetórias familiares mais representativas da realidade portuguesa, caracterizando-as em termos de sequência e do calendário de transições. Em segundo lugar, aferimos em que medida as trajetórias familiares se diferenciam em função da coorte e do género. Recorrendo à comparação entre coortes etárias e géneros, investigam-se as hipóteses da pluralização e da individualização dos percursos familiares.

Os dados analisados referem-se a uma amostra probabilística estratificada (por NUT2 e habitat), composta por 1500 indivíduos do sexo masculino e feminino residentes em Portugal Continental e pertencentes a três coortes etárias diferentes (1935-1940, 1950-1955 e 1970-1975¹). Estas coortes foram escolhidas pelos enquadramentos sociais, históricos e institucionais claramente distintos, que se presume resultarão em trajetórias substancialmente diferentes. A coorte dos nascidos entre 1935 e 1940 tem as suas experiências formativas no contexto ditatorial, politicamente repressivo e socialmente retrógrado do Estado Novo. A coorte que incorpora inquiridos nascidos entre 1950 e 1955 cresce ainda no Estado Novo, mas no início da vida adulta vive as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de abril de 1974. A coorte de nascidos entre 1970-75 incorpora indivíduos que entram na vida adulta após a adesão de Portugal à CEE/UE.

A nossa proposta para a análise das trajetórias familiares convoca trabalho dos historiadores da família, adaptando-o às ferramentas teórico-metodológicas da perspetiva do percurso de vida. Examinamos os posicionamentos individuais no seio dos agregados domésticos, sem antecipar um modelo sequencial de estágios. A nossa estratégia transfere o foco analítico da família, enquanto agregado doméstico, para o indivíduo, enquanto vértice agregador de uma pluralidade de relações familiares e sociais. Tanto a ação individual como a daqueles que o rodeiam modificam as posições relativas face à estrutura dos agregados. À sucessão de posicionamentos individuais atribuímos a designação de

¹ Amostra obtida no âmbito do projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais” (TFRS). Os locais amostrais foram aleatoriamente selecionados a partir da listagem de códigos postais nacionais. Foi usado o método *random route* na seleção dos lares a inquirir. Em cada lar foi inquirido o último aniversariante. O trabalho de campo foi realizado pela empresa Gfk entre Novembro de 2009 e Junho de 2010. A taxa de resposta foi de 60%.

trajetória familiar. Recusando a existência de um desenvolvimento expectável na composição do agregado, potenciamos a captação da diversidade e da variabilidade dos formatos familiares em que o indivíduo se insere sucessivamente. Ao mesmo tempo aferimos a validade de pressupostos desenvolvimentistas num contexto histórico marcado pela complexificação das formas de vida familiar.

Uma tipologia de trajetórias familiares

A trajetória familiar foi reconstruída com base no critério de coresidência² e corresponde à posição dos indivíduos no seio dos agregados doméstico em que viveram até aos 35 anos de idade. Começámos por proceder à *Análise de Sequências*³, recorrendo ao método do *Optimal Matching* (Abbott e Tsay, 2000). Posteriormente foi feita uma análise de *clusters* (método Ward) sobre as sequências⁴. Este procedimento permitiu identificar seis tipos de trajetórias familiares, cujas proporções estão indicadas na figura 1⁵.

A trajetória *parental precoce* representa quase um terço da amostra (32,3%). Subdivide-se num grande período de residência no agregado doméstico dos progenitores, seguido de coresidência em casal com filhos. Em termos absolutos, a trajetória *parental tardia* é a mais comum, reunindo 43,9% dos casos. Neste caso há uma tripartição em três períodos que dividem a janela de observação considerada (em casa dos pais; vida em casal sem filhos; e em casal com filhos).

O facto de evoluírem no sentido da parentalidade justifica o epíteto de parentais. Ambas estão próximas do ciclo familiar *tradicional* e em conjunto representam mais de 3

² Foi colocada a questão: “Com quem viveu ao longo da sua vida?”. Pediu-se aos inquiridos que sucessivamente indicassem a idade que tinham a quando de cada alteração na composição do agregado (morte de familiar, separação pais, etc.). Para facilitar a tarefa foi apresentada uma listagem de 51 tipos de laços com pessoas aparentadas e não aparentadas. Essa informação foi sintetizada em 13 configurações que se distinguem em função da posição que o indivíduo ocupa no *ensemble* familiar (vide legenda da Figura 1).

³ A análise sequencial trabalha sobre o cálculo da distância mínima entre sequências individuais. A distância corresponde ao total de operações necessárias (substituição, inserção ou eliminação) para transformar uma sequência noutra. Na atribuição de custos para essas operações utilizámos uma estratégia que maximiza as distâncias entre estados (substituição/inserção = 3; eliminação = 1). As distâncias entre pares de sequências individuais são registadas numa matriz. Sobre essa matriz é aplicado o *clustering*, de forma a identificar padrões de similitude entre trajetórias.

⁴ Operações realizadas em software R (pacote TraMineR) (Gabadinho, Ritschard, Müller e Studer, 2011).

⁵ O eixo horizontal de cada gráfico corresponde aos anos de vida dos indivíduos. O eixo vertical indica a percentagem de indivíduos em cada tipo de agregado por ano.

em cada 4 trajetórias (76,2%). No entanto, distinguem-se nos tempos e ritmos de transição. Enquanto a trajetória *parental precoce* é marcada pela urgência nas transições, a trajetória *parental tardia* apresenta maior variabilidade. É uma diferença significativa pois intervalos mais curtos entre coresidência, casamento e nascimento do primeiro filho revelam adesão a um ideário mais institucionalista da passagem para a conjugalidade, enquanto a dilatação dos mesmos revela flexibilização e desinstitucionalização dos trajetos conjugais (Aboim, 2010). O maior experimentalismo da trajetória *parental tardia* também se expressa em períodos de vida a solo na transição para a idade adulta.

A trajetória *'da complexa à parental'* representa 7,5% dos casos. A sua característica mais marcante é a coresidência dos indivíduos com os pais e outras pessoas no período inicial da trajetória, i.e., em situações de complexidade familiar. A trajetória *'da parental à complexa'* contabiliza 6,3% dos casos. Neste caso os constrangimentos de ordem económica e habitacional impediram a autonomia residencial. É também plausível que o alargamento da estrutura familiar decorra da necessidade de prestar apoio na dependência, acolhendo familiares com fragilidades físicas, emocionais ou materiais.

A trajetória *de acolhimento* agrega 5,8% dos casos. Nestes trajetos distingue-se um longo período de coresidência com outros parentes (com tios, avós ou padrinhos), entre a infância e a adolescência. Emigração ou morte de progenitor seguida de apadrinhamento ou mobilidade geográfica dos próprios por motivos escolares são hipóteses para o afastamento relativamente à família de procriação. Por último, a trajetória *monoparental na origem* compreende 4,1% da amostra. Nestes percursos há uma rutura na família de orientação por divórcio/separação, viuvez ou emigração.

Trajетórias familiares, coorte e género

A distribuição das trajetórias familiares difere em termos de coorte e de género (Figura 2). Na comparação entre coortes observa-se que a trajetória *parental precoce* predomina na coorte de 1950-55 (39,8%). A trajetória *parental tardia* é a mais frequente na coorte de 1935-40 (42,6%) e torna-se hegemónica na coorte de nascidos entre 1970-75 (53,4%). Na coorte 1950-55 a trajetória *'da parental à complexa'* (9,8%) tem maior peso e a trajetória *monoparental na origem* (2,7%) está sub-representada. Nas coortes de 1935-40

Figura 1 Tipologia das Trajetórias Familiares

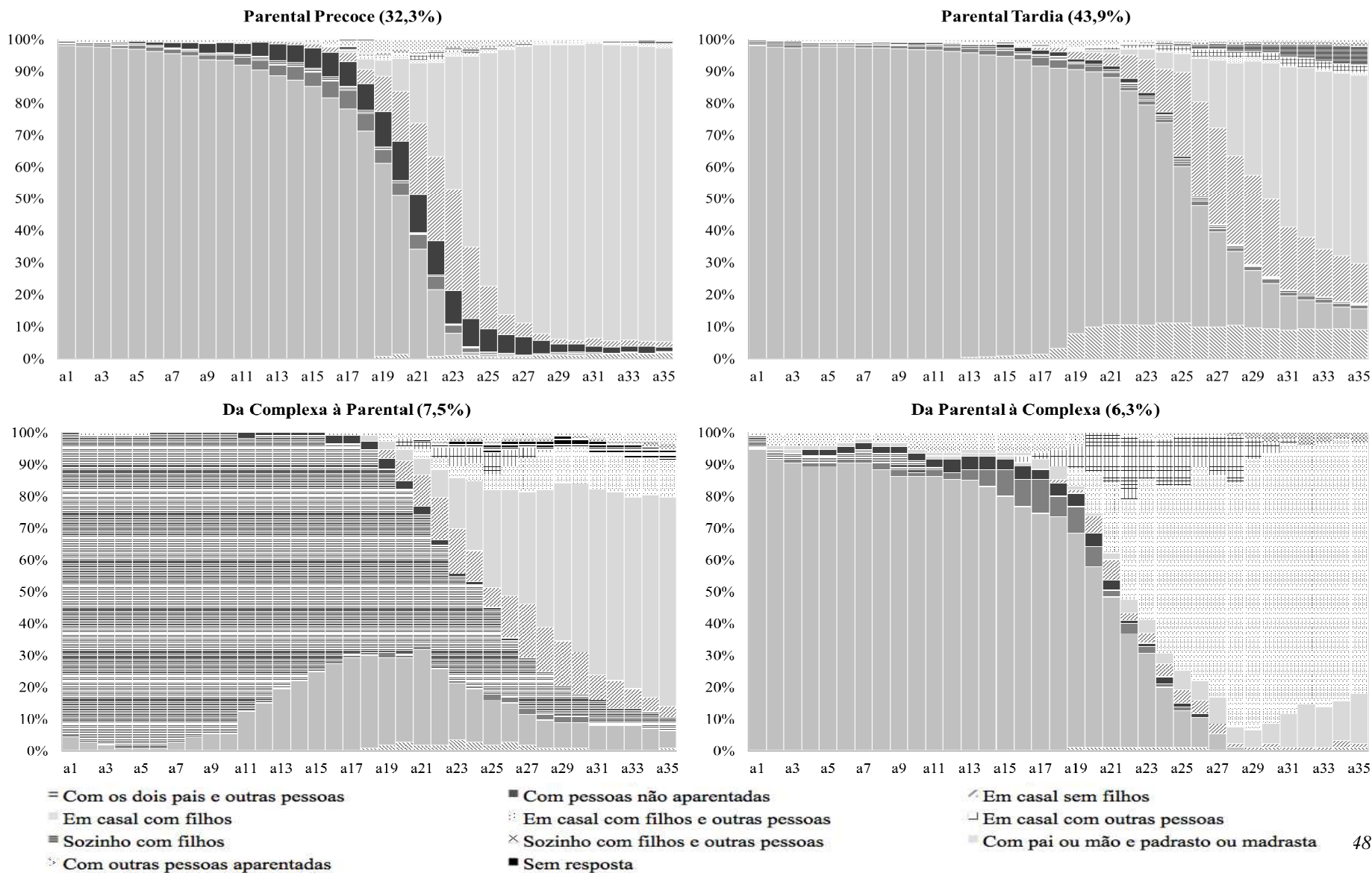
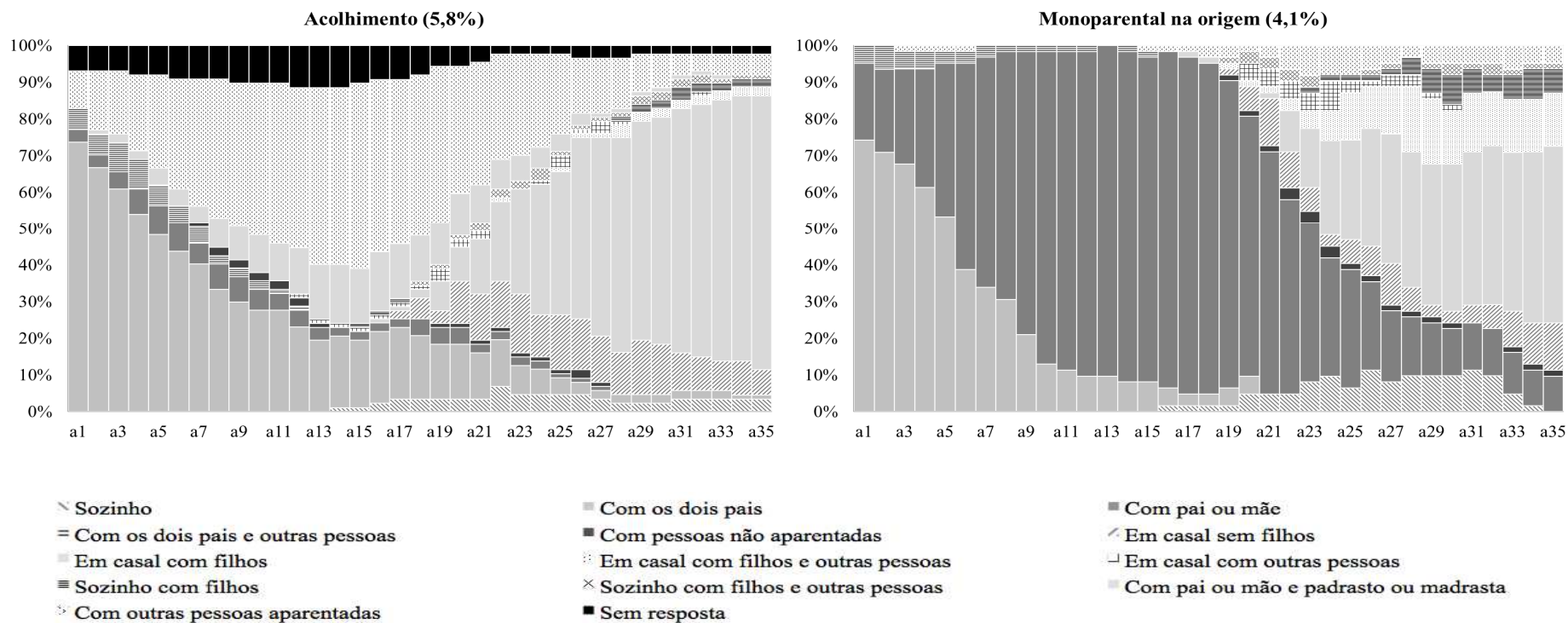


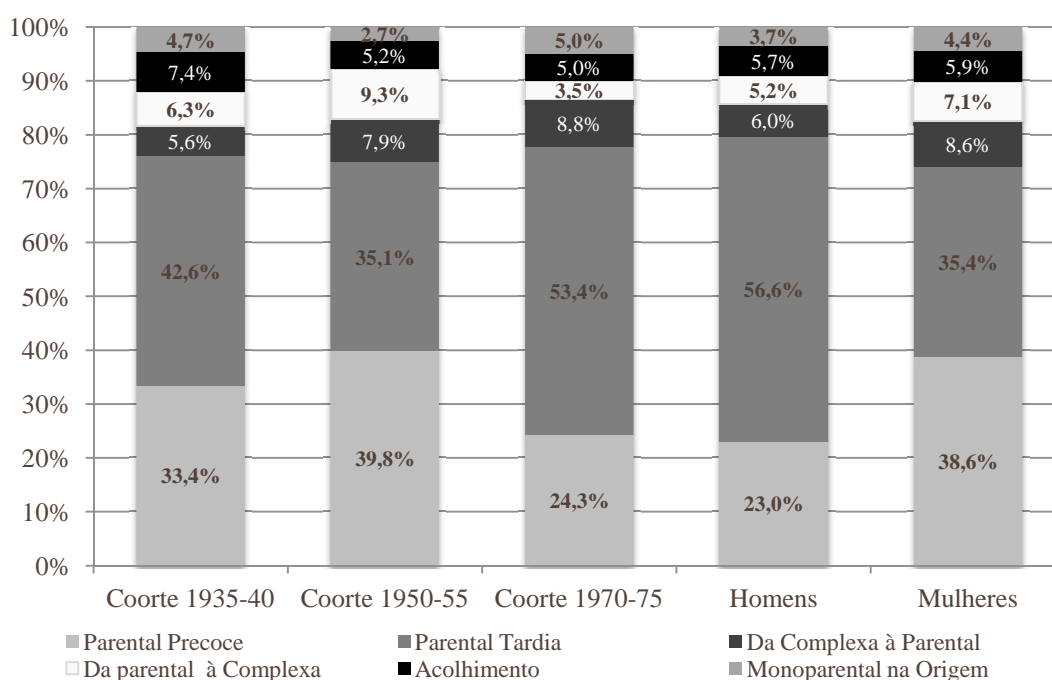
Figura 1 Tipologia das Trajetórias Familiares (continuação)



e 1970-75 é mais comum a trajetória *monoparental na origem* e menos frequente a trajetória *‘da parental à complexa’*. A trajetória de *acolhimento* tem maior peso na coorte de 1935-40. Já a trajetória *‘da complexa à parental’* tem maior expressão nas coortes mais recentes.

Relativamente ao género, enquanto a trajetória *parental tardia* é claramente maioritária entre os homens (56,6%), no caso das mulheres é a trajetória *parental precoce* que se destaca ligeiramente (38,6% vs. 35,4%). A trajetória *‘da parental à complexa’* é mais comum entre as mulheres (7,1% vs. 5,2%). Por fim, as trajetórias parentais combinadas são mais características dos homens (79,9% vs. 74,0%) indiciando uma maior adesão dos homens às trajetórias de tipo conjugal/parental.

Figura 2 Tipos de Trajetória Familiar segundo a coorte e o género



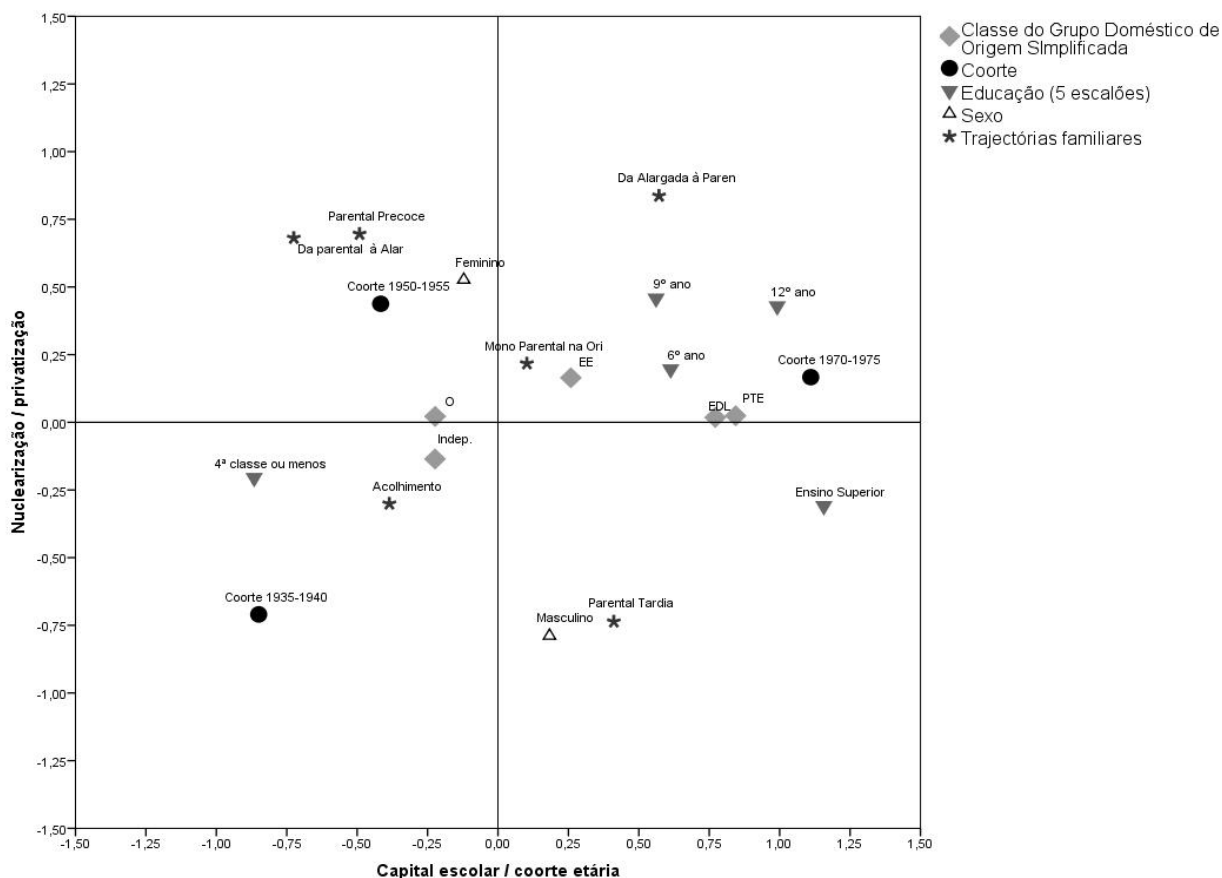
Coorte: $\chi^2(10) = 63.811, p < 0,001$; V de Crámer= 0,146
 Género: $\chi^2(10) (5) = 70.077, p < 0,001$; V de Crámer= 0,216
 Fonte: TFRS 2010

Pequena cartografia social das trajetórias familiares

Após a caracterização das trajetórias, traçamos uma pequena cartografia social das mesmas em função de variáveis estruturais (Figura 3). Para tal, recorreremos à Análise de

Correspondências Múltiplas⁶. Para além da variável 'sexo' e da variável 'coorte', incluímos na análise o 'nível de escolaridade do próprio'. A 'classe social do grupo doméstico de origem'⁷ foi apenas projetada pois revelou-se menos discriminante que o nível de escolaridade, variável com a qual tem forte colinearidade.

Figura 3
Cartografia Social das Trajetórias Familiares (Análise de Correspondências Múltiplas)



A representação gráfica permite distinguir alguns perfis. Um primeiro perfil, representado no agrupamento superior esquerdo, associa a trajetória *parental precoce* e a trajetória *'da parental à complexa'* às mulheres e à coorte de 1950-55. Um segundo perfil, localizado no quadrante superior direito, associa níveis de escolaridade médios à trajetória

⁶ Utilizámos o método de normalização *variable principal*.

⁷ A classe social do grupo doméstico de origem foi construída a partir do indicador socioprofissional de classe proposto por Almeida, Costa e Machado (Almeida, Machado e Costa, 2007) sendo as frações de classe reorganizadas segundo a opção de 5 classes já ensaiada em Ramos (2014).

'*da complexa à parental*' e à coorte de 1970-75. Um terceiro perfil, situado no agrupamento inferior direito, associa a trajetória *parental tardia* aos homens e ao ensino superior. Por fim, um quarto perfil (canto inferior esquerdo), associa indivíduos com da primeira coorte e com baixo capital escolar à trajetória de *acolhimento*.

Conclusão

Os dados apontam para a persistência de trajetórias familiares fortemente orientadas para a conjugalidade associada à parentalidade. Neste sentido, os resultados corroboram a manutenção de valores maternalistas e familialistas enquanto elementos fundacionais da "estruturação simbólica da família" (Aboim, 2007; Almeida, 2003; Cunha, 2007).

As mudanças das últimas décadas refletem certamente mutações nos significados e nas expectativas atribuídas à conjugalidade e à parentalidade. As transformações na conjugalidade passarão sobretudo pela informalização das formas de coabitação e pelo alargamento dos períodos *experimentais* de vida a dois (Aboim, 2006). Procurámos perceber essa evolução do ponto de vista das estruturas domésticas, deliberadamente deixando fora do âmbito da nossa análise as modalidades de institucionalização das relações conjugais. Em qualquer caso, a comparação intergeracional parece confirmar que a erosão do institucionalismo associado à conjugalidade irá mais no sentido da secularização do que da individualização (Inglehart, 1997). Efetivamente, um pequeno número de trajetórias-tipo dá conta da variabilidade dos percursos individuais.

Apesar das trajetórias familiares serem mais padronizadas do que teoricamente expectável, a orientação para a conjugalidade parental é plural nas coortes etárias estudadas e independente das circunstâncias de autonomia residência. A pluralização das trajetórias familiares não parece implicar a total desestruturação do ciclo de vida familiar mas antes uma evolução no modelo dominante e a coexistência entre diferentes modelos. As situações que não cabem no modelo conjugal-parental são inclusivamente em menor número na coorte mais recente, o que afasta a hipótese de uma pulverização das trajetórias familiares.

Na coorte mais recente o aspeto mais saliente é a hegemonia da trajetória *parental tardia*. Retomando a ideia da evolução no modelo dominante, no caso português é nessa trajetória que está mais patente o experimentalismo, quer através de períodos de vida a solo, quer através do alargamento da conjugalidade sem procriação. O facto de este experimentalismo ser legitimado também ao nível dos valores é uma manifestação da “destraditionalização dos percursos”, mesmo num contexto em que a normatividade etária se encontra claramente ancorada num regime macrossocial de percurso de vida (Aboim, 2010: 145). A trajetória *parental tardia* exprime, no que diz respeito à vida familiar, um padrão institucional emergente, suficientemente aberto à variabilidade individual e à “biografização” do percurso de vida, sem, no entanto, derrubar a ordem social vigente (Kohli, 2007: 255). Efetivamente, mais do que evidência de uma pluralização das trajetórias familiares, este padrão é o reflexo do prolongamento e do adiamento das transições (familiares e da escola para o trabalho).

Na linha do concluído pela história da família, a reconstrução das trajetórias familiares derruba algumas idealizações em relação ao passado recente. A ideia de um passado monocromático, em que existia um único modelo de trajetória familiar, marcado por transições precoces e rápidas entre família de orientação e de procriação, não tem grande adesão à realidade portuguesa. O contraste entre coortes demonstra o “familialismo renovado” sentido a partir de meados da década de 1960 (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998). O ímpeto da conjugalização é evidenciado pelo predomínio da trajetória *parental precoce* na coorte de 1950-55, na contração da *monoparentalidade na origem* e no crescimento da trajetória ‘*da parental à complexa*’. Estes são sinais das oportunidades de vida em casal mas também dos fortíssimos constrangimentos normativos que complicavam a vida de mães sós com “filhos ilegítimos”. Mas mesmo nesta coorte a trajetória *parental precoce* corresponde somente a 2 em cada 5 casos.

A semelhança entre a primeira e a terceira coorte é aparente, em função da modernização que marca a vida familiar e social a partir de meados da década de 80 (Almeida et al., 1998). Em diferentes tempos históricos, factos sociais aparentemente semelhantes resultam de fenómenos distintos e têm significados díspares. Se na coorte mais remota a trajetória *parental tardia* estaria mais associada a dificuldades económicas, a restrições à autonomia individual ou até a estratégias de controlo da natalidade, na coorte mais jovem está inequivocamente associada ao incremento da autonomia individual e ao

alargamento dos períodos formativos, que tanto produzem efeitos nos valores associados ao indivíduo e à família, como se concretiza em carreiras escolares mais longas.

Não existe uma associação sistemática entre origens sociais e tipos específicos de trajetória. Nesse sentido, a evolução das trajetórias familiares, *i.e.*, a sua modernização, seria mais um resultado do “metabolismo geracional” (Ryder, 1965) do que de processos de acumulação de vantagens fundados na estrutura classista da sociedade. Mas é entre os indivíduos com mais capital económico e cultural que as trajetórias parentais tardias são mais prevalentes. E existe um padrão mais marcadamente classista relacionado com a complexidade dos agregados doméstico: as trajetórias que evoluem no sentido da complexidade familiar estão associadas a baixos recursos; as que estão evoluem da complexidade para as formas conjugais simples estão associadas à acumulação de capital e a percursos de mobilidade ascendente.

Os homens estão mais associados às trajetórias parentais em geral e parentais tardias em particular. Todavia os dados também apontam para a convergência das trajetórias familiares de homens e mulheres na coorte mais recente. Noutros contextos, essa convergência tem sido identificada como catalisadora do processo de *destandardização* do percurso de vida (Brückner e Mayer, 2005; Widmer e Ritschard, 2009). Em países como a Alemanha ou o Reino Unido tem emergido um padrão em que as mulheres aliam a decisão de ter filhos à possibilidade de conciliar vida profissional e familiar. Devido às incertezas no mercado de trabalho, isso contribui para um número crescente de mulheres que não têm filhos ou que atrasam o seu nascimento. Essa não foi, até agora, a realidade portuguesa. Evoluirá o cenário português no mesmo sentido? É uma questão que fica em aberto.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew (2004), *Methods of discovery: heuristics for the social sciences*, New York, W. W. Norton.
- ABBOTT, Andrew; TSAY, A. (2000), “Sequence Analysis and Optimal Matching Methods”, *Sociology: Review and Prospect. Sociological Methods & Research*, 29 (1), pp. 3-33.
- ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 - 57

ABOIM, Sofia (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, in Karin Wall e Lúcia Amâncio (Eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-91.

ABOIM, Sofia (2010), “Cronologias da Vida Privada”, in José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira (Eds.), *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 107-148.

ALDOUS, Joan (1996), *Family careers: rethinking the developmental perspective*, Thousand Oaks, California, Sage Publications.

ALMEIDA, Ana Nunes de (2003), “Família, Conjugalidade e Procriação: valores e papéis”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses V - Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 50-93.

ALMEIDA, Ana Nunes de; GUERREIRO, Maria das Dores; LOBO, Cristina; TORRES, Anália; WALL, Karin (1998) “Relações familiares: mudança e diversidade”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 50-93.

ALMEIDA, João Ferreira de; MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da (2007), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, in Jorge Vala e Anália Torres (Eds.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.

ARIÈS, Philippe (1988 [1960]), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.

ATKINSON, Will (2014), “A sketch of ‘family’ as a field: From realized category to space of struggle”, *Acta Sociologica*, 57 (3), pp. 223-235.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002), *Individualization institutionalized individualism and its social and political consequences*, London, Sage.

BRÜCKNER, Hannah; MAYER, Karl Ulrich (2005), “De-Standardization of the Life Course: What it Might Mean? And if it Means Anything, Whether it Actually Took Place?”, *Advances in Life Course Research*, 9, pp. 27-53.

CUNHA, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CUNHA, Vanessa; ATALAIA, Susana (2014), “A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal”, in Anabela Delgado e Karin Wall (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais, pp. 155-175.

RAMOS, Vasco (2016), "A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 - 57

DANNEFER, Dale (2002), "Toward a Global Geography of the Life Course: Challenges of Late Modernity for Life Course Theory", in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 647-659.

DELGADO, Anabela; WALL, Karin (2014), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.

DURKHEIM, Émile (1975 [1882]), *La Famille Conjugal Textes III. Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.

DUVALL, Evelyn Millis; MILLER, Brent. C. (1985), *Marriage and family development*, New York, Harper & Row.

ELDER, Glen H. ; JOHNSON, Monica Kirkpatrick, CROSNOE, Robert (2002), "The Emergence and Development of Life Course Theory", in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*. New York, Kluwer Academic Publications, pp. 3-19.

GABADINHO, Alexis; RITSCHARD, Gilbert; MÜLLER, Nicolas S.; STUDER, Matthias (2011), "Analyzing and Visualizing State Sequences in R with TraMineR", *Journal of Statistical Software*, 40 (4), pp. 1-37.

GIDDENS, Anthony. (1996), *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora.

HAMMEL, E. A.; LASLETT, Peter (1974), "Comparing Household Structure Over Time and Between Cultures", *Comparative Studies in Society and History*, 16 (1), pp. 73-109.

HAREVEN, Tamara K. (1991a), "The History of the Family and the Complexity of Social Change", in *The American Historical Review*, 96 (1), pp. 95-124.

HAREVEN, Tamara K. (1991b), "The home and the family in historical perspective", *Social Research*, 58 (1), pp. 253-285.

INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*, Princeton, Princeton University Press.

KOHLI, Martin (1989), "Le cours de vie comme institution sociale", *Enquête. Biographie et cycle de vie* (5), pp. 37-43

KOHLI, Martin (2007), "The Institutionalization of the Life Course: Looking Back to Look Ahead", *Research in Human Development*, 4 (3-4), pp. 253-271.

KOHLI, Martin (2009 [1986]), "The world we forgot: A historical review of the life course", in Walter R. Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The life course reader: Individuals and societies across time*, Frankfurt, Campus-Verlag, pp. 64-90.

LASLETT, Peter (1972), "Introduction: the history of the family", in Peter Laslett e Richard Wall (Eds.), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-89.

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 - 57

LESTHAEGHE, Ron (2010), “The Unfolding Story of the Second Demographic Transition”, *Population and Development Review*, 36 (2), pp. 211-251.

LIEFBROER, Aart. C. (2009), “From Youth to Adulthood: Understanding Changing Patterns of Family Formation From a Life Course Perspective”, in Walter R. Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The life course reader: Individuals and societies across time*, Frankfurt, Campus-Verlag, pp. 311-337.

PARSONS, Talcott (1971 [1949]), “A estrutura social da família”, in Ruth Ashen (org.), *A família: sua função e destino*, Lisboa, Editora Meridiano, pp. 286-289.

RAMOS, Vasco (2014) “Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses”, *Análise Social*, XLIX (212), pp. 626-649.

RODGERS, Roy H. ; WHITE, James M. (1993), “Family Development Theory”, in Pauline Boss, William Doherty, Ralph LaRossa, Walter Schumm e Suzanne Steinmetz (Eds.), *Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach*, New York, Plenum, pp. 225-254.

RYDER, Norman B. (1965), “The Cohort as a Concept in the Study of Social Change”, *American Sociological Review*, 30 (6), pp. 843-861.

SHORTER, Edward. (2001 [1975]), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.

SINGLY, François de (2007), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Armand Colin.

WALL, Karin; CUNHA, Vanessa; RAMOS, Vasco (2014), “Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011”, in Anabela Delgado e Karin Wall (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais, pp. 43-60.

WIDMER, Eric; GAUTHIER, Jacques-Antoine (2013), “Cohabitation trajectories”, in René Levy e Eric Widmer (Eds.), *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, Zurich, Berlin, LIT Verlag, pp. 53-69.

WIDMER, Eric.; RITSCHARD, Gilbert (2009), “The De-Standardization of the Life Course: Are Men and Women Equal?”, *Advances in Life Course Research*, 14 (1-2), pp. 28-39.

Vasco Ramos. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. E-mail: vmsramos@gmail.com

Artigo recebido em 10 de março de 2016. Publicação aprovada em 23 de agosto de 2016

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a centralidade dos processos de socialização familiar na formação da reflexividade individual, com base numa abordagem biográfica. Uma visão diacrónica dos percursos individuais é crucial para compreender não só o modo como a capacidade de cada pessoa se pensar a si mesma no mundo é desenvolvida ao longo do curso de vida, sendo estruturada decisivamente no seio da família, mas também a forma como o impacto da socialização familiar na formação de competências reflexivas ocorre diferenciadamente de acordo com o enquadramento socioeconómico da família.

Palavras-chave: reflexividade; socialização familiar; biografia.

The world as we see it: family socialisation and reflexivity

Abstract

The main goal of this article is to analyse the centrality of family socialisation processes in the formation of personal reflexivity, using a biographical approach. A diachronic overview on individual lives is crucial to understand not only how the ability to think about oneself is developed throughout the life course and is structured in a significant way within the family, but also how the impact of family socialisation in the formation of personal reflexivity competences occurs differently according to the family's social background.

Keywords: reflexivity; family socialisation; biography.

Le monde à nos yeux : la socialisation familiale et la réflexivité

Résumé

Cet article vise à analyser la centralité des processus de socialisation familiale dans la formation de la réflexivité individuelle, basée sur une approche biographique. Une vision diachronique des parcours individuels est cruciale pour comprendre non seulement la manière dont la capacité de chaque personne se pense elle-même dans le monde est développée au fil du cours de la vie, en étant structuré de manière décisive au sein de la famille, mais également la manière dont l'impact de la socialisation familiale sur la formation de compétences réflexives se produit de manière différente selon le cadre socioéconomique de la famille.

Mots-clés: réflexivité; socialisation familiale ; biographie.

El mundo ante nuestros ojos: socialización familiar y reflexividad

Resumen

Este artículo pretende analizar la centralidad de los procesos de socialización familiar en la formación de la reflexividad individual basada en un enfoque biográfico. Es necesaria una visión diacrónica de los recorridos individuales para comprender no solo la capacidad de cada persona de pensar en sí misma dentro del mundo que se desarrolla a lo largo del transcurso de la vida, quedando estructurada decisivamente en el seno de la familia, sino también la forma en que el impacto de la socialización familiar en la formación de competencias reflexivas ocurre diferenciadamente en consonancia con el marco socioeconómico de la familia.

Palabras clave: reflexividad; socialización familiar; biografía.

Introdução

A forma como cada pessoa observa e interpreta o mundo, bem como o lugar que nele ocupa, é constituída ao longo do percurso biográfico, mas encontra, em grande medida, no seio da família as bases da sua formação. É neste contexto, e em fases iniciais de vida, que se estruturam esquemas mentais de desenvolvimento da reflexividade individual, enquanto capacidade de os indivíduos se pensarem a si mesmos tendo em consideração as suas circunstâncias sociais.

Ser sujeito social implica ser reflexivo, sendo a reflexividade uma capacidade universal, socialmente constituída, condição de existência em sociedade. Mas deve ser

também considerado o papel que a mesma desempenha enquanto competência social, que se forma em circunstâncias específicas, que é estimulada em determinados contextos e que tem efeitos concretos nas vivências individuais. Ou seja, apesar de ser uma capacidade individual comum, é formada, ativada e tem eficácia causal diferenciada consoante os processos sociais e os contextos implicados. É uma capacidade partilhada pelo facto de resultar de dinâmicas de socialização (nomeadamente familiares) que, apesar de se configurarem de modos muito distintos, são transversais aos atores sociais. É uma capacidade aprendida, que ao ser desenvolvida contextualmente e ao produzir consequências diferenciadas na existência dos indivíduos, assume também o papel de competência. Todas as pessoas pensam sobre si mesmas por referência às suas circunstâncias sociais, mas não o fazem necessariamente da mesma forma.

O presente artigo tem precisamente por objetivo a análise dos processos de formação da reflexividade individual, em particular dos que ocorrem na família. Esta discussão assenta numa pesquisa centrada no modo como essa capacidade é formada, nas suas modalidades de exercício e nos efeitos que a mesma tem nas práticas individuais (Caetano, 2013). Mobilizando uma estratégia metodológica qualitativa, de cariz intensivo, foram realizadas entrevistas biográficas, em mais do que uma sessão, a um conjunto socialmente diversificado de pessoas, com o intuito de captar experiências passadas, interpretações presentes e projetos de futuro. Com base neste material empírico foi possível explorar os mecanismos e processos que participam na constituição dos modos diferenciados como cada pessoa se percebe, observa e interpreta o mundo social em que vive.

O estudo sociológico da reflexividade individual

Considerando que os indivíduos têm um papel ativo na construção da realidade social em que vivem, bem como na sua reprodução, não seria viável conceber as suas existências como obedecendo a princípios mecanizados de ação, que não exigissem qualquer tipo de olhar distanciado sobre aquilo que são e fazem, e sobre o que os rodeia. Ser indivíduo em sociedade significa também ser sujeito de si mesmo, ou seja, ter a capacidade de se tomar a si próprio e às suas condições sociais como objeto de observação e reflexão (Sayer, 2010).

A monitorização da ação é uma característica fulcral das dinâmicas sociais (Giddens, 2004). É através deste mecanismo que as pessoas adequam as suas práticas aos contextos em que atuam e aos atores sociais que neles encontram e com quem interagem. É verdade que a ação tem uma componente pré-reflexiva, que permite aos sujeitos saberem como agir num dado contexto, sem que para tal tenham de refletir sobre a melhor coisa a fazer. As dinâmicas sociais são repetitivas e estruturam-se em torno de rotinas que sustentam a segurança ontológica dos indivíduos (Giddens, 2001). Seria impossível que vivessem num estado permanente de alerta. É essa a função do sentido prático de que falava Bourdieu (2002, 2008). Mas mantendo isto em mente, nenhum papel social, nem nenhum enquadramento estrutural funcionam, em todo o momento, com base em guiões pré-definidos que não exigem qualquer tipo de adaptação individual.

Há sempre um grau de imprevisibilidade que permeia os contextos sociais. Estes dependem sempre do encontro entre determinadas condições estruturais (que os sujeitos geralmente não podem controlar), com indivíduos dotados dos seus próprios sistemas de disposições, que, por sua vez, se adequam variavelmente quer à configuração desses enquadramentos, quer às disposições dos agentes com quem neles interagem (Lahire, 2001, 2002). Neste sentido, e porque é impossível prever todos os parâmetros de definição da situação, os sujeitos antecipam, preparam e reajustam as suas perspetivas e práticas, tanto *in loco*, como com algum distanciamento temporal (prévio ou posterior), de modo a tornarem possível as suas condutas e a própria interação. Para além disso, mesmo quando os indivíduos estão perante situações familiares, nas quais a orientação do sentido prático é suficiente, são múltiplas as ocasiões em que as práticas habituais são tomadas como objeto de reflexão.

Estas considerações fundamentam o modelo analítico no qual a pesquisa ancorou (Caetano, 2011, 2013). Este modelo combina propostas de diferentes autores que podem ser consideradas complementares em muitos aspetos, nomeadamente a abordagem disposicionalista de Bourdieu (2001, 2002, 2003) e Lahire (2001, 2002), a teoria da estruturação de Giddens (2004), o realismo crítico de Archer (2003a, 2003b), as propostas interacionistas de Goffman (1993) e também o contributo de autores de síntese como Mouzelis (2008).

A reflexividade é entendida como um mecanismo interno à mente individual, que se expressa através de conversas internas, ou seja, através de diálogos que cada pessoa

mantém consigo mesma na sua mente nos quais clarifica e define crenças, atitudes, objetivos e práticas (Archer, 2003b). Mas para além desta componente interna expressa-se também através de manifestações externas, nomeadamente através do discurso, oral (sobretudo em contexto de interação) (Chalari, 2009) e escrito (Lahire, 2001). Neste sentido, é importante conceptualizar as dimensões interna e externa da ação para dar conta destas duas vertentes do conceito (Mouzelis, 2008). A relação entre ambas é mediada a três níveis. Ao nível estrutural pelo sentido prático, que faz a ponte entre as condições materiais de existência e as disposições incorporadas, permitindo aos agentes saberem o que fazer em situações sociais sem terem de ativar mecanismos de racionalização (Bourdieu, 2001, 2002; Giddens, 2004; Lahire, 2001). Ao nível contextual pelos enquadramentos e parâmetros da interação que cada pessoa mantém quer consigo mesma, quer com os outros, no sentido em que a definição e o rumo das condutas sociais dependem sempre dos enquadramentos intra e interrelacionais dos sujeitos (Goffman, 1993; Mouzelis, 2008). E ao nível individual pela própria reflexividade, que tem o potencial de atuar na mediação entre os constrangimentos e possibilidades das estruturas e os projetos individuais, através dos quais os sujeitos procuram adequar os seus objetivos e preocupações às suas condições sociais (Archer, 2003b, 2007, 2012).

Os princípios orientadores deste modelo têm por base a ideia de que é possível combinar propostas geralmente apontadas como opostas, como sejam a dualidade da estrutura e o dualismo analítico. Tal como Archer (2003b) defende, a análise da reflexividade como mecanismo social pressupõe, de facto, entender as estruturas sociais como entidades externas, na medida em que os sujeitos as tomam como objeto que constrange ou possibilita os seus projetos pessoais. Por outro lado, esta argumentação não contraria necessariamente a noção de que as estruturas sociais têm também uma existência interna que se concretiza nos sistemas de disposições dos indivíduos (Caetano, 2015b). Os processos de interiorização da exterioridade configuram o sentido prático (Bourdieu, 2008), ou a consciência prática (Giddens, 2004), que produzem ajuste pré-reflexivo das condutas às condições materiais de existência. Reflexividade e sentido prático são ambos mecanismos de orientação da ação, que podem atuar em circunstâncias diferentes, mas que se articulam permanentemente na definição das práticas (Adams, 2006; Adkins, 2003; Akram e Hogan, 2015; Chandler, 2013; Elder-Vass, 2007; Farrugia e Woodman, 2015; Fleetwood, 2008; Mouzelis, 2008; Sayer, 2010; Sweetman, 2003).

Os parâmetros operatórios deste modelo de análise foram transpostos para um dispositivo metodológico ajustado às especificidades da análise empírica da reflexividade (Caetano, 2011, 2015a). Mobilizando uma estratégia metodológica qualitativa, de cariz intensivo, foram efetuadas entrevistas biográficas a 20 pessoas, sendo que para cada uma delas foram realizadas pelo menos duas sessões de entrevista. O guião foi estruturado em torno de três blocos de questões. O primeiro diz respeito ao percurso biográfico, centrando-se nas condições e contextos do trajeto pessoal, bem como nos projetos e preocupações centrais de cada pessoa. O segundo remete para a vida quotidiana dos sujeitos, com especial enfoque nas rotinas diárias, mas também nas suas possíveis ruturas. E o terceiro bloco é aquele que diz mais diretamente respeito ao exercício da reflexividade, incorporando questões relativas às conversas internas de cada pessoa e às formas discursivas das reflexões individuais.

Foi entrevistado um conjunto relativamente diversificado de pessoas, sobretudo do ponto de vista do sexo, da idade, da escolaridade, da atividade profissional e das origens sociais: 10 mulheres e 10 homens, com idades compreendidas entre os 21 e os 80 anos, com relações diferenciadas com o sistema de ensino (desde aqueles que não frequentaram a escola, até aos que completaram o doutoramento), com atividades profissionais muito diferentes (desde pastor a professor universitário) e com origens sociais também distintas (mais e menos favorecidas). Para cada uma das 20 pessoas entrevistadas foi elaborado um retrato sociológico, enquanto ferramenta de análise da produção social dos indivíduos (Lahire, 2002), que destaca os elementos biográficos e as lógicas de causalidade social que permitem perceber como é que se traduzem numa dada pessoa os processos de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade

As primeiras grelhas de interpretação do mundo

É na esfera familiar, no âmbito da denominada socialização primária, que se enraízam de modo mais profundo os parâmetros de formação do modo como os indivíduos refletem sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. Os sujeitos nascem em condições sociais e familiares que não são da sua escolha e que determinam os seus esquemas interpretativos do real (Berger e Luckmann, 2004: 139). É no seio da família, a única realidade que conhecem intimamente até certa fase das suas vidas, que

desenvolvem uma grelha de observação e avaliação daquilo que os rodeia. O mundo social é filtrado, pelo menos numa etapa inicial, pelos contextos familiares. Os seus membros, com base nas próprias grelhas interpretativas, indissociáveis da sua localização no espaço social, selecionam os elementos do real que maior importância assumem e que constituem o universo simbólico e material da família.

As crianças e adolescentes aprendem o lugar que ocupam no grupo familiar, mas também no seu exterior, o comportamento mais adequado a adotar em determinados contextos, como devem interpretar aquilo que ocorre dentro e fora da família, bem como os limites daquilo que desejam e do que lhes é possível concretizar. A reflexividade integra assim os processos mais vastos de interiorização da exterioridade (Bourdieu, 2002: 163). É nestas dinâmicas que se formam as disposições, mas também as competências reflexivas. No seio da família, os indivíduos aprendem a agir “como deve ser”, sob orientação do sentido prático, sem que tenham de deliberar sobre as suas opções, mas é também neste contexto que desenvolvem a capacidade de se questionarem a si mesmos e àquilo que os rodeia. Há, aliás, relatos, de alguns entrevistados, de episódios de ativação de competências reflexivas que remontam ao período de infância.

De facto, o contexto familiar é fulcral e desempenha um papel decisivo na constituição da reflexividade individual, pelo facto de ter um cariz introdutório ao mundo, se prolongar no tempo e constituir, assim, as bases disposicionais de cada pessoa (Bourdieu, 2008; Lahire, 2007, 2011). É no âmbito da socialização primária que os sujeitos fazem os primeiros exercícios de abstração de papéis e atitudes e que começam a desenvolver uma relação distanciada consigo mesmos. Estas dinâmicas remetem para o papel ativo que os sujeitos também assumem nos processos de socialização, ao invés de serem recetáculos passivos de normas, valores e práticas (Abrantes, 2011).

A influência da família na constituição de competências reflexivas ocorre, contudo, de forma distinta consoante o seu enquadramento social, sendo possível identificar diversos estilos de exercício da reflexividade. Essas diferenças podem ser tipificadas, na medida em que representam padrões de proximidade e distanciamento entre entrevistados. No fundo, é possível definir uma tipologia de modos de reflexividade, atendendo não só aos processos de formação de competências reflexivas, mas também ao exercício e à eficácia causal dos modos de cada pessoa se pensar a si mesma no mundo (Nico e Caetano, 2015). Embora estes três processos sejam indissociáveis, o foco da discussão centra-se

apenas nas dinâmicas de constituição diferenciada de quatro perfis reflexivos, através dos estímulos que ocorrem na família: auto-referencial, funcional, resistente e pragmático.

A convergência de estímulos diretos que se reforçam mutuamente

A reflexividade auto-referencial caracteriza-se pelo permanente questionamento dos sujeitos relativamente às suas perceções, práticas e relações em diferentes contextos sociais e momentos no tempo, tomando frequentemente as suas próprias conversas internas como objeto de reflexão. É um perfil particularmente feminizado e qualificado, sendo que os estímulos para a constituição e desenvolvimento de competências reflexivas aumentadas são transversais às diferentes esferas de vida por onde estes indivíduos se movem.

Nestes casos a reflexividade é estimulada de forma direta desde muito cedo, sobretudo através do contacto com a diversidade cultural. Os indivíduos que integram este grupo mantêm uma relação de grande proximidade com os familiares do ponto de vista emocional, mas também na partilha de atividades culturais e nas sociabilidades. Os pais e os avós (e por vezes tios ou primos) assumem-se como figuras centrais nas suas vidas, pela ligação emocional que desenvolveram, mas também pelo contacto que lhes proporcionaram com determinado tipo de práticas e valores. Estes entrevistados relatam múltiplos episódios de incentivo de atividades culturais, como sejam a leitura, a escrita, a audição de música, a prática de um instrumento musical, a participação em grupos de teatro, as idas ao cinema ou a outro tipo de espetáculos culturais, o investimento em ativismo cultural, a prática de artes decorativas ou a realização de viagens dentro e fora do país.

O seio familiar e o espaço doméstico são entendidos como lugares de abertura e como palco de concretização dos interesses pessoais de cada sujeito. Os entrevistados eram incentivados a levarem os amigos (ou namorados) para casa, a aí organizarem atividades conjuntas, bem como a partilharem com os pais a evolução dos seus relacionamentos (de amizade ou amorosos). Algumas práticas como a leitura ou a audição de música são inclusive partilhadas entre pais e filhos, numa relação de duplo sentido: se numa fase inicial liam ou ouviam o que encontravam em casa, com a adolescência, com o contacto com outras pessoas e meios e com o conseqüente desenvolvimento de um gosto pessoal passaram também a sugerir aos pais livros e músicas. No fundo, estabeleceram com os pais uma relação de amizade, em muito assente no diálogo. Estes entrevistados foram

particularmente estimulados a exteriorizarem os seus pensamentos e emoções e a exercerem a sua reflexividade discursivamente, sobretudo com a família e amigos. Mesmo ultrapassado o processo mais precoce de identificação com os familiares, inerente às dinâmicas de socialização primária na família, e até depois de atualizarem as suas disposições noutros contextos sociais, estes entrevistados mantiveram sempre os pais como referências centrais nas suas vidas.

Outro aspeto fulcral nos processos de estímulo da reflexividade levados a cabo no seio da família diz respeito à valorização das qualificações formais. O ambiente familiar imbuído de interesses culturais tornou a prossecução dos estudos para o ensino superior numa escolha evidente para os sujeitos. Os entrevistados que integram o perfil auto-referencial desenvolveram na família práticas de aprendizagem e de procura e interesse pelo conhecimento muito similares aos que eram exigidos em contexto escolar, pelo que a transição e a articulação entre estes dois enquadramentos foi sempre vivida de forma harmoniosa e com mútuo fortalecimento. A este nível importa destacar a importância atribuída à organização pessoal no seio da família, que encontrou reforço positivo na experiência escolar. É quase generalizada a descrição dos pais como sendo metódicos e organizados; traços estimulados nos filhos e reforçados pela escola. A socialização de género no seio da família, pelas expectativas direcionadas para as mulheres na adoção de uma postura responsável, organizada e regrada, bem como a participação em atividades de lazer que exigem características pessoais similares (como a prática de um instrumento ou o teatro), constituíram ainda reforços adicionais a este tipo de competências reflexivas.

As ideologias políticas, em particular de esquerda, são outro dos elementos de transmissão familiar que atuaram no estímulo da reflexividade. Bem presente nos seus discursos estão preocupações vincadas com desigualdades sociais que decorrem da presença constante de inquietações manifestas diretamente pelos pais relativamente a processos de diferenciação social. Apesar de serem oriundos de agregados domésticos favorecidos do ponto de vista económico e cultural, os pais fizeram questão que os filhos não tomassem os seus contextos de vida por garantidos, fazendo-os tomar consciência da existência de outros meios de vida e da necessidade de assumirem uma atitude proactiva na manutenção e melhoria das suas condições de existência. Este processo resultou no estímulo direto da autonomia pessoal, no desenvolvimento de uma visão crítica sobre si e

sobre o mundo e na assunção, desde muito novos, de responsabilidades familiares e financeiras.

As vivências familiares dos indivíduos com uma reflexividade auto-referencial foram, no fundo, mais viradas para o exterior (embora mantendo a interdependência emocional da família) do que as dos restantes entrevistados, no sentido em que estão permeadas pela permanente circulação por diferentes contextos e pelo contacto com padrões de heterogeneidade cultural e social. A pluralidade disposicional daqui decorrente atuou no estímulo direto da reflexividade individual. Ao moverem-se por diferentes enquadramentos tiveram de aprender as regras sociais e as normas de conduta de cada um deles e adaptar-se à pluralidade disposicional das pessoas com quem foram interagindo nesses contextos (Burns e Flam, 2000).

O contacto com esta diversidade contextual articula-se com o estímulo de atividades que remetem para uma relação mais distanciada com o mundo, com a valorização da formação escolar e de práticas de organização pessoal, com o apoio à elaboração de projetos individuais, com o incentivo à construção de uma perspetiva pessoal sobre o que os rodeia e com o desenvolvimento de preocupações sociais, num ambiente propício ao desenvolvimento da reflexividade individual. Isto porque todos estes elementos implicam tomada de consciência relativamente a outras formas de organização social e familiar, elaboração de projeções futuras, práticas de abstração, bem como dinâmicas de questionamento, de comparação e de posicionamento face aos outros, que são em si mesmos exercícios reflexivos. O facto de estes estímulos terem sido precoces, intensos, prolongados no tempo e de terem encontrado condições favoráveis de reforço e atualização ao longo do percurso biográfico tornam o exercício destas competências em traços pessoais particularmente vincados.

O papel dos conflitos familiares

Face ao cariz involuntário do posicionamento num determinado contexto familiar ou socioeconómico, as experiências no seio da família não têm necessariamente de ser vivenciadas com satisfação, como sendo capacitadoras e estimulantes, e ainda reforçadas por enquadramentos externos, como se verificou no caso dos sujeitos com uma reflexividade auto-referencial. Noutras circunstâncias, as vivências familiares na infância e adolescência podem ser percecionadas como constrangimento. Mas isso não significa que

o efeito na reflexividade individual seja também o oposto. Na realidade, vivências menos positivas com os pais podem igualmente ter um efeito de reforço das competências reflexivas, embora num sentido distinto, quer por via da existência de conflitos no seio da família, quer como resultado de contextos de carência.

No primeiro caso encontram-se os entrevistados que integram o perfil funcional. Diversificado do ponto de vista socioeconómico, é exclusivamente constituído por entrevistados do sexo masculino e define uma forma de pensar sobre si no mundo orientada para fins bem definidos, geralmente associados à necessidade de tomada de decisão. Ou seja, estes indivíduos ativam as suas competências reflexivas apenas quando têm de ponderar acerca de um determinado problema ou opção a tomar. A ativação da reflexividade não é tão abrangente e transversal como a do perfil auto-referencial.

Problemas relacionados com discussões familiares, com o desacordo face a princípios e práticas dos pais, com obstáculos económicos, com a toxicodependência de um irmão, com uma situação de divórcio dos pais ou com problemas na partilha de vida com um irmão gémeo estão na origem de dificuldades de relacionamento interpessoal no seio da família de origem, que resultaram na procura de autonomização por parte dos sujeitos deste grupo. O investimento numa estratégia de emancipação (mas não de rutura) face à família ocorreu do ponto de vista económico, residencial e de monitorização das suas condutas, e resultou da ativação de competências reflexivas.

O desconforto que sentiam no seio da família teve, no fundo, um efeito de reforço da sua reflexividade pela comparação que estabeleciam com outras formas de convivência familiar e interindividual, e pela definição de um projeto de vida que implicava afastamento desse contexto. Um pressuposto deste processo assenta, mais uma vez, no contacto com alguma diversidade social e cultural, que permitiu o desenvolvimento de uma perspetiva mais abrangente na forma como se entendem a si mesmos e se posicionam face aos outros. O descontentamento é, precisamente, resultado deste exercício reflexivo. Se no caso dos entrevistados com um perfil auto-referencial o estímulo da reflexividade se faz sobretudo pelo reforço mútuo de contextos sociais, por outro lado, relativamente aos sujeitos que integram o modo funcional, o incentivo de competências reflexivas é o produto do confronto entre esferas de vida.

O confronto entre o contexto familiar e outros modos de vida

O modo de reflexividade resistente caracteriza modos de pensar focados sobretudo na manutenção da posição social alcançada, que se encontra em risco pelo surgimento de novas dificuldades financeiras decorrentes da conjuntura socioeconómica do país. Este grupo é constituído por mulheres com baixos níveis de escolaridade, que conseguiram melhorar a sua qualidade de vida, face àquele que era o cenário de pobreza das suas origens sociais, e que lutam atualmente para manter o que conseguiram alcançar (do ponto de vista financeiro, laboral e residencial), sendo esse o foco central das suas preocupações e que define o modo como se veem a si mesmas e aos outros no mundo.

Nestes casos o confronto entre esferas de vida resulta de situações de carência, tanto material como afetiva. Numa primeira fase, as suas competências reflexivas foram desenvolvidas em contextos marcados por graves dificuldades económicas, agravadas ainda por problemas associados ao alcoolismo e à violência doméstica. Face à insatisfação e tristeza que sentiam relativamente às suas vivências familiares, ainda na infância e adolescência, questionavam-se acerca do comportamento dos pais e das razões que explicavam o ambiente em que viviam. Tendo por objetivo afastarem-se dos contextos de origem e construir uma nova vida familiar, definiram no casamento uma estratégia de concretização dos seus planos de melhoria das condições emocionais e materiais de existência.

Numa segunda fase, já depois de casadas, nalguns casos após deslocação residencial para outro local, e tendo concretizado uma melhoria relativa dos seus contextos de vida, passaram a ter contacto com outros meios de existência e com um grupo mais diversificado de pessoas do ponto de vista económico e cultural, que tiveram um impacto determinante no desenvolvimento e na configuração atual das suas competências reflexivas. No fundo, tomaram consciência da existência de outras formas de organização familiar e económica, passaram a comparar-se com outros grupos sociais, criaram novos grupos de referência, direcionaram um novo olhar para o passado e começaram a questionar aspetos das suas vidas sobre os quais nunca tinham pensado anteriormente.

Por exemplo, aquilo que foi vivido com angústia e que tinha gerado ressentimento face aos pais, nomeadamente no período da infância, passou a ser racionalizado e enquadrado naquilo que eram os padrões da época, o que permitiu aliviar sentimentos de tormento direcionados ao passado. As relações de género passaram também a ser objeto de

reflexão, o que as levou a procurarem padrões de relacionamento conjugal mais igualitários. No fundo, apenas depois de atingirem um determinado patamar de condições materiais e emocionais de vida e de, assim, tomarem consciência do contraste existente entre os seus contextos de origem e a sua situação presente (ou mesmo a que gostariam ainda de alcançar), se criaram condições para que orientassem as suas preocupações e reflexões para outro tipo de questões, que não exclusivamente as que dizem respeito a privações materiais e emocionais.

O impacto dos contextos de carência

Os contextos de carência podem, contudo, não ter o mesmo efeito de estímulo da reflexividade se não se verificar, precisamente, esse confronto entre contextos de vida. O caso dos entrevistados com um perfil pragmático é disso exemplo. Integram este grupo os entrevistados menos qualificados e mais desprovidos de recursos em termos gerais, que se inserem em contextos sociais de fraca exigência e estímulo da reflexividade individual. Viveram a infância e adolescência em enquadramentos de extrema pobreza e privação afetiva e mesmo quando conseguiram melhorar relativamente os seus contextos de vida mantiveram-se sempre nos mesmos meios sociais, com os mesmos grupos de referência. As carências materiais sobrepuseram-se permanentemente a outro tipo de preocupações e orientaram a sua reflexividade para questões de ordem prática do quotidiano, nomeadamente as que dizem respeito à organização doméstica e às tarefas laborais. Esta configuração dos modos de se pensarem a si mesmos no mundo nunca se alterou porque os seus contextos de vida se mantiveram também inalteráveis, não exigindo a ativação frequente ou intensiva de competências reflexivas. Viveram sempre em meios (espaciais e sociais) similares, estão inseridos em redes de relacionamento com quem partilham alguma proximidade social e tiveram pouco ou nenhum contacto mais próximo com formas culturais e normativas distintas das suas. A estruturação dos seus enquadramentos de vida não tem sido, no fundo, favorável à constituição de uma relação distanciada consigo mesmos. Não se trata aqui de afirmar que não são pessoas reflexivas, ou que o são em menor grau. A questão é que quando comparados, por exemplo, com outros entrevistados, como os que têm uma reflexividade auto-referencial, direcionam preferencialmente os seus pensamentos para questões de outra ordem, a reflexividade assume um menor peso na

orientação das suas condutas e têm menos recursos ao seu alcance para agirem criticamente sobre as suas circunstâncias.

Considerações finais

A reflexividade é constituída e desenvolvida ao longo do percurso biográfico, inscrevendo-se nos múltiplos processos de socialização de cada pessoa. A família, a escola, o trabalho, as sociabilidades e os lazeres, bem como contingências que afetam estas esferas de vida, combinam-se de forma variável na definição de um determinado perfil reflexivo. O que fica claro nesta análise é que a reflexividade é uma competência fortemente associada a outras competências, o que ajuda a perceber as suas diferentes formas de constituição, exercício e efeitos. Enquanto capacidade intelectual que pode ser exercida mentalmente, mas também por via do discurso oral e escrito, é indissociável das aprendizagens subjacentes a outras competências sociais que têm lugar, ao longo do percurso biográfico, nos diferentes domínios de vida. Os processos de socialização que ocorrem na família, sobretudo nos primeiros anos de vida, assumem, neste âmbito, um papel estruturante. O seu impacto na formação dos modos de reflexividade explica-se, em grande medida, pelo facto de preceder outras etapas socializadoras, ser prolongado no tempo e influenciar o investimento e, assim, o efeito da participação noutras dimensões de vida. É um contexto social privilegiado na formação das primeiras grelhas de interpretação do mundo e na construção de um olhar distanciado do real, por via da incorporação de hábitos de auto-observação e de análise das condições familiares, bem como de práticas, nomeadamente culturais, que estimulam um olhar reflexivo sobre o mundo.

Outros contextos socializadores desempenham também um papel central no desenvolvimento da reflexividade individual. É o caso da escola, sobretudo quando reforça os estímulos já existentes no seio familiar, ou cria hábitos que as crianças não tiveram a possibilidade de adquirir na família. A escola encoraja os alunos a realizarem exercícios de abstração, sobretudo com a linguagem, e a desenvolverem uma relação distanciado com o mundo, bem como uma perspetiva crítica acerca do que os rodeia. A eficácia destes processos de aprendizagem está, no entanto, amplamente conectada aos contextos e vivências familiares.

No fundo, as competências reflexivas adquiridas em diferentes enquadramentos, que nem sempre coincidem, são, ao longo do trajeto de vida dos sujeitos, reforçadas, contrariadas ou reajustadas pelas suas múltiplas experiências na escola, na esfera do trabalho, nos relacionamentos de amizade e relações amorosas, nas vivências familiares próprias e nas atividades de lazer. Sendo uma competência, a reflexividade vai evoluindo em consonância com aprendizagens, socializações e experiências de vida ao longo da biografia pessoal. Pode sofrer reajustes, reforços ou ser transformada por determinado tipo de eventos ou vivências, ou ainda de acordo com mudanças nas circunstâncias e contextos de vida dos sujeitos. Sendo constituída e requerida socialmente, muda em consonância com as dinâmicas sociais que estão na sua origem. O que não significa, por outro lado, que não tenha também um cariz duradouro. Apenas em casos mais extremos, de mudança profunda das trajetórias de vida, as transformações se fazem sentir de forma mais vincada. Na maior parte das situações, o modo de cada pessoa se pensar a si mesma vai sofrendo pequenas alterações e reajustes, sem que se alterem substancialmente os seus fundamentos, em grande medida com origem na família.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, Pedro (2011), "Para uma teoria da socialização", in *Sociologia*, XXI, pp. 121-139.
- ADAMS, Matthew (2006), "Hybridizing habitus and reflexivity. Towards an understanding of contemporary identity?", in *Sociology*, 40 (3), pp. 511–528.
- ADKINS, Lisa (2003), "Reflexivity: Freedom or habit of gender?", in *Theory Culture & Society*, 20 (6), pp. 21–42.
- AKRAM, Sadiya; HOGAN, Anthony (2015), "On reflexivity and the conduct of the self in everyday life: reflections on Bourdieu and Archer", in *The British Journal of Sociology*, 66 (4), pp. 605-625.
- ARCHER, Margaret S. (2003a [1995]), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- *Structure, Agency and the Internal Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (2007), *Making Our Way Through the World. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (2012), *The Reflexive Imperative in Late Modernity*, Cambridge, Cambridge University Press.

CAETANO, Ana (2016), "O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 58 - 74

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (2004 [1966]), *A Construção Social da Realidade. Um Livro sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

BOURDIEU, Pierre (2001 [1994]), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.

- (2002 [1972]), *Esboço de uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.

- (2003 [1979]), *La Distinction. Critique Social du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

- (2008 [1980]), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BURNS, Tom R.; FLAM, Helena (2000), *Sistemas de Regras Sociais. Teoria e Aplicações*, Oeiras, Celta Editora.

CAETANO, Ana (2011), "Para uma análise sociológica da reflexividade individual", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, pp. 157-174.

- (2013), *Vidas Reflectidas. Sentidos, Mecanismos e Efeitos da Reflexividade Individual, Tese de doutoramento*, Lisboa, ISCTE-IUL.

- (2015a), "Personal reflexivity and biography: methodological challenges and strategies", in *International Journal of Social Research Methodology*, 18 (2), pp. 227–242.

- (2015b) "Defining personal reflexivity: a critical reading of Archer's approach", in *European Journal of Social Theory*, 18 (1), pp. 60–75.

CHALARI, Athanasia (2009), *Approaches to the Individual. The Relationship between Internal and External Conversation*, London, Palgrave Macmillan.

CHANDLER, Bret (2013), "The subjectivity of habitus", in *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 43 (4), pp. 469–91.

ELDER-VASS, Dave (2007), "Reconciling Archer and Bourdieu in an emergentist theory of action", in *Sociological Theory*, 25 (4), pp. 325-346.

FARRUGIA, David; WOODMAN, Dan (2015), "Ultimate concerns in late modernity: Archer, Bourdieu and reflexivity", in *The British Journal of Sociology*, 66 (4), pp. 626-644.

FLEETWOOD, Steve (2008), "Structure, institution, agency, habit, and reflexive deliberation", in *Journal of Institutional Economics*, 4 (2), pp. 183-203.

GIDDENS, Anthony (2001 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

- (2004 [1984]), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.

GOFFMAN, Erving (1993 [1959]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.

LAHIRE, Bernard (2001 [1998]), *L'homme Pluriel. Les Ressorts de L'action*, Paris, Hachette Littératures.

CAETANO, Ana (2016), "O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 58 - 74

- (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
 - (2007), "Socialisation", in AAVV (org.), *Dictionnaire de Sociologie*, Paris, Encyclopaedia Universalis/Albin Michel, pp. 695-699.
 - (2011), "A transmissão familiar da ordem desigual das coisas", in *Sociologia*, XXI, pp. 13-22.
- MOUZELIS, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NICO, Magda; CAETANO, Ana (2015), "Untying conceptual knots. The analytical limits of the concepts of de-standardisation and reflexivity", in *Sociology*, doi: 10.1177/0038038515604107.
- SAYER, Andrew (2010), "Reflexivity and the habitus", in Margaret S. Archer (org.), *Conversations about Reflexivity*, London, Routledge, pp. 108-122.
- SWEETMAN, Paul (2003), "Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus", in *The Sociological Review*, 51 (4), pp. 528-549.

Ana Caetano. Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail:* ana.caetano@iscte.pt

Artigo recebido a 16 de março de 2016. Publicação aprovada a 12 de julho de 2016.

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo explora criticamente as narrativas das transições para a vida adulta e centra-se nas ocorrências mais precoces das transições da esfera privada em Portugal. A partir de dados do *European Social Survey (2006)*, conclui que coexistem perspetivas concorrentes sobre o curso de vida. As análises de sobrevivência permitem atestar o efeito significativo das gerações, embora não seja observada uma tendência constante para um maior adiamento. As regressões revelam que as raparigas são associadas a transições familiares mais precoces e a origem escolar só é relevante para a geração mais nova.

Palavras-chave: juventude; transições familiares; temporalidade.

In due time: A study on early family transitions in Portugal in the European context

Abstract

This paper critically explores the narratives associated with transitions to adulthood and focuses on the earliest occurrences of the private sphere transitions in Portugal. Using data from the *European Social Survey (2006)*, the conclusion is that life course competing perspectives coexist. Survival analysis allows testing the significant effect of generations, although a steady trend towards greater postponement is not observed. Regressions reveal that girls are associated with earlier family transitions and educational background is only significant for the younger generation.

Keywords: youth; family transitions; *timing*.

En son temps : une étude sur les transitions familiales précoces au Portugal dans le contexte européen

Résumé

Cet article exploite de manière critique les récits des transitions à la vie adulte et est centré sur les événements les plus précoces des transitions de la sphère privée au Portugal. À partir des données de l'*European Social Survey (2006)*, nous concluons que des perspectives concurrentes coexistent sur le cours de la vie. Les analyses de survie permettent de prouver l'effet significatif des générations, bien qu'une tendance constante à un report supplémentaire ne soit pas observée. Les régressions révèlent que les filles sont associées aux transitions familiales plus précoces et que l'origine de l'école n'est pertinente que pour la jeune génération.

Mots-clés: jeunesse; transitions familiales; timing.

A su debido tiempo: un estudio sobre las transiciones familiares tempranas en Portugal dentro del contexto europeo

Resumen

Este artículo explora críticamente las narrativas de las transiciones hacia la vida adulta y se concentra en las primeras apariciones de las transiciones de la esfera privada en Portugal. A partir de los datos de la *European Social Survey (2006)*, se concluye que coexisten perspectivas concurrentes sobre el transcurso de la vida. Los análisis de supervivencia permiten acreditar el efecto significativo de las generaciones, aunque no se observe una tendencia constante para un mayor aplazamiento. Las regresiones muestran que las niñas están asociadas con las transiciones familiares más precoces y el origen escolar solo es relevante para la generación más joven.

Palabras clave: juventud; transiciones familiares; sincronización.

Introdução

Na sociologia da juventude, as transições familiares são analisadas à luz da discussão sobre as transições para a vida adulta. A partir da identificação dos jovens que fazem as transições familiares mais cedo pretende-se adotar uma abordagem crítica às teorias que se focam na natureza cada vez mais tardia, prolongada e unívoca das transições, examinando também a estratificação social associada às mesmas. Esta análise põe em causa, desta forma, a validade e a intensidade de algumas das teses já enraizadas para as transições para a vida adulta.

Utilizando os dados do *European Social Survey 6* referentes à cronologia da ocorrência dos eventos transicionais, o contexto português (n=2.222) é enquadrado comparativamente à totalidade dos países europeus (n=43.000). A análise tem em conta três coortes geracionais (indivíduos nascidos até 1949, entre 1950 e 1969 e a partir de 1970) de forma a atestar questões de mudança social. São aqui consideradas transições familiares todos os primeiros eventos transicionais ocorridos no âmbito da esfera privada da vida; a saída de casa dos pais, a vivência da conjugalidade, o casamento e o nascimento de um/a filho/a.

No primeiro ponto apresentam-se os principais debates em torno das narrativas que enquadram os estudos das transições para a vida adulta, e no segundo explora-se o *timing* das transições para a vida adulta como fenómeno social. A metodologia e as limitações da média são descritas no ponto três. Através de análises de sobrevivência, o ponto quatro descreve os ritmos das transições familiares em Portugal, por geração. No ponto cinco são caracterizadas as transições precoces, em termos de limites etários, singularidade do contexto português em relação ao europeu, acumulação e interdependência, e origens sociais (género, escolaridade dos pais e escolaridade do próprio).

1. As grandes narrativas das transições para a vida adulta e suas potenciais limitações

A noção de mudança social está presente na maioria dos estudos sobre transições juvenis. Desde as últimas décadas, as sociedades ocidentais têm documentado as transformações nos diferentes contextos juvenis, desde a educação, ao trabalho, às esferas mais privadas da vida. Tem havido um enfoque analítico, nos estudos sobre a juventude, nas idades médias a que as transições ocorrem, o que tem revelado a natureza tardia das transições para a vida adulta, em particular nos países do Sul europeu, onde os Estados Providência disponibilizam de forma mais escassa recursos de incentivo à autonomia (Buchmann e Kriesi, 2011). Os atuais e novos padrões de transição para a vida adulta têm então sido caracterizados como mais tardios, prolongados e complexos (Billari e Liefbroer, 2010) do que no passado recente (segunda metade do século XX). Tem sido tomado como garantido que hoje as transições para a vida adulta são adiadas, dissociadas, e mais difíceis de definir, tendências especialmente associadas a países da Europa do Sul (Buchmann e

Kriesi, 2011). Como resultado, muita da heterogeneidade social que advém ou explica esse adiamento ou complexidade está longe de ser um tema esgotado.

Estas tendências são frequentemente enquadradas e associadas às teorias da modernidade tardia, por via dos conceitos de “sociedade de risco” e “individualização” de Beck (1992), Beck *et al.* (2000) e Giddens (1994), em que o indivíduo é o centro da ação da sua própria biografia e as trajetórias juvenis são descritas como imprevisíveis, fragmentadas e autónomas (Pais, 2001). Assim como pela noção de “des-estandardização” do curso de vida, que se baseia na ideia que eventos transicionais ou sequências particulares de eventos são cada vez menos experienciados e ocorrem em idades mais dispersas e de forma mais durável (Bruckner e Mayer, 2005).

Há, no entanto, quem questione a validade e aplicabilidade totalizantes destas teorias para interpretar as experiências juvenis contemporâneas, questionando as mudanças sociais e salientando as continuidades e a persistência das desigualdades. Furlong e Cartmel (1997) falam de uma “falácia epistemológica da modernidade” para se referirem ao encobrimento das desigualdades sociais como consequência do reforço dos valores individualistas e sua análise. O uso do conceito de “agência” é criticado quando ignora o enquadramento estrutural de recursos em que as escolhas e oportunidades individuais são feitas. Neste âmbito, surgem os conceitos de “agência estruturada” ou “agência delimitada” (Evans, 2002) para enquadrar socialmente a individualização. Salienta-se a continuidade das influências de “velhas” clivagens sociais, como as de classe ou género, e como os recursos diferenciados condicionam a forma como as escolhas aparecem aos indivíduos (Henderson *et al.*, 2007).

Outros enfatizam a persistência do ciclo de vida. Por um lado, desconstruem a visão romantizada do passado, demonstrando que gerações anteriores também experienciaram transições individualizadas, complexas, não lineares e imprevisíveis (Goodwin e O’Conner, 2005). Por outro, reconhecem que ainda há quem siga padrões de transição suaves, lineares e tradicionais (Furlong e Cartmel, 1997). Aliás, em larga medida, na Europa, persiste uma realidade sequencial e tradicionalmente ordenada das transições para a vida adulta (Ferreira e Nunes, 2010).

Adicionalmente, há uma generalização da estandardização normativa do curso de vida, uma vez que os ideais revelam uma visão bastante linear e sequencial do curso de vida (Aboim, 2010), nomeadamente entre os jovens (Elchardus e Smits, 2006). Com efeito,

há uma consistência nos futuros imaginados dos jovens, que assentam em modelos tradicionais, normativos e homogêneos "da coisa certa a fazer" (Henderson *et al.*, 2007). Um estudo recente mostra como a vontade de progressão na carreira, de ter casa própria e constituir família são fatores motivadores para a emigração (Lopes, 2014). Esta ideia parece ser ainda mais forte no contexto português, o qual, comparativamente aos restantes países europeus é associado a atitudes mais normativas, padronizadas, *famililistas* e estandardizadas, em relação à entrada para a idade adulta (Ferreira e Nunes, 2010).

Mas não se pode associar mudanças observadas no curso de vida a questões meramente culturais ou valorativas. A propósito, Furlong e Cartmel (1997) referem-se ao maior sentido de risco entre os jovens como sendo sobretudo construído subjetiva e culturalmente e consequência de uma incorporação da individualização.

Não deixa, no entanto, de ser um paradoxo, que ao mesmo tempo que se reconhecem a natureza plural das trajetórias juvenis, se realcem características generalizadas para a definir, enfatizando o prolongamento das transições como o grande padrão nas sociedades contemporâneas ocidentais. De forma a revelar a diversidade é necessário ultrapassar uma conceção única e homogênea de juventude. Não é possível falar de transições juvenis padrão, particularmente em sociedades socialmente diversas e desiguais, mas sim numa diversidade de caminhos para a vida adulta (Henderson *et al.*, 2007; Guerreiro e Abrantes, 2003). As grandes narrativas correm o risco de encobrir a diversidade de experiências juvenis, implicando limitações conceituais e empíricas na análise das experiências e transições juvenis, como referem Shanahan e Longest (2009), sugerindo que sejam utilizadas conceptualizações específicas, de forma a cobrir a multiplicidade das experiências juvenis.

2. A relevância social do *timing* das transições para a vida adulta

A perspetiva do curso de vida pode ser vista como um quadro de referência que permite ter em conta as teorias da individualização e da modernidade tardia, ao mesmo tempo que dá espaço às teorias geracionais e de reprodução social (Nico, 2011). É uma perspetiva que enquadra os períodos de vida a partir de experiências anteriores assim como das aspirações futuras dos indivíduos (Mortimer e Shanahan, 2003). A temporalidade, ou a natureza temporal da vida, é então um dos elementos centrais, permitindo articular os

tempos individual, social e histórico (Mitchell, 2007). O tempo histórico refere-se ao contexto específico e às mudanças sociais, enquanto o tempo individual se refere ao desenvolvimento cronológico do indivíduo, que é também socialmente definido (tempo social).

Mais especificamente, o *timing*, um dos princípios orientadores do curso de vida, refere-se à conjugação entre o tempo social e individual, enquadrado no contexto sócio-histórico. A premissa é de que os antecedentes e as consequências dos eventos variem de acordo com o seu *timing* na vida dos indivíduos, fazendo com que um mesmo evento possa ter efeitos diferentes dependendo de quando ocorrem no curso de vida (Elder *et al*, 2003).

A transição, como um dos conceitos da perspectiva do curso de vida, define-se pelo momento em que há mudanças no estado ou na identidade, pessoal ou socialmente revelando oportunidade para mudanças comportamentais (Elder *et al*, 2003). As transições para a vida adulta muitas vezes referem-se a um período denso onde correm mudanças, como a saída de casa dos pais, a entrada no mercado de trabalho, a formação de uma união conjugal ou o iniciar da parentalidade.

Seguindo esta perspectiva, transições precoces têm implicações nas trajetórias de vida e moldam experiências, eventos e transições posteriores.

Poucos estudos têm dado atenção aos jovens que fazem as suas transições residenciais ou familiares cedo ou mais cedo, com exceção dos trabalhos que traçam diferentes perfis onde estes casos os ilustram, ou nos que seguem abordagens sobre situações desviantes e se focam nos problemas da gravidez adolescente ou outros comportamentos considerados de risco. Jones (2002) refere-se ao "youth divide" para designar que os jovens que fazem mais rapidamente as transições para o mercado de trabalho, parentalidade e vida independente, enfrentam maiores riscos e exclusão social. O impacto negativo da maternidade e paternidade precoces, que se traduz na vulnerabilidade social e condena oportunidades e caminhos alternativos futuros é documentado (Machado e Silva, 2009).

As características de *timing* das transições para a vida adulta podem também ser vistas como um fenómeno socialmente estratificado. As construções de percursos para a transição para a vida adulta estão longe de ser opções disponíveis para todos, entrelaçando-se com as origens sociais, a escolaridade, as oportunidades e condições de emprego, os papéis de género e as redes de apoio informal (Guerreiro e Abrantes, 2003).

Os jovens que experienciam as suas transições mais cedo estão tendencialmente associados a contextos desfavorecidos, vulneráveis e de risco. Estão largamente relacionados a um diminuto investimento escolar (Osgood *et al.*, 2005) e ao sexo feminino (Ramos, 2015; Guerreiro e Abrantes, 2003). Em Portugal, há evidências da continuidade frequente da entrada precoce de alguns jovens na conjugalidade e parentalidade, nomeadamente entre as raparigas, provenientes de classes desfavorecidas e com menor capital cultural, mas que ocorrem em condições distintas, com apoio ou então num contexto de risco em que a situação de desfavorecimento é intensificada. (Guerreiro e Abrantes, 2003).

3. Metodologia

São utilizados dados transnacionais provenientes do projeto *European Social Survey*¹, que corresponde a uma inquirição realizada de dois em dois anos à população europeia com mais de 15 anos sobre os seus comportamentos, atitudes e valores. Neste trabalho são utilizados dados da sua terceira aplicação que decorreu em 2006, por conter um módulo de indicadores sobre o tempo e a organização do percurso de vida. Esta edição contou com a participação de 23 países (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, França, Áustria, Holanda, Bélgica, Suíça, Irlanda, Hungria, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Bulgária, Chipre, Espanha, Portugal, Ucrânia, Rússia), com um *n* total de 43000 inquiridos, 2222 em Portugal.

A análise centra-se na idade de ocorrência das transições familiares, calculada através do ano de acontecimento declarado para a primeira experiência de cada transição, recolhido através das seguintes perguntas: *Em que ano iniciou, pela primeira vez, um trabalho com essas características (trabalho ou um estágio remunerado de pelo menos 20 horas semanais, durante um mínimo de 3 meses); Em que ano, saiu pela primeira vez de casa dos pais [ou equivalente] por um período igual ou superior a 2 meses, para ir viver separado(a) deles?; Em que ano começou a viver, pela primeira vez, com um cônjuge/companheiro(a) por um período igual ou superior a 3 meses?; Em que ano casou pela primeira vez?; Em que ano nasceu o seu primeiro filho ou filha?*

¹ Para mais informação <http://www.europeansocialsurvey.org/>

Foi tida em conta a geração dos inquiridos a partir do agrupamento das suas datas de nascimento. Foi definida uma primeira geração mais velha com os que nasceram até 1949, ou seja, indivíduos que na altura do inquérito teriam 57 anos ou mais (correspondendo a 29,8% da totalidade dos inquiridos e 35,6% dos portugueses); uma intermédia, que abarca os nascidos entre 1950 e 1969, com 37 a 56 anos de idade (representando 35,9% da população europeia e 33,1% da amostra portuguesa); e uma geração mais nova, nascida a partir de 1970, com os inquiridos até aos 37 anos (34,1% da totalidade e 31,3% em Portugal). Não se seguiram pretensões de identificação de “unidades geracionais” mas apenas de criação de um instrumento que permitisse comparabilidade geracional ou temporal.

Utilizaram-se ainda indicadores correspondendo à caracterização social dos indivíduos, como o sexo (59% feminino), o nível de escolaridade da mãe e do pai, recodificado em “nenhum e básico”, “secundário ou superior” (56,0% e 64,9%), e os anos completos de escolaridade do próprio (média 7,40), para o contexto português.

4. Os ritmos das transições familiares

As médias associadas às idades de transições familiares em Portugal (Tabela 1)² sugerem uma sequência de transição - saída de casa dos pais (21,55), conjugalidade (23,42), casamento (23,63), parentalidade (25,40) – sendo que estas vão aumentando, e isto acontece em todas as gerações. A geração mais velha, dos nascidos até 1949, destaca-se por ter uma maior distância das médias entre a saída de casa dos pais (21,69) e a conjugalidade (24,11), por um lado, e por outro, a conjugalidade estar mais próxima da transição para o casamento (24,30). Estas tendências são semelhantes ao que acontece no contexto europeu.

² Para o cálculo destes valores foram ativados os ponderadores *dweight* para analisar o caso Português, que corrige desvios de seleção amostral, e o *pdweight* para a totalidade da Europa, que ajusta os tamanhos das amostras dos países à sua proporção na população europeia.

Tabela 1
Médias de idade e percentagens de não ocorrência das transições familiares, em Portugal e na Europa

	Geração nascida até 1949		Geração nascida de 1950 a 1969		Geração nascida a partir de 1970		Total	
	Média de idade	% Nunca	Média de idade	% Nunca	Média de idade	% Nunca	Média de idade	% Nunca
	Portugal							
Saída de casa dos pais	21,69	8,87	21,51	15,53	21,36	75,60	21,55	21,85
Conjugalidade	24,11	5,10	22,96	9,41	22,80	85,49	23,42	19,75
Casamento	24,30	4,10	23,08	13,06	23,04	82,85	23,63	25,61
Parentalidade	26,25	10,54	24,91	13,12	24,30	76,33	25,40	27,17
	Europa							
Saída de casa dos pais	21,68	8,51	21,03	11,81	20,36	79,68	21,08	17,26
Conjugalidade	24,07	9,96	23,34	11,60	22,22	78,45	23,35	21,49
Casamento	24,24	5,85	24,31	15,41	23,65	78,74	24,18	28,60
Parentalidade	25,55	10,41	25,66	16,00	24,39	73,58	25,40	29,92

Fonte: *European Social Survey, wave 3, 2006 (cálculos da autora)*

Observando estas médias ao longo das gerações, ao contrário do esperado, a média de idades vai diminuindo à medida que as gerações avançam, em todas as transições, tanto em Portugal, como nos países europeus em estudo. No entanto, a estes valores estão associadas várias limitações. A média, como medida descritiva de tendência central, é altamente afetada por valores extremos ou distribuições dispersas ou enviesadas e não capta a variação. Para além disto, a média tem ainda o problema de não ter em consideração os casos de não ocorrência, podendo assim revelar uma análise distorcida dos dados (Nico, 2011). Aqui a geração com menos de 37 anos apresenta as médias de idade mais baixas em todas as transições, tanto em Portugal, como no conjunto dos países europeus, mas isto terá sido devido às elevadas percentagens de “não ocorrência” (Tabela 1), na medida em que se encontram numa fase do ciclo de vida em que ainda não as experienciaram. Verificamos que, de facto, a grande maioria das pessoas (sempre superior a 75%) pertencente a esta geração ainda não realizou estas transições. É relevante acrescentar que entre a geração nascida até 1949 e a nascida entre 1950 e 1969 aumenta a proporção de não ocorrências de todas as transições.

Torna-se necessário explorar outras medidas para analisar o *timing* das transições. De forma a captar o ritmo da ocorrência de eventos, poderemos dar preferência aos percentis, que permitem identificar a idade média a que uma certa percentagem da população experiencia essa ocorrência. Por outro lado, abordagens como a *Event History*

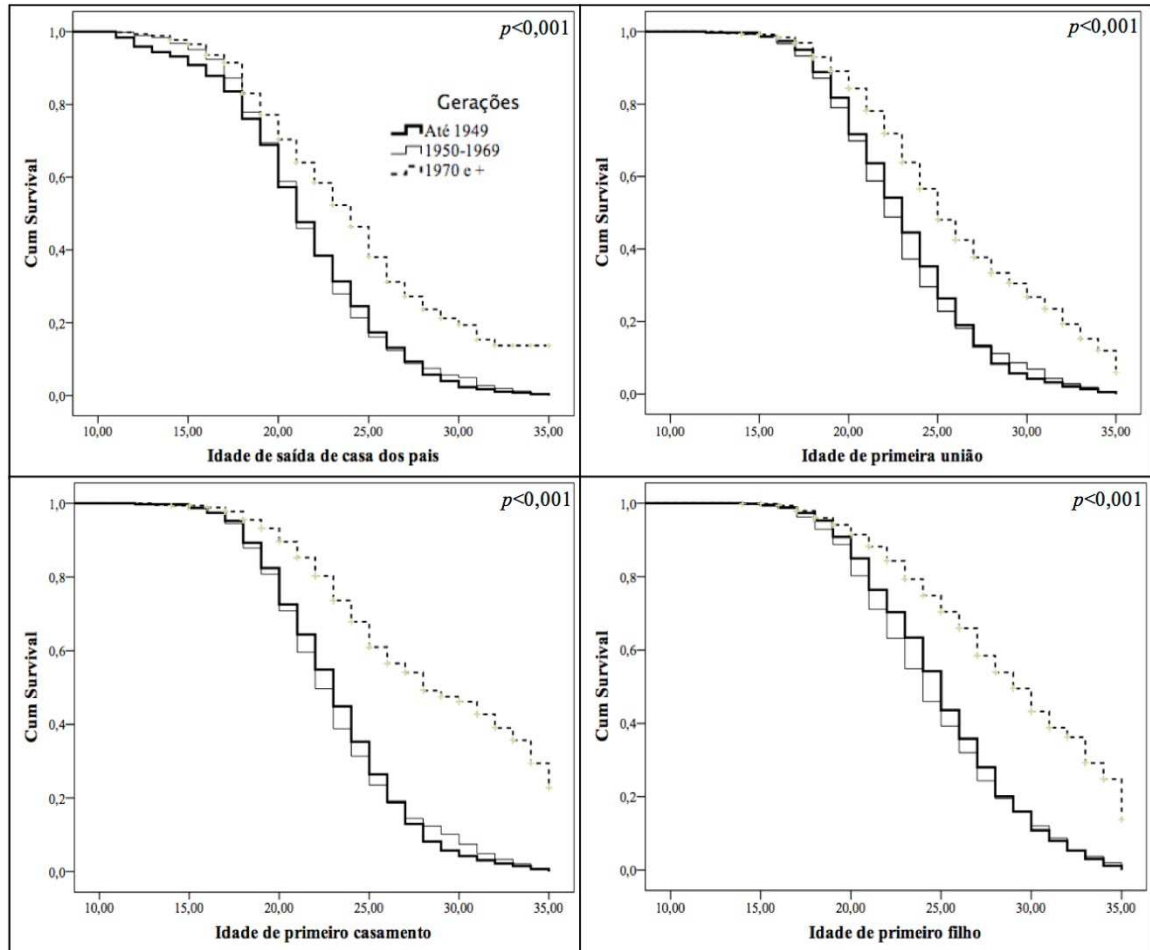
Analysis permitem analisar o tempo de ocorrência de eventos. No caso de modelos estatísticos de sobrevivência como o utilizado *kaplan meier*, têm a vantagem de incluir na sua análise tanto a idade como a ocorrência dos eventos. É um método que estima uma função de distribuição no tempo até à ocorrência de um determinado evento, possibilitando ainda a comparação entre grupos.

Apresentam-se as curvas de sobrevivência por geração³ para cada transição familiar ao longo do tempo, que corresponde à idade em anos dos inquiridos (Figura 1). Para melhor visualização dos gráficos e comparabilidade das curvas, a janela de observação foi limitada e excluíram-se os indivíduos que declararam efetuar a transição antes dos 10 anos, por serem casos atípicos, e os que o fizeram depois dos 35 anos. Podemos verificar que o efeito geracional é sempre significativo, principalmente devido à geração nascida a partir de 1970, que apresenta um ritmo de ocorrências ao longo do tempo mais lento. Devido à janela de observação, esta é no entanto a única que apresenta não ocorrências e, como verificado anteriormente, bastante elevadas, tornando mais arriscada a sua comparabilidade com as restantes. Podemos, no entanto, verificar que esta diferença da geração mais nova em relação às mais velhas é mais acentuada na transição para o casamento e comporta-se numa distribuição de ritmo mais semelhante em relação à saída de casa dos pais.

As gerações nascidas até 1949 e a de 1950-1969, que são mais diretamente comparáveis, mostram ritmos de ocorrência de transições familiares bastante semelhantes. Em relação à saída de casa dos pais destaca-se uma percentagem relevante de pessoas da geração com 57 anos ou mais que sai mais cedo de casa dos pais mas, a partir dos 17, 18 anos, a proporção estimada de pessoas que faz esta transição é muito semelhante entre as duas gerações. Já em relação às transições relacionadas com a formação de família, constata-se em todas uma tendência de ritmos de transição próximos; no entanto ao longo de uma grande parte do tempo, a geração intermédia apresenta transições mais rápidas do que a geração mais velha, revertendo-se esta situação com a aproximação aos 30 anos.

³ Não foi possível ativar os ponderadores por o método não conseguir trabalhar com valores fracionados.

Figura 1
Gráficos com as curvas de sobrevivência *kaplan meier*, por geração, por transição familiar, em Portugal



Fonte: European Social Survey, wave 3, 2006 (cálculos da autora)

Comparando a temporalidade das transições, podemos constatar que a saída de casa dos pais ocorre mais cedo, seguindo-se depois a conjugalidade e o casamento, que nas duas gerações mais velhas parecem apresentar ritmos muito semelhantes, e por fim, a parentalidade, que se inicia um pouco mais tarde. Sendo esta tendência verificada para todas as gerações, sublinha-se assim uma certa normatividade e estabilidade ao longo do tempo histórico nas sequências transicionais familiares em Portugal.

5. A caracterização social das transições precoces

Os gráficos anteriores revelam ainda que, globalmente, as diferenças entre gerações nas ocorrências precoces (o primeiro quarto, que correspondente aos 0.77 da proporção estimada) parecem ser menores. Foi definido o limite dos 25% para considerar as transições como “precoces”. Este termo não é atribuído com sentido valorativo, mas sim relativo, na medida em que representa o primeiro quarto. Explorámos os valores correspondentes ao percentil 25 das distribuições traçadas na análise anterior e a sua variabilidade⁴. A Figura 2 revela-nos que a definição de idade de precocidade depende da esfera de vida associada a cada transição, da geração e também do país, assim como depende da interação das transições entre si.

Figura 2
Indicação da idade do percentil 25 das transições familiares, por geração, na Europa e em Portugal

	18	19	20	21	22	23	24	25
Portugal								
Saída de casa dos pais		■	■					
Conjugalidade			■		■			
Casamento			■			■		
Parentalidade					■		■	
Europa								
Saída de casa dos pais	■	■	■					
Conjugalidade			■		■			
Casamento					■			■
Parentalidade						■		■

Fonte: *European Social Survey, wave 3, 2006 (cálculos da autora)*

Gerações

Até 1949

1950-69

1950 e +

Podemos verificar que em Portugal não há diferenças de idade dos primeiros 25% para as gerações mais velhas, sendo que a saída de casa dos pais corresponde aos 19 anos e a conjugalidade e o casamento aos 20. A geração nascida a partir de 1970 regista uma idade de percentil 25 mais próxima das outras gerações na saída de casa dos pais e mais

⁴ A análise kaplan meier foi repetida para a totalidade dos países para aceder aos valores do percentil 25 para a Europa.

afastada e tardia nas restantes. A transição precoce para a parentalidade é onde se verificam maiores diferenças entre as gerações.

Comparando com o cenário europeu, vemos que Portugal se distingue por apresentar marcadores precoces de transição familiar mais próximos, com menor amplitude entre eles, resultado da combinação de saída de casa dos pais mais tarde e de experiências de conjugalidade, casamento e parentalidade mais cedo. Em relação às sequências das transições precoces, em ambos os contextos também estas se comportam de forma semelhante com as tendências gerais já identificadas, nomeadamente em relação à simultaneidade da conjugalidade e do casamento.

Tabela 2
Percentagem de inquiridos por nível de acumulação de transição precoce, e por tipo de transição precoce, em Portugal⁵

Níveis de eventos precoces	%	Saída de casa dos pais precoce	Conjugalidade precoce	Casamento precoce	Parentalidade precoce
1 evento precoce	12,62	67,07	3,58	5,66	23,69
2 eventos precoces	4,96	40,39	75,21	51,54	32,85
3 eventos precoces	8,03	52,13	98,21	86,95	62,71
4 eventos precoces	10,39	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: European Social Survey, wave 3, 2006 (cálculos da autora)

De forma a identificar a interdependência e acumulação das experiências de transições mais precoces (Tabela 2) verificamos que a situação mais frequente é haver uma só transição precoce (12,62%), situação que está mais representada nos que saíram de casa dos pais mais cedo (67,07%); logo de seguida, porém, a situação mais frequente é ter a acumulação da totalidade dos quatro eventos precoces (10,39% dos inquiridos), o que reflete, por um lado, uma certa independência da transição residencial precoce na contaminação das outras, e, por outro, uma forte interdependência de todas as transições familiares quando ocorre alguma das transições relacionadas com a formação de família mais cedo.

Para traçar origens e perfis sociais associados às transições mais precoces foram explorados os efeitos do sexo, nível de educação da mãe e do pai, e anos de escolaridade

⁵ Foi ativado o ponderador *dweight*, que corrige desvios de seleção amostral.

do próprio na probabilidade de experienciar ou não cada transição familiar mais cedo em Portugal.

Tabela 3
Regressões logísticas binárias para a precocidade de cada transição familiar⁶

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$	Saída de casa dos pais precoce		Conjugalidade precoce		Casamento precoce		Parentalidade precoce	
	<i>(Odds ratio)</i>							
Sexo (feminino)	1,403	**	2,655	***	2,883	***	3,329	***
Nível de escolaridade da mãe (básico/ secundário/ superior)	0,636	**	0,787	<i>n.s.</i>	0,867	<i>n.s.</i>	0,891	<i>n.s.</i>
Nível de escolaridade do pai (básico/ secundário/ superior)	0,800	<i>n.s.</i>	1,204	<i>n.s.</i>	1,173	<i>n.s.</i>	0,946	<i>n.s.</i>
Anos completos de educação	1,019	<i>n.s.</i>	0,938	***	0,924	***	0,939	***
Constante	0,346		0,247		0,222		0,188	
Nagelkerke R ²	0,028	***	0,087	***	0,098	***	0,106	***
X ² Model	37,634		116,853		129,807		138,729	

Fonte: *European Social Survey, wave 3, 2006 (cálculos da autora)*

A partir dos resultados obtidos pelas *regressões logísticas binárias* (Tabela 3) realizadas por transição, compararam-se os que as experienciaram “mais cedo”, ou seja os que fazem parte dos primeiros 25% que transitaram, com os que as experienciaram “mais tarde” ou nunca as chegou a experienciar. E porque as diferenças entre gerações se mostraram relevantes, o limite para considerar “cedo” foi adaptado por geração e atribuído em função da geração do indivíduo, utilizando os valores anteriormente apresentados do percentil 25. Esta análise permitiu concluir que as mulheres são sempre associadas às transições mais precoces na esfera familiar, sendo essa relação mais significativa nas transições relacionadas com a formação da própria família (conjugalidade, casamento e parentalidade). À medida que a escolaridade aumenta, diminui a possibilidade dessas transições serem precoces. O efeito da escolaridade não se verificou na explicação da transição residencial precoce. O capital escolar dos pais não tem influência na precocidade das transições, com exceção da mais elevada escolaridade da mãe, para uma menor propensão para a saída de casa dos pais mais precoce.

⁶ Foi ativado o ponderador *dweight*, que corrige desvios de seleção amostral. Não se registaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes.

As regressões foram também realizadas por transição e por geração. O sexo feminino tem sempre impacto significativo nas transições familiares precoces, exceto para a geração nascida até 1949 na transição saída de casa dos pais. O impacto do nível de escolaridade da mãe só é significativo para a geração nascida a partir de 1970, diminuindo a possibilidade de saída de casa dos pais, conjugalidade ou parentalidade precoce. Os anos de escolaridade do próprio não tiveram efeito significativo para a transição precoce para a parentalidade nas duas gerações mais velhas, somente na mais nova. Na geração intermédia, o menor nível de escolaridade do pai e o maior nível de escolaridade do próprio aumentam a possibilidade de uma saída de casa dos pais mais cedo.

Discussão e notas conclusivas

A análise apresentada centrada nas transições familiares em Portugal possibilitou uma série de reflexões que espelham a coexistência de perspetivas concorrentes sobre o curso de vida e as transições para a vida adulta.

Se por um lado verificámos sinais de uma geração mais nova (abaixo dos 37 anos) que se destaca por apresentar transições mais lentas e tardias, por outro, esta tendência não é uniforme: é particularmente acentuada no que se refere à experiência do casamento, mas ritmo bastante semelhante às outras gerações em relação à saída de casa dos pais. E por um lado, este efeito geracional é significativo, por outro, as duas gerações mais velhas, correspondendo às coortes de 1950-69 e até 1949, apresentam ritmos de ocorrência semelhantes: a geração mais velha apresenta idades relativamente mais tardias em relação às transições da conjugalidade, casamento e parentalidade do que a geração intermédia. De facto há evidências na realidade portuguesa de que os sinais de mudanças sociais geracionais são mais ténues na esfera familiar e mais fortes na esfera profissional (Ramos, 2015).

Focando as transições mais precoces, estas demonstraram uma menor diferença entre gerações do que as transições não precoces, mas refletem tendências semelhantes: similitudes entre as duas gerações mais velhas e destaque da geração mais nova com transições precoces mais tardias e afastadas, com a exceção da saída de casa dos pais, que apresenta valores mais próximos.

E se, por um lado, há sinais de mudança social através do adiamento das transições na geração nascida a partir de 1970, esta análise reforça que há uma continuidade de uma sequência linear e tradicional de experienciar as transições familiares para a vida adulta; iniciando-se pela saída de casa dos pais, passando depois pela conjugalidade e pelo casamento, e por último, pela parentalidade. Tendência que se confirma com dados recentes (Ramos, 2015), embora se observe um desfasamento entre a conjugalidade e o casamento que não se registava nas gerações mais velhas, em que elas eram experienciadas em simultâneo.

Portugal revelou idades médias às transições semelhantes ao contexto europeu, mas, no que se refere às transições precoces, demonstrou uma maior proximidade e simultaneidade entre as transições familiares, com um total europeu a apresentar uma saída de casa dos pais mais precoce e uma formação de família mais tarde. É provavelmente reflexo de uma maior interdependência das transições familiares em Portugal, e talvez especialmente nas transições mais precoces.

Já em relação à caracterização social dos que experienciaram transições precoces, os dados revelaram um forte efeito de género, com as raparigas a serem associadas às transições familiares mais precoces. Também normativamente é associada às mulheres uma entrada mais cedo na "idade adulta" (Ferreira e Nunes, 2010). O impacto da escolaridade para as transições familiares precoces não é generalizado, expressando-se apenas na geração nascida a partir de 1970, através da escolaridade da mãe. Mesmo para jovens em condições sociais desfavorecidas, a origem social não explica a totalidade das trajetórias de vida, e outros fatores como ruturas e perdas familiares parecem ter um grande impacto (Machado e Silva, 2009). Já a escolaridade do próprio contribui na generalidade para diminuir a possibilidade de transições familiares precoces. Estes resultados desafiam, por um lado, a unívoca associação de transições precoces a contextos de origem desfavorecidos, e, por outro, o esbatimento das desigualdades sociais ao longo do tempo.

A saída de casa dos pais revela consistentemente padrões distintos das restantes transições de âmbito privado, demonstrando também na análise das transições precoces uma ocorrência mais frequentemente realizada de forma singular, contrastando com a forte interdependência da ocorrência das transições precoces para a conjugalidade, o casamento e a parentalidade. Esta "independência" da saída de casa dos pais é reflexo da sua

ocorrência nem sempre estar associada a questões de âmbito familiar, podendo ser motivadas por outros fatores como os relacionados com o percurso escolar ou profissional.

Conclui-se, então, que é limitado adotar visões generalizadas ou dicotômicas, tanto da natureza temporal, como social, das transições para a vida adulta e para o curso de vida. É importante quando se fala em “mais tardio” ou “mais precoce”, diferenciar a esfera de vida e definir o tempo comparativo. É importante também explorar as origens e os contextos distintos que enquadram a temporalidade das trajetórias.

Explorações futuras deste trabalho passarão por atestar os efeitos do *timing* das transições para a vida adulta nos posteriores eventos e oportunidades de vida, utilizar dados qualitativos para melhor desconstruir as diferentes condições e contextos sociais das transições mais e menos precoces, e utilizar dados de coorte para avaliar a importância do fenómeno das reversibilidades das transições nesta dinâmica.

Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia (2010), “Cronologias da vida privada”, in José Machado Pais; Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 107-148.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta.
- BILLARI, Francesco; LIEFBROER, Aart (2010), “Towards a new pattern of transition to adulthood?”, in *Advances in Life Course Research*, 14, pp. 59-75.
- BRUCKNER, Hannah; MAYER, Karl (2005), “De-Standardization of the Life Course: What it Might Mean? And if it Means Anything, Whether it Actually Took Place?”, in *Advances in Life Course Research*, 9, pp. 27-53.
- BUCHMANN, Marlis C.; KRIESI, Irene (2011), “Transition to Adulthood in Europe”, in *Annual Review of Sociology*, 37, pp. 481-503.
- ELCHARDUS, Mark; SMITS, Wendy (2006), “The persistence of the standardized life cycle”, in *Time & Society*, 15 (2-3), pp. 303-326.
- ELDER, Glen H.; JOHNSON, Monica K.; CROSNOE, Robert (2003), “The Emergence and Development of Life Course Theory”, in Jeylan Mortimer; Michael Shanahan, *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer, pp. 3-19.

CARVALHO, Diana (2016), “A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 75 - 93

EVANS, Karen (2002), “Taking control of their Lives? Agency in Young Adulthood Transitions in England and the New Germany”, in *Journal of Youth Studies*, 5 (3), pp. 245-269.

FERREIRA, Vítor Sérgio; NUNES, Cátia (2010), “Transições para a idade adulta”, in José Machado Pais; Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 39-67.

FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred (1997), *Young People and Social Change: new perspectives*, Buckingham, Open University Press.

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.

GOODWIN, John; O’CONNOR, Henrietta (2005), “Exploring Complex Transitions: Looking Back as the ‘Golden Age’ of from school to work”, in *Sociology*, 39 (2), pp. 201-220.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2003), *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, CIES.

HENDERSON, Sheila; HOLLAND, Janet; MCGRELLIS, Sheena; SHARP, Sue; THOMPSON, Rachel (2007), *Inventing Adulthood: a biographical approach to youth transitions*, London, Sage.

JONES, Gill (2002), *The Youth Divide: Diverging Paths to Adulthood*, York, Joseph Rowntree Foundation.

LOPES, João Teixeira (2014), *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*, Lisboa, Mundos Sociais.

MACHADO, Fernando Luís; SILVA, Alexandre (2009), *Quantos Caminhos há no Mundo? Transições para a vida adulta num bairro social*, Cascais, Principia.

MITCHELL, Barbara (2007), *The Boomerang Age: Transitions to Adulthood in Families*, New Jersey, Transaction Publishers.

MORTIMER, Jeylan; SHANAHAN, Michael (2003) *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer.

NICO, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida. Tese de Doutoramento*, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

OSGOOD, Wayne, RUTH, Gretchen; ECCLES, Jacquelynne (2005), “Six Paths to Adulthood: Fast Starters, Parents without Careers, Educated Partners, Educated Singles, Working Singles, and Slow Starters”, in Richard Settersten; Frank Furstenberg; Rúben Rumbaut, (Eds.) *On the Frontier of Adulthood: Theory, Research, and Public Policy*, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 320-355.

PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.

CARVALHO, Diana (2016), “A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 75 - 93

RAMOS, Vasco (2015), *Percurso de Vida em Portugal: O impacto das desigualdades dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SHANAHAN, Michael; LONGEST, Kyle (2009), “Thinking about the transitions to adulthood: from grand narratives to useful theories”, in Ingrid Schoon; Rainer K. Silbereisen (Eds.), *Transitions from School to Work: Globalization, Individualization and Patterns of Diversity*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 30-41.

Diana Carvalho. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail:* dianadiascarvalho@gmail.com

Artigo recebido a 1 de março de 2016. Aceite para publicação a 5 de agosto de 2016

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Este artigo procura contribuir para a exploração das relações entre memórias familiares e curso de vida, salientando as suas características dialógicas e dinâmicas. O ponto focal desta abordagem é o reconhecimento de que as histórias de família estão sujeitas a alterações ao longo do tempo e encontram-se profundamente enraizadas nas biografias pessoais, assim como a memória é um elemento central no curso de vida do indivíduo, que em si mesmo implica a possibilidade de conhecer, viver, recordar e partilhar experiências significativas. Uma família ligada ao fado serve de ilustração empírica.

Palavras-chave: herança cultural; memória familiar; histórias de família.

The family tells: illustrations from fado

Abstract

This article aims to contribute to an exploration of the relations between familial memories and life course, specially stressing their dialogical and dynamic features. The focal point of this approach is the recognition that, on the one hand, family stories are subject to change over time and are deeply rooted in personal biographies, and, on the other hand, the memory is a central element of the individual's life course, which itself involves the possibility to know, live, remember and share meaningful experiences. A family linked to fado serves as an empirical illustration.

Keywords: cultural heritage; familial memories; family stories.

La famille raconte : illustrations à partir du fado

Résumé

Cet article vise à contribuer à l'exploration des relations entre mémoires familiales et cours de vie, en soulignant ses caractéristiques dialogiques et dynamiques. Le point focal de cette approche est la reconnaissance du fait que les histoires de famille sont susceptibles de changer au fil du temps et sont enracinées dans les biographies personnelles, ainsi que la mémoire est un élément central du cours de vie de l'individu, que lui-même implique la possibilité de connaître, vivre, rappeler et partager des expériences significatives. Une famille liée au fado sert d'illustration empirique.

Mots-clés: héritage culturel; mémoire familial; histoires de famille.

La familia cuenta: ilustraciones a partir del fado

Resumen

Este artículo tiene como objetivo contribuir a la exploración de las relaciones entre las memorias familiares y el curso de vida, haciendo hincapié en sus características dialógicas y dinámicas. El punto central de este enfoque es el reconocimiento de que las historias de familia pueden cambiar con el tiempo y están arraigadas en las biografías personales, así como la memoria es un elemento central del curso de vida del individuo, que a su vez implica la posibilidad de conocer, vivir, recordar y compartir experiencias significativas. Una familia ligada al fado sirve como ilustración empírica.

Palabras clave: herencia cultural; memoria familiar; historias de la familia.

1. Início

O ponto inicial deste artigo é a ideia de que o património e a constelação terminológica em que atualmente se insere ocupam o centro de alguns dos mais desafiantes debates contemporâneos. Mais nitidamente, esta nova vaga¹ de interesse desenhou-se a

¹ Expressões como “a obsessão patrimonial” (Jeudy, 2001), “a inflação patrimonial” (Heinich, 2009) e “a explosão do património” (Nora, 2011) traduzem o alastramento e a fixação do tópico na vulgata dos nossos dias.

partir dos mais recentes desenvolvimentos da noção de património², que tem conhecido uma dupla inscrição. Vale a pena determo-nos um pouco sobre estes aspetos.

Na sua aceção mais ampla, o património adquire o sentido de denominador comum, geralmente filtrado e validado por estabelecer um elo — real ou virtual — com o passado, a memória e a identidade do grupo de que é propriedade e que, em virtude do valor que socialmente lhe é reconhecido, é confiado à vigilância de instâncias que o procuram preservar das forças atuantes do presente para o transmitir às gerações futuras. Algumas das atuais inflexões desta noção têm que ver com o processo de democratização das sociedades e o avanço do relativismo cultural, consonantes com os pendores pós-colonial e pós-nacional da época atual (Hall, 1999: 7). É à luz deste novo quadro social que deve ser compreendida, por exemplo, a abertura da cadeia de sentido do património ao imaterial, ao “outro” (no sentido antropológico do termo) ou a escalas que não a estritamente nacional (sejam mais particularistas, sejam mais universalistas).

Numa segunda aceção, que remete para um plano mais íntimo, o património equivale a um assunto do foro privado, acima de tudo, depositário de uma história e de um vínculo familiares (Singly, 1996: 158). Consistindo num *stock* doméstico, introduz um enviesamento no mundo social, capaz de contradizer os valores igualitários e a crença meritocrática das sociedades democráticas (Gotman, 2006: 3; Lahire, 2010: 209). Trata-se, em linhas gerais, de um conjunto diverso de propriedades, valores e direitos (funditários, pecuniários, etc.), títulos, obrigações e relações sociais, capacidades, hábitos e preferências (Bourdieu, 1986). Nos últimos anos, a revisão crítica da influente noção de capital cultural de Pierre Bourdieu — decisiva na leitura da transmissão familiar — desencadeou um novo repertório conceptual, entre o qual se encontram os conceitos de omnivoridade cultural (Peterson e Kern, 1996: 904) e de capital cultural emergente (Prieur e Savage, 2013). Há que situar estas atualizações no contexto da recente orientação cultural para o ecletismo e o cosmopolitismo e do advento das novas tecnologias de informação.

Constituindo em todo o caso, à escala comunal ou pessoal, na categoria material ou imaterial, nas formas económica, social, cultural ou simbólica, um operador de continuidade, a questão do património interessa justamente por exaltar as

² Para uma retrospectiva de longo curso do conceito, ver Harvey (2008); para um enquadramento da expansão semântica da noção de património e, em particular, da sua deriva em direção ao imaterial, veja-se, por exemplo, Bendix (2011).

interdependências pessoais e as potenciais transferências entre gerações passadas, presentes e futuras, contrapesando por isso uma visão sacralizada do indivíduo e da sua conduta liberta.

Precisamente este artigo visa o retorno ao nível microssociológico para o desvelamento do papel exercido pela configuração familiar³ no jogo social da transmissão e da apropriação da herança cultural. Porém, através do rastro dos testemunhos de vários membros de diversas gerações da mesma família, procura-se aqui ganhar um outro alcance sobre o fenómeno: ao se mostrar o modo variável como cada um deles capta, evoca e canaliza a história familiar, levantam-se pistas de reflexão acerca da moldagem da rememoração e da narração de si, dos seus e dos outros ao longo do curso de vida.

Neste caso particular, vê-lo-emos adiante, o bem patrimonial durável e transferível relaciona-se com o fado - uma forma cultural expressiva da cidade de Lisboa—, por sinal, ele mesmo um entrançado destes problemas.⁴

2. A memória familiar e o curso de vida: linhas de observação

Regra geral implícita e omnipresente neste feixe de questões está a memória, ou seja, a maneira como o passado se revela no presente e influencia o futuro. Para evitar equívocos, posto que o assunto é vasto, há que referir que as linhas gerais a seguir delineadas se atêm deliberadamente à memória familiar dos indivíduos.

Não sendo propriamente um objeto novo na sociologia - as primeiras formulações teóricas surgiram nas obras do sociólogo francês Maurice Halbwachs⁵ -, a memória familiar só raramente é sujeita a interpretações e a análises mais sistemáticas. Como surge sob a forma de narrativa sobre a vida é integrada, ainda hoje, nos estudos sociológicos de um modo mais ilustrativo ou instrumental, como uma reserva de informação acerca do passado (Muxel, 1993: 191).

³ Em contrapartida à visão mais enclausurada de círculo, célula ou núcleo familiar, cf. Lahire (2010).

⁴ Convém especificar que este género musical urbano, consagrado Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2011, tem entre os seus praticantes e cultores múltiplos membros pertencentes a famílias de ascendência aristocrática ou de raiz popular.

⁵ Deve-se a Halbwachs o reconhecimento da dependência da memória individual dos quadros sociais em que os indivíduos participam (a família, entre eles), considerando-os pré-requisitos para qualquer ato de recordação, ao contrário do entendimento da época que concebia o fenómeno como eminentemente individual (Halbwachs, 1925).

Acima de tudo, a memória familiar caracteriza-se por uma certa dualidade. Por um lado, trata-se de uma memória coletiva, na medida em que requer uma comunidade afetiva e pode ser o resultado de uma dinâmica complexa de interações, negociações, reapropriações intergeracionais e intrafamiliares. Por outro lado, trata-se de uma memória individual, uma vez que cada membro do grupo familiar se recorda de modo diferenciável e circunstancial. No fundo, cada memória individual equivale a um ponto de vista sobre a memória coletiva, pelo que a memória familiar é propensa a variações entre indivíduos, conforme a posição social que cada qual ocupa⁶, como a alterações ao longo do curso de vida, de acordo com as circunstâncias históricas e os eventos de vida que sucedem (Muxel, 1993: 192 e 2012: 22).

Este é, de facto, um ângulo importante: para além das condições objetivas de vida e da definição subjetiva de si, nas últimas décadas a sociologia tem vindo a atribuir relevância ao trajetivo (Pais, 2010: 33). Exemplo disso é a perspectiva do curso de vida, cujo enfoque se ancora precisamente na interface entre dinâmica temporal e eixo biográfico. Esta abordagem releva a importância não apenas do que é contextual, ao focar as interações entre o indivíduo e os diversos contextos sociohistóricos que o enquadram (seja conjectura societal, seja contexto familiar), mas também do que é processual, dando conta que as transições e as trajetórias por que o indivíduo passa no decurso da vida são altamente padronizadas e socialmente diferenciadas. Ao fazê-lo, a perspectiva do curso de vida tem em consideração os impactos de época, geração e estágio da vida⁷, responsáveis por importantes padrões e variações nos valores, nas atitudes, nos comportamentos, nos conhecimentos, nas competências pessoais (Bengtson e Allen, 1993: 472).

Longe de se esgotarem todas as hipóteses de cruzamento, nos três pontos seguintes procura-se estabelecer um elo causal entre os aspetos enunciados:

⁶ Em particular, sobre as interferências de variáveis sociais como região, classe social e género, ver Zonabend (1991: 189) e Muxel (1993: 194-195).

⁷ Saliente-se que várias temporalidades - nomeadamente, biográfica, geracional, contextual e histórica (Muxel, 2012: 21) - se interseitam no plano da vida quotidiana, tornando difícil a captura de “efeitos puros” de idade, *cohort*, geração ou período. Como refere Claudine Attias-Donfut, ganhará outro alcance o exame que não os considere fatores isolados e autónomos, mas que atente para os seus efeitos cruzados. O contrário tem sérias hipóteses de ser posto em causa no embate com a realidade, tanto mais que, por norma, as gerações se definem umas em relação às outras em cada período e cada etapa da vida exprime um feixe particular de relações intergeracionais (Attias-Donfut, 2000).

Em primeiro lugar, a memória familiar não é intemporal, mesmo quando aparenta ser uma ruminância de ações paralisadas ou suspensas no tempo. A retrospeção da vida privada — que, em regra, não remonta a mais do que duas ou três gerações ascendentes — suscita uma versão adaptada, forçosamente atual, que, de modo algum, poderá ser exaustiva ou reflexo fiel desse passado comum, porque o trabalho da memória é extremamente seletivo e reconstrutivo. Basta pensar que a própria narração exerce a função de filtro, que em virtude dos interesses do presente distingue o que será retido e dito do que, inversamente, acabará repudiado (ou à sombra) e não dito. A historicidade não cessa de ser opaca quando as recordações servem para prescrever voluntariamente qualquer coisa de particular (por exemplo, hábitos ou valores) às gerações mais novas, de modo a se assegurar a perenidade do que se entende ser a identidade social e cultural da família. Quando assim é, as recordações não constituem apenas uma série de imagens recapitulativas do passado, são também modelos e exemplos para condutas futuras.⁸

Em segundo lugar, a memória coletiva, e especialmente a familiar, é uma coprodução de gerações. Os assuntos de família, passados e presentes, são objeto de conversas que podem envolver as diversas gerações (geralmente, até três a quatro) em copresença num determinado recorte histórico. Reportando-se exatamente ao conhecimento das relações de parentesco e das diversas narrativas, verídicas ou míticas, que a propósito delas se criam (Zonabend, 1991: 179), é natural que o processo de memorização seja progressivo: uma certa indefinição predomina entre os mais jovens e uma vasta memória genealógica é mais comum em idade tardia. Esta constatação é uma maneira diversa de dizer que memória familiar é um aparato cognitivo que se adquire e acumula à medida que se avança no curso de vida. Mas isso não se faz por simples adição desde o nascimento: ainda que, em geral, a família seja o primeiro e principal enquadramento social da infância, a literatura científica tem vindo a estabelecer como baliza temporal para a emergência do projeto autobiográfico (reflexivo, retrospectivo e rememorativo) o período que vai da adolescência à entrada na vida adulta (Pratt e Fiese, 2004: 13-14).

E, por fim, a memória não é monolítica e tão-pouco imparcial. De antemão, os gradientes e as fações são inerentes às reavaliações subjetivas do passado. Os indivíduos

⁸ Em concreto, sobre a visão retrospectiva (que pondera o passado) e prospetiva (que desenvolve expectativas de vida) da memória familiar, ver Muxel (2012: 29-30).

tanto podem estar em diferentes etapas da vida como podem ter múltiplas pertenças sociais (Favart, 2005: 92), por vezes, conflitantes entre si, o que significa que cada um deles tem à sua disposição, em cada fase, um repertório variável de experiências, esquemas mnemónicos e regimes de significação. Como elemento de balanço reflexivo, que tende a fornecer argumentos que dão sentido e coerência à trajetória individual, a memória familiar é, pois, manobrável.

3. As histórias de família: elementos do método

Com o objetivo de se obter uma visão qualitativa destas mútuas implicações, a análise basear-se-á em entrevistas realizadas em 2014 durante um trabalho de campo que decorreu em Lisboa. Esse material integra um estudo qualitativo de meia dúzia de famílias ligadas à cena lisboeta do fado, no curso do qual foram entrevistados perto de trinta indivíduos (um quarto dos quais mulheres), de diferentes *backgrounds* sociais e de diferentes gerações (o intervalo de idades dos entrevistados é de oitenta anos). Por razões que se prendem com os objetivos específicos desse estudo, foram apenas selecionados para entrevista os membros familiares reconhecidos como fadistas, instrumentistas ou apreciadores de fado, tal como o exemplo tratado neste artigo ilustra.

Merecedora de nota é a metodologia adotada. As histórias de famílias⁹ são uma extensão metodológica relativamente recente do método biográfico ou das histórias de vida e o resultado de uma longa tradição metodológica qualitativista das ciências sociais. Uma das características particulares deste método é a possibilidade de cada caso familiar pesquisado funcionar como um pequeno espelho das configurações socioculturais gerais e das dinâmicas que as atravessam, facultando uma leitura compreensiva e diacrónica dos processos de reprodução e mudança de um dado contexto social (Bertaux e Delcroix, 2000: 71).

Cada história de família é recuperada através de uma pluralidade de relatos individuais. Refira-se, no entanto, que nem todos os possíveis interlocutores (ao limite todos os membros de uma determinada família) têm forçosamente que ser entrevistados.

⁹ A designação do método tem sofrido algumas alterações ao longo dos tempos: *e.g.*, histórias de família (Bertaux-Wiame, 1988), método das genealogias sociais comparadas (Bertaux, 1992), histórias de casos de família (Bertaux e Delcroix, 2000), história de família (Cabral e Lima, 2005).

Três ou quatro informantes estrategicamente distribuídos ao longo de algumas gerações são geralmente aceites como suficientes para fornecer uma perspetiva integrada, global e validada pela simultaneidade e complementaridade dos seus discursos. No decorrer da entrevista, os indivíduos são incitados a falar sobre as suas experiências e histórias pessoais, mas também a recontar a história do seu grupo familiar.

4. Os percursos e os discursos: caso(s) particular(es)

O nome de família Rodrigues - que não consta nas últimas gerações da linhagem familiar abrangida nesta análise - é no meio fadista um símbolo do seu expoente máximo: Amália, uma intérprete virtuosa que conheceu em vida projeção nacional e internacional e continua a ser consagrada, dezasseis anos após a sua morte, como uma das mais influentes referências musicais nas novas gerações.¹⁰

Celeste, irmã de Amália, quase três anos mais nova do que ela, atualmente¹¹ tem noventa e três anos de idade, é a mais antiga fadista de Lisboa em atividade: celebrou em 2015 setenta anos de carreira no fado - uma das mais longas carreiras musicais em Portugal -, ao longo da qual cantou ao vivo para diversas plateias no país e no estrangeiro e gravou acima de sessenta discos de fado. Nasceu no Fundão, na Região Centro do país, no período final da Primeira República, no seio de uma família ligada, por via patrilínea, à música de banda filarmónica. Durante a infância migrou com a família para a capital, onde ouviu o fado pela primeira vez. Mal completou a instrução primária teve de ir trabalhar. Estreou-se como fadista profissional aos vinte e dois anos. Casou dez anos depois com um ator português de renome, do qual se divorciou após o 25 de Abril. Foi pela primeira vez mãe depois dos trinta anos (tem duas filhas), avó antes de completar os cinquenta (tem um neto e três netas) e bisavó após os setenta (tem quatro bisnetos).

¹⁰ Sobre Amália, ver, entre outros, Santos (2003), Baptista (2009), Nery (2009) e Gray (2013: 179-225).

¹¹ Note-se que as idades mencionadas nos sintéticos trajetos biográficos se reportam à data da escrita do artigo. No entanto, nos fragmentos narrativos, optou-se por manter a idade dos entrevistados à altura da realização das entrevistas.

O neto primogénito de Celeste é o realizador e produtor Diogo Varela Silva, que se estreou na longa-metragem justamente com um documentário¹² dedicado à sua avó materna, obra que revisitou em 2015 a propósito da efeméride já referida.¹³ Nasceu em Lisboa, poucos anos antes do 25 de Abril. Depois da sua formação superior em cinema na Escola Superior de Teatro e Cinema, tem vindo a documentar a vida e a obra de algumas das referências do fado, como é o caso de Fernando Maurício em *O Rei Sem Coroa*, de 2011, e Beatriz da Conceição em *O Fado da Bia*, de 2012, e no decorrer deste ano roda a sua primeira longa-metragem de ficção, *Alfama em Si*, uma ópera-fado, cujo elenco inclui, para além da sua avó Celeste, os fadistas Ana Moura, Camané, Ricardo Ribeiro, Rodrigo, Kátia Guerreiro, entre outros. Casou-se poucos anos depois de completar os vinte anos e foi pela primeira vez pai antes dos trinta. Tem dois filhos.

O primogénito de Diogo, um dos bisnetos mais velhos de Celeste, é Sebastião, um jovem de dezanove anos de idade, que concluiu o Ensino Secundário na Escola Artística António Arroio, tem como passatempo sério a música (toca numa banda de rock e partilha a paixão familiar pelo fado) e como aspiração profissional o cinema. É autodidata de guitarra acústica e eléctrica e frequentou aulas particulares de piano. Tem um irmão.

Gaspar, o único irmão de Sebastião, o benjamim de Diogo e um dos mais novos bisnetos de Celeste, tem atualmente treze anos de idade e frequenta o último ciclo do Ensino Básico. Duas vezes por semana tem aulas de guitarra portuguesa, um instrumento icónico do fado, com Paulo Parreira, um músico profissional, filho e irmão de guitarristas profissionais. Gaspar é uma jovem promessa do fado: nos últimos anos, sempre em crescendo, tem participado em sessões fadistas em casas de fado, concertos e espetáculos, documentários, programas de entretenimento na televisão, tem figurado por algumas vezes em entrevistas e reportagens na imprensa escrita nacional, e integrado eventos expositivos no Museu do Fado, para além de ter colaborado em três gravações de CD, onde acompanha à guitarra a bisavó paterna.

¹² O documentário *Fado Celeste* integra o conjunto de edições do Plano de Salvaguarda implementado na sequência da inclusão do fado na Lista da UNESCO Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

¹³ Cinco anos depois de ter realizado *Fado Celeste*, Diogo Varela Silva decidiu visitar o filme, a propósito da homenagem pelos setenta anos de carreira da sua avó. Esta nova versão, intitulada *Celeste*, estreou na secção *Heart Beat* (destinada a filmes relacionados com música e artes performativas) do *Lisbon Docs* de 2015.

Como facilmente se depreende, Celeste, Diogo, Sebastião e Gaspar, embora unidos por laços familiares e, em certa medida, por uma herança comum, representam tipos e graus de ligação a um domínio cultural específico, o do fado, com manifestas desigualdades de investimento, retorno económico, expectativas e ambições entre si, tal como se encontram em distintos estádios do curso de vida e ocupam posições diferentes no grupo familiar e fora dele.

Se a situação de entrevista é assinalada por alguma similitude - trata-se, afinal, de uma interação verbal e presencial conduzida pelo mesmo interlocutor a partir de um guião previamente delineado -, a habilidade e a sensibilidade narrativa dos entrevistados apresenta uma notável variação individual. Tendencialmente, o tempo de duração da entrevista e a complexidade da informação nela contida parecem aumentar quanto mais avançado estiver o entrevistado no curso de vida.

Para dar uma ideia de tal variação individual, leiam-se os seguintes excertos:

“Da parte do meu pai, todos — o meu bisavô, o meu avô, o meu pai, os irmãos dele todos — eram músicos.

[...] A minha mãe, na terra, pertenceu a um rancho folclórico e cantava nas festas populares, nos arraiais. A voz dela era assim um bocado parecida com a da Amália, mas ainda mais bonita, sabe? Tinha uma voz maravilhosa, nunca ouvi uma assim como aquela. Ela é que nos ensinou o folclore da Beira.

[...] A minha mãe teve cinco rapazes e depois cinco raparigas. Só vingaram dois dos rapazes, o Vicente e o Filipe, os outros morreram em pequenos. Depois da Amália era eu, a Glória, a Ana e a Detinha [Odete], que era a mais nova. A Glória morreu com 6 anos e a Ana com dezasseis anos e meio.

[...] Eu comecei [a cantar fado] mais por brincadeira. Aos sábados havia fados no Mesquita [Restaurante Típico Adega Mesquita], no Bairro Alto, onde aparecia o José António Sabrosa a tocar guitarra, mais o viola que tocava com ele, e quem aparecesse cantava. E foi assim: um dia lá tive coragem e cantei uma quadra. Estava lá o Zé Miguel, que era o empresário da minha irmã [Amália], e como tinha um teatro — que se chamava na altura Casablanca — contratou-me logo. Comecei com contrato, nunca fui amadora [...].

Era difícil conciliar a vida do fado com a vida familiar?

De certa maneira, não se tem o mesmo tempo para se estar com a família. Vida de artista é isto: está-se a trabalhar, tem-se ensaios, tem-se espetáculos fora...

[...] Tive duas meninas. Na altura em que trabalhava na minha casa [de fados], n'A Viela, quando elas eram pequenas, ia a casa nos intervalos. Ia ver se estavam a dormir, se estavam bem.

[...] O Diogo é que andava sempre atrás de mim por todo o lado. Quando estava a fazer para a mala [para ir cantar fora], ele dizia “— vais para outra terra? Não vais!” e desfazia-a. Eu a fazer a mala e ele a desfazê-la. Depois, tinha de o levar comigo, não é?

[...] Mais tarde, o Diogo começou a fazer as Festas de Santo António aqui da rua e o Gaspar começou a ouvir a música e com uma guitarrinha de plástico punha-se ali a acompanhá-los. Às vezes, estava até às sete da manhã. Íamos deitá-lo e ele levantava-se, daí a um bocadinho já lá estava outra vez. E uma vez ele chega-se ao pé de mim e diz-me assim: “— eu vou aprender a tocar guitarra para te acompanhar”. Eu: “— oh, quanto tu me puderes acompanhar, já eu fui viajar” [eufemismo para “já terei morrido”]. E ele assim: “— ah, eu espero [que regresse]”. Já me acompanhou várias vezes. Agora imagine a minha emoção ao entrar num palco com um bisneto pequenino. A primeira vez [que aconteceu], ele tinha sete anos.”

Celeste Rodrigues, fadista, 91 anos.

O relato de Celeste passa em revista acontecimentos familiares passados e contém ilações gerais sobre as suas consequências. Ela gere informação relativa a seis gerações da sua família, o que abrange um intervalo temporal de cerca de um século e meio, e, em consequência, envolve espontaneamente muitas pessoas na sua narrativa pessoal. Macro-eventos históricos como a II Guerra Mundial e o 25 de Abril são integrados e percebidos como influentes. Além do mais, o modo de narração aproxima-se do contar de uma história (no decorrer da sua entrevista, às tantas, Celeste retorquiu: “já contei isto tantas vezes”).

“Lembro-me de ir com a minha avó para todo lado. Eu cresci a ouvir fado. Cresci com estas pessoas.

[...] Mesmo nos meus anos mais rebeldes de juventude, ia na mesma ter com a minha avó às casas de fado. Numa altura em que gostar de fado era uma coisa... as pessoas gozavam com quem gostava de fado. Lembro-me de ir ter com a minha avó à Viela e ser o único rapaz da minha idade que lá estava.

[...] Nunca tive jeito, não tenho o dom, tenho outros... mas também sou fadista, porque também é fadista quem ouve, quem sabe ouvir. Aliás se reparares, o fado é raro acontecer. E só acontece quando está tudo em sintonia: o público, o fadista, os músicos, todo o ambiente.

[...] Tinha a grande vontade que o meu primeiro filme fosse sobre a minha avó. Depois do processo criativo que esse filme envolveu fui desafiado a fazer o mesmo com outros fadistas. Foi importante para fazer os filmes ter nascido neste meio, conhecer esta linguagem. Isso foi importante, claro que sim. Não me parece que vá voltar ao fado enquanto tema documental tão cedo. Não porque não quero, mas porque quem decide não quer [...].

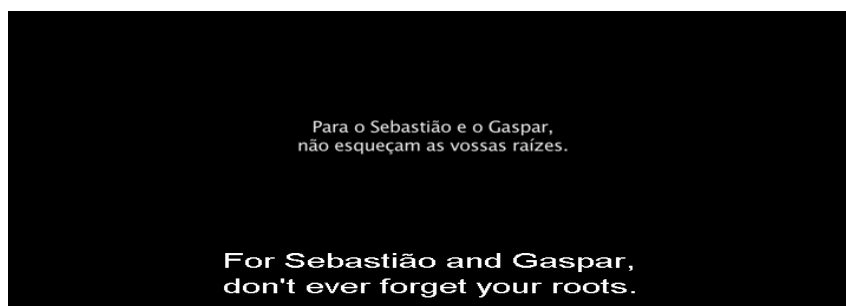
Foste-te apercebendo da manifestação de interesse pelo fado dos teus filhos?

Sim. Eu acho que a música é das melhores coisas que pode haver para a educação de uma criança. Mesmo para a disciplina, para a concentração. Por isso sempre incentivámos. É daquelas coisas que tu não podes obrigar, mas deves tentar incentivar. E, quando mostram esse interesse, há que tentar ajudar e dar as ferramentas necessárias.”

Diogo Varela Silva, realizador e produtor, 43 anos.

De quando em quando, Diogo encaixa a sua história particular no contexto mais geral, por exemplo quando relata a experiência de ter crescido numa época marcada por uma certa hostilidade¹⁴ ao fado ou denuncia subliminarmente o agravamento da situação do financiamento do cinema. Se a história familiar perde longevidade, em comparação à narrativa de Celeste, mantém ainda assim a sua dimensão intergeracional (no sentido ascendente e descendente). Recae sobre a família os dividendos da sua vivência “nativa” no fado, que tem uma dupla efetivação: enquanto público conhecedor e divulgador (através do cinema), ambos aduzidos como modos de pertença ao meio. Por ter esperanças de ver continuada a história familiar no fado, empenha-se no seu papel socializador: proporciona aos filhos o acesso precoce à música, aos músicos e aos instrumentos e dedica-lhes o documentário que realizou sobre a vida e obra da avó, o que tem, só por si, a eficácia de um ato intencional de transmissão (ver fotografia 1).

Fotografia 1
Dedicatória antes dos créditos finais de Fado Celeste



Fonte: Silva (2013)

“Obviamente que o facto da minha família estar inserida no meio musical trouxe alguma coisa para mim. Apesar de não ter sido o fado propriamente, a música foi sempre ‘aquela coisa’.

[...] A minha [bis]avó ofereceu-me uma viola quando eu era miúdo, mas, mesmo mostrando interesse, pu-la um bocado de parte. Passados uns três anos voltei a pegar naquilo. Aliás, nem foi nessa: entretanto, o meu pai deu-me uma guitarra acústica e foi aí que eu comecei a aprender mais. A partir daí fui sempre querendo mais, querendo mais. Comecei a tocar guitarra elétrica também.

[...] Interesse-me por tudo. Adoro fado, adoro fado, mas nesta altura o estilo com que me identifico mais é o rock e é isso que eu mais gosto de tocar.”

Sebastião Varela, estudante, 17 anos.

¹⁴ No pós-25 de Abril, o fado arca uma conotação ideológica diretamente ligada ao regime recém-deposto, o que se repercute numa conjuntura de certo modo desfavorável ao género (Gonçalves, no prelo).

No relato de Sebastião a memória familiar adquire compacidade: basicamente é condensada a uma propriedade distinta, inerente ao grupo (o envolvimento no mundo musical). Ele reconhece, sem contestação, a herança familiar. Contudo, a adesão ao ou rutura simbólica com o fado não está terminada, deixando em aberto a possibilidade de vir a seguir qualquer um destes caminhos. Esta bifurcação é amplificada pelo aproximar da entrada na vida ativa. Nesta fase, o interesse pelo rock trouxe-lhe um novo repertório de relacionamentos e o alargamento das experiências para além dos estritamente proporcionados pelo seu grupo familiar.

“Gostei de ouvir, primeiro. Depois tive uma guitarra de Coimbra, ainda não tocava, mas queria. Depois tive outra que não foi construída pelo Óscar [Cardoso]¹⁵, mas algumas peças eram dele. Agora tenho outra que já é profissional.

[...] Comecei [a tocar guitarra portuguesa] com sete anos, quando aprendi o Fado das Horas. Logo no primeiro fado, acompanhei a minha bisavó.

E o facto de poderes acompanhar a tua bisavó é importante para a tua aprendizagem musical?

Claro!

E as histórias que a tua bisavó te conta são importantes para ires conhecendo melhor os meandros do fado?

Sim.”

Gaspar Varela, estudante, 11 anos.

Gaspar facilmente identifica alguns eventos marcantes na sua própria história e narra a sua sucessão linear, ainda que num arco temporal relativamente curto. Inclusive incorpora no seu próprio relato reminiscências familiares: as primeiras manifestações do seu gosto pelo fado baseiam-se em recordações partilhadas em conversas entre vários familiares, já que, na verdade, ele não tem memórias próprias de tão precoces sinais. Contudo, o desenvolvimento dos tópicos é mínimo e o discurso surge frequentemente entrecortado por lacónicos “sins” e “nãos”. Da mesma forma que a causalidade e a avaliação dos eventos de vida só surgem se incentivados por via de perguntas, também o número de “outros significativos” (familiares ou não) é relativamente reduzido, cingindo-se a enunciar pessoas com quem mantém relações próximas com alguma frequência.

5. Nota final

¹⁵ Óscar Cardoso é um guitarrista (construtor de guitarras) reconhecido no meio fadista.

A partir de uma abordagem qualitativa, apoiada em relatos cruzados, este artigo procurou explorar o modo como o curso de vida molda não somente a história da família como as memórias que dela se têm e os usos que dela se fazem. Mas que pistas pertinentes se podem obter a partir de um *corpus* mínimo de registos biográficos subjetivados — visto que propositadamente não surgem diluídos no anonimato —, algo que, de imediato, parece opor-se a qualquer pretensão de extrapolação? De facto, para um resultado mais ambicioso no que respeita a generalizações seria necessário não só multiplicar os casos,¹⁶ como porventura recorrer a um método longitudinal (isto é, submeter os indivíduos-alvo a novo interrogatório após um devido intervalo de tempo).

Feita esta ressalva, importa referir que, ainda assim, aquele espectro discursivo torna inteligível o facto de que o ato biográfico — entenda-se, a situação verbal das memórias — não se exerce uniformemente. Podendo não ser fácil discernir os efeitos de geração dos efeitos de ciclo de vida, atendendo às múltiplas temporalidades constitutivas das vidas singulares, nem tão-pouco declinar a interferência de outras variáveis sociais (o género, sobretudo), é no entanto detetável como diferem nos contornos e nos teores, por exemplo, uma narração concentrada nas ações pessoais e apenas pontuada por alguns familiares de uma outra compiladora da história familiar, elevada à sua máxima potência na linha do tempo.

Um outro aspeto relevante concerne ao facto de cada uma daquelas narrativas se reportar a tempos diferentes, uma vez que cada membro da família se tenta apropriar de um começo da história familiar em função da sua história individual. De maneira que até quando são lembrados os mesmos parentes vemo-los necessariamente surgir em fases diversas da vida.

Outro aspeto impressionante é que a memória familiar parece ser portadora de cenários de vida. Neste sentido, cada um dos membros é compelido a posicionar-se em relação a

¹⁶ Ao se procurar ampliar a abrangência de casos, considerando as especificidades do fado, não se deverá negligenciar a ascendência aristocrática ou popular das famílias. Uma exploração deste tipo certamente expõe importantes diferenças na transmissão e na apropriação do histórico familiar. Nas famílias de origem aristocrática é mais frequente o encorajamento, desde cedo, do conhecimento da genealogia da família, concebida como o corolário da continuidade (ancestralidade) familiar e portadora de distinção social. Consequentemente, nesses casos é comum a manifestação de um sentido de ligação à família alargada. Por contraste, nas famílias de origem popular (onde se inclui a família que este artigo focou), ainda que se pressinta um sentido genealógico, a trama da história familiar é algo vaga e condensada (cf. Mension-Rigau, 2007[1994]).

esse horizonte de possibilidades e expectativas e à herança simbólica que ele acarreta. Mas se a história familiar, em geral, parece consistir numa força de perpetuação do património cultural, paralelamente esse património parece reforçar os vínculos familiares: neste caso concreto, apreciar, praticar o fado estabelece uma linha divisória entre familiares, ao mesmo tempo que serve de marcador de identidade social e cultural da família como um todo.

Referências Bibliográficas

- ATTIAS-DONFUT, Claudine (2000), “Rapports de générations: transferts intrafamiliaux et dynamique macrosociale”, in *Revue Française de Sociologie*, 41 (4), pp. 643-684.
- BAPTISTA, Tiago (2009), *Ver Amália: Os Filmes de Amália Rodrigues*, Lisboa, Edições Tinta da China.
- BENDIX, Regina (2011), “Héritage et patrimoine: de leurs proximités sémantiques et de leurs implications”, in Chiara Bortolotto (org.), *Le Patrimoine Culturel Immatériel : Enjeux d'une Nouvelle Catégorie*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 99-121.
- BENGTSON, Vera L.; ALLEN, Katherine R. (1993), “The life course perspective applied to families over time”, in Pauline Boss *et al.* (orgs.), *Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach*, New York, Plenum Press, pp. 469-504.
- BERTAUX, Daniel (1992), “Familles et mobilité sociale : La méthode des généalogies sociales comparées”, in Ana Nunes de Almeida *et al.* (orgs.), *Familles et Contextes Sociaux: Les Espaces et Les Temps de la Diversité*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE, pp. 281-293.
- BERTAUX, Daniel; DELCROIX, Catherine (2000), “Case histories of families and social processes: Enriching sociology”, in Prue Chamberlayne; Joanna Bornat; Tom Wengraf (orgs.), *The Turn to Biographical Methods, Social Science: Comparative Issues and Examples*, London/New York, Routledge, pp. 71-89.
- BERTAUX-WIAME, Isabelle (1988), “Des formes et des usages : histoires de famille”, *L'Homme et la Société*, 90, pp. 25-35.
- BOURDIEU, Pierre (1986), “The forms of capital”, in John G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York, Greenwood Press, pp. 241-258.
- CABRAL, João de Pina; LIMA, Antónia Pedrosa de (2005), “Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social”, in *Etnográfica*, IX (2), pp. 355-388.

GONÇALVES, Ana (2016), “A família conta: ilustrações a partir do fado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 94 - 110

FAVART, Evelyne (2005), “Parcours de vie et mémoires familiales”, in Jean-François Guillaume (org.), *Parcours de Vie: Regards Croisés sur la Construction des Biographies Contemporaines*, Liège, Les Editions de l'Université de Liège, pp. 91-107.

GONÇALVES, Ana (no prelo), “Antifadismo”, in José Eduardo Franco (org.), *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GOTMAN, Anne (2006), *L'Héritage*, Paris, Presses Universitaires de France.

GRAY, Lila Ellen (2013), *Fado Resounding: Affective Politics and Urban Life*, Durham/London, Duke University Press.

HALBWACHS, Maurice (1925), “La mémoire collective de la famille”, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Librairie Félix Alcan, pp. 199-242.

HALL, Stuart (1999), “Whose Heritage? Un-settling ‘the heritage’, re-imagining the post-nation”, in *Third Text*, 13 (49), pp. 3-13.

HARVEY, David C. (2008), “The History of Heritage”, in Brian Graham; Peter Howard (orgs.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*, Hampshire/Burlington, Ashgate, pp. 19-36.

HEINICH, Nathalie (2009), *La Fabrique du Patrimoine : De la Cathédrale à la Petite Cuillère*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

JEUDY, Henri-Pierre (2001), *La Machinerie Patrimoniale*, Paris, Sens & Tonka.

LAHIRE, Bernard (2010), “La transmission familiale de l'ordre inégal des choses”, in *Regards Croisés sur l'Économie*, 7 (1), pp. 203-210.

MENSION-RIGAU, Eric (2007[1994]), *Aristocrates et Grands Bourgeois : Education, Traditions, Valeurs*, Paris, Éditions Perrin.

MUXEL, Anne (1993), “Family memory: a review of French work”, in Daniel Bertaux; Paul Thompson (orgs.), *Between Generations: Family Models, Myths and Memories*, Oxford, Oxford University Press, pp. 191-197.

MUXEL, Anne (2012), “The functions of familial memory and processes of identity”, in Elisabeth Boesen *et al.* (orgs.), *Peripheral Memories: Public and Private Forms of Experiencing and Narrating the Past*, Bielefeld, Transcript Verlag, pp. 21-32.

NERY, Rui Vieira (2009), *Pensar Amália*, Lisboa, Tugaland.

NORA, Pierre (2011), *Présent, Nation, Mémoire*, Paris, Gallimard.

PAIS, José Machado (2010), *Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

PETERSON, Richard A.; KERN, Roger M. (1996), “Changing highbrow taste: from snob to omnivore”, in *American Sociological Review*, 61(5), pp. 900-907.

GONÇALVES, Ana (2016), “A família conta: ilustrações a partir do fado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 94 - 110

PRATT, Michael W.; FIESE, Barbara H. (2004), *Family Stories and the Life Course Across Time and Generations*, Mahwah/London, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike (2013), “Emerging forms of cultural capital”, in *European Societies*, 15 (2), pp. 246-267.

SANTOS, Vítor Pavão dos (2003), *Amália: Uma Biografia*, Lisboa, Editorial Presença.

SINGLY, François de (1996), “L'appropriation de l'héritage culturel”, in *Lien Social et Politiques*, 35, pp. 153-165.

ZONABEND, Françoise (1991), “A memória familiar: do individual ao coletivo”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 9, pp. 179-190.

Filme Documentário

SILVA, Diogo Varela (2013), *Fado Celeste: Edição Comemorativa dos 90 anos da Decano das Fadistas – Celeste Rodrigues*, Lisboa, Blackmaria.

Agradecimentos

Este artigo retoma algumas das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa de doutoramento da autora, financiada por uma Bolsa Individual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência SFRH/BD/43270/2008. Naturalmente, cabe aqui um agradecimento a Celeste Rodrigues, Diogo Varela Silva, Teresa Fernandes, Sebastião Varela e Gaspar Varela pela sua amável participação neste estudo e pelas facilidades concedidas para a reprodução da imagem integrada neste artigo.

Ana Gonçalves. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro em Rede de Investigação em Antropologia, (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. *E-mail:* goncalves-ana@campus.ul.pt

Artigo recebido a 2 de março de 2016. Publicação aprovada a 21 de junho de 2016.

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão,
Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo

O artigo centra-se na tensão entre unidade e pluralidade dos percursos de vida. Como os indivíduos representam a sua vida? Até que ponto a desdobram em etapas e dimensões? Explora-se a utilidade de estudos recentes da socialização e do curso de vida. Apresenta-se um dispositivo de análise de autobiografias. Analisa-se em profundidade uma autobiografia e discutem-se padrões observados em 52. Concluímos que a classe trabalhadora, em Portugal, caracteriza-se por um desdobramento mitigado da vida em etapas e dimensões da vida, destacando-se a dicotomia entre vida laboral e familiar, ainda que se observem múltiplas interseções, tensões e ambiguidades, associadas à precariedade das condições de vida.

Palavras-chave: biografia; socialização; curso de vida

How many lives fit in a life? From 52 workers' autobiography to the case of an administrative officer

Abstract

This article is focused on the tension between unity and plurality of life pathways. How do agents conceive their lives? Do they split them in different stages and dimensions? The usefulness of recent studies on socialization and on life course are explored. An analytical framework to analyse autobiographies is sketched. An autobiography is analysed and patterns in 52 are discussed. According to this analysis, the working class in Portugal is characterized by a mitigated split of life stages and dimensions, stressing the dichotomy between work and family life, but there are multiple intersections, tensions and ambiguities, associated with poor and unstable life conditions.

Keywords: biography; socialization; life course.

Combien de vies a une vie? De l'autobiographie des 52 employés au cas d'un agent administratif

Résumé

L'article met l'accent sur la tension entre l'unité et la pluralité des parcours de vie. Comme les personnes représentent-elles leur vie? Jusqu'à quel point la scindent-elles par étapes et dimensions? Nous exploitons l'utilité des études récentes de la socialisation et du cours de la vie. Nous présentons un dispositif d'analyse d'autobiographies. Nous analysons plus en profondeur une autobiographie et examinons les caractéristiques observées chez 52 employés. Nous concluons que, au Portugal, la classe ouvrière est caractérisée par un dédoublement mitigé de la vie en étapes et dimensions de la vie, en particulier la dichotomie entre la vie professionnelle et familiale, bien que l'on observe de multiples intersections, tensions et ambiguïtés, associées à la précarité des conditions de vie.

Mots-clés: biographies; socialisation; parcours de vie.

¿Cuántas vidas caben en una vida? De la autobiografía de 52 trabajadores al caso de un oficial administrativo

Resumen

El artículo se centra en la tensión entre la unidad y pluralidad de los recorridos vitales. ¿Cómo representan los individuos su vida? ¿Hasta qué punto se desdoblán en etapas y dimensiones? Se explora la utilidad de los estudios recientes de la socialización y el recorrido vital. Se presenta un dispositivo de análisis de autobiografías. Se analiza en profundidad una autobiografía y se discuten los patrones observados en las 52 autobiografías. Concluimos que la clase obrera en Portugal se caracteriza por un desdoblamiento mitigado de la vida en etapas y dimensiones vitales, y se hace patente la dicotomía entre la vida laboral y familiar. Además, se observan múltiples intersecciones, tensiones y ambigüedades, asociadas a la precariedad de las condiciones de vida.

Palabras clave: biografías; socialización; curso de vida.

Qualquer pessoa percorre um caminho do berço até à campa. É uma ideia antiga e recorrente, nas artes, na filosofia e no senso comum, assumida em muitos estudos sociológicos que analisam a *trajetória* dos indivíduos ao longo da vida. A *perspetiva do curso de vida* permite aprofundar a análise destas sequências de eventos nas vidas pessoais, identificando padrões e singularidades, relacionando-os com a agência, as redes, as estruturas e as mudanças sociais (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002; Nico, 2011). Contudo, nas sociedades contemporâneas, a pluralidade de etapas, dimensões e instituições em que

decorre a vida tem colocado em questão se a existência de um indivíduo não será melhor representada por uma multiplicidade de percursos, no sentido de uma descontinuidade de posições, práticas e representações, assumidas em distintos contextos de vida. Não é por acaso que tanto falamos numa trajetória de vida (englobando todas as dimensões) como falamos da vida familiar, da vida profissional, da vida estudantil, da vida associativa e por aí adiante (e das dificuldades em conciliá-las).

O presente artigo pretende contribuir para o conhecimento sobre o modo como os indivíduos, a partir de posições estruturais, formas culturais e quadros de interação específicos, refletem sobre si próprios e concebem a sua existência, nesta tensão entre unidade e pluralidade. Começa por uma breve discussão teórica sobre o tema. Num segundo momento, apresentam-se os protocolos metodológicos que presidiram à recolha e análise de 52 autobiografias. Num terceiro momento, apresentamos alguns padrões observados no conjunto destas narrativas autobiográficas. No quarto momento, aprofundamos a análise de um destes documentos. Terminamos com algumas notas conclusivas.

1. Unidade e pluralidade do eu

A tensão entre unidade e pluralidade do *self* tem atravessado o pensamento sociológico, desde as suas origens. Basta recordar o debate entre, por um lado, aqueles que, na linha de Karl Marx, têm defendido uma primazia das condições de existência e das relações sociais de produção sobre os diversos âmbitos da vida dos indivíduos e, por outro lado, aqueles que, na esteira de Max Weber ou Georg Simmel, têm argumentado que as sociedades modernas são compostas por múltiplas dimensões (ou regiões, campos ou mundos, conforme os autores), nas quais os indivíduos ocupam distintas posições e desempenham diferentes papéis (Velho, 1994; Dahrendorf, 2012; Baert e Silva, 2014).

Entretanto, a tensão entre unidade e diversidade começou-se igualmente a colocar numa perspetiva de “ciclo de vida”. Tornou-se comum distinguir a socialização primária, na infância, geradora de uma visão mais duradoura e unitária do mundo, de uma socialização secundária, associada à especialização em diferentes instituições, na idade adulta (Berger e Luckmann, 1998 [1966]). Reconhecendo-se o enfoque da Sociologia na

vida adulta, têm surgido, entretanto, linhas de investigação sobre a infância, a juventude ou a velhice, centradas na autonomia destes períodos da vida, e que permitem questionar as visões mais lineares sobre a socialização e a formação do *eu* (Abrantes, 2011).

Por seu lado, a teoria sociológica foi marcada, nas últimas décadas, por importantes esforços de unificação. A centralidade dos conceitos de agência, reflexividade e identidade pressupõem que os atores têm uma consciência que influencia a sua ação (Giddens, 1994; Beck e Beck-Gernsheim, 2003; Archer, 2007). Nesta perspetiva, o indivíduo desenvolve um trabalho permanente sobre si próprio, de construção de um *eu* e de uma biografia que o distingue dos demais. Alguns estudos têm observado, aliás, a estabilidade das representações do *eu* – produto da “socialização autobiográfica” – mesmo no decurso de processos profundos de transformação social (Hoerning e Alheit, 1995; Kupferberg, 1998).

Por seu lado, a tese da pluralidade dos registos de vida tem também sido explorada. Contrapondo-se a uma visão unificada do *habitus*, Bernard Lahire (2002a; 2002b) tem investigado como os múltiplos contextos que marcam a socialização dos indivíduos são produtores de disposições, práticas e valores específicos, dando origem a “atores plurais”. Segundo o autor, a transferência e articulação entre estes diferentes patrimónios disposicionais não está garantida, tornando-se um desafio permanente para os próprios atores e um objeto de estudo para os sociólogos.

Centrando-se nas identidades profissionais e procurando uma síntese entre unidade e diversidade, Dubar (2005) reconhece a importância da socialização biográfica, mas refere a existência simultânea de um processo relacional de atribuição da identidade, no qual os indivíduos vão sendo colocados em posições (variáveis) no quadro de relações sociais concretas, podendo este provocar tensões na representação que o indivíduo constrói de si mesmo e do seu percurso vital.

Trata-se, portanto, de um debate longo e central, na disciplina, mas que permanece em aberto e no qual os desenvolvimentos teóricos nem sempre têm sido acompanhados por investigações empíricas com semelhante nível de sofisticação e abrangência. Os próprios avanços recentes nas neurociências acerca da formação de uma “consciência autobiográfica” têm evidenciado uma tensão entre unidade e pluralidade do *eu*, em termos distintos, mas que serão importantes de ponderar (Eagleman, 2012).

2. Um modelo de análise das narrativas autobiográficas construídas em processos de formação e certificação

As narrativas autobiográficas construídas em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), ao longo da última década, em Portugal, constituem um material valioso para explorar esta questão. Os participantes neste programa elaboraram a sua história de vida, enquanto parte de um “portefólio reflexivo de aprendizagens” que é defendido publicamente ante um júri, em muitos casos, a par da frequência de módulos complementares de formação. Dado que centenas de milhares de pessoas participaram neste processo, foi possível selecionar um conjunto alargado de trabalhos – neste projeto, recolhemos e analisámos 52, produzidos em 2009 e 2010 – que asseguram uma grande diversidade de perfis sociológicos, em termos de idade, género, local de residência e ocupação profissional, dentro de uma designação genérica de “classe trabalhadora”.¹

O facto de serem os próprios agentes a organizar a estrutura da narrativa, escolhendo as experiências a relatar, bem como o modo de encadeamento (as ligações e também as separações), permite uma aproximação à forma como as pessoas interiorizam as experiências sociais, (re)constroem os seus percursos de vida e os mobilizam na vida presente. Importa analisar, portanto, não apenas quais os contextos de vida privilegiados na narrativa autobiográfica, mas também quais os nexos estabelecidos entre eles, incluindo se o percurso individual é concebido de forma integrada, eventualmente segundo um princípio cronológico ou se, pelo contrário, é organizado em diferentes etapas e campos da vida social.

Uma crítica que se tem colocado a este procedimento metodológico é que o enquadramento num programa de educação de adultos poderá distorcer as narrativas autobiográficas. Na verdade, é uma ilusão a possibilidade de captar um discurso autobiográfico “puro”. Qualquer investigador em ciências sociais tem que considerar o

¹ Estas narrativas autobiográficas foram recolhidas e analisadas, segundo diferentes prismas, ao longo do meu projeto de pós-doutoramento (2010-2013), desenvolvido no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Para uma visão geral do projeto e dos seus principais resultados, assim como uma discussão do conceito de “classe trabalhadora”, leia-se Abrantes (2013). Neste artigo, tratarei de aprofundar apenas a questão apresentada na introdução.

complexo contexto de relações que dá origem aos discursos. A narrativa autobiográfica é sempre uma produção sociocultural e, mais especificamente, um modo de “apresentação do eu” perante um outro significativo (que pode ser o próprio indivíduo, no caso por exemplo dos diários pessoais), num determinado cenário e momento da vida. No caso dos discursos recolhidos “em primeiro mão”, isto implica analisar a fundo as relações sociais de investigação (Pinto, 2007).

Neste caso, é importante contextualizar estas narrativas no quadro de um programa público com referenciais próprios, gerador de relações concretas com outros agentes (formadores, colegas, etc.) e, ainda, tendo em conta as condições e motivações de cada um dos seus autores. Este programa, no seu todo, surgiu em 2001 e foi-se afirmando como um espaço simbólico fortemente mediatizado de redenção de indivíduos socialmente desfavorecidos, através da qualificação dos saberes e virtudes resultantes das experiências de vida. Mas suscitou também uma inversão simbólica, através de um discurso com grande visibilidade mediática, segundo o qual se permitiria, através deste sistema, validar e certificar qualquer indivíduo e trajetória de vida, o que contribuiu para a desvalorização dos processos, saberes e certificados.

Os referenciais (DGVP, 2006a e 2006b) que orientam este processo assumem que a elaboração das autobiografias é um trabalho autónomo e original dos participantes sobre a própria vida. Os contactos com orientadores dos quatro centros em que foram recolhidas as autobiografias confirmam que os referenciais foram entendidos apenas como guias de apoio. Acresce que, dado o número elevado de adultos que acompanhavam, o seu apoio ao desenvolvimento dos trabalhos foi, na verdade, bem menor do que o pretendido. Se é verdade que o enquadramento num programa público poderá ter induzido uma relativa contenção na narrativa de experiências pessoais, segundo um princípio moderno de que o privado não deve ser exposto em público (Arfuch, 2010), bem como uma sobrevalorização de competências exemplificadas nos referenciais, não devemos negligenciar que um dos quatro “domínios de referência para a ação” previstos nestes documentos é, precisamente, o “contexto privado”, a par do “contexto profissional”, do “contexto institucional” e do “contexto macro-estrutural” (DGVP, 2006a). Além disso, o arquivo e a divulgação pública das autobiografias, sem autorização dos autores, foi expressamente proibida.

Uma primeira análise das 52 autobiografias permite-nos constatar a sua heterogeneidade, não apenas de dimensão (entre 30 e 250 páginas), mas também de

estrutura e conteúdos. Mesmo comparando as autobiografias realizadas dentro de cada um dos quatro centros, não se encontram padrões claros. E embora em algumas passagens seja visível a procura por evidenciar competências referidas nos referenciais, nenhuma narrativa é organizada com base nas áreas, nos domínios de referência ou nas unidades de competência enunciados nesses guiões institucionais.

A análise destas 52 autobiografias, num total de mais de 4000 páginas (incluindo texto e imagens) implicou vários procedimentos técnicos. Especificamente para o tema do presente artigo, o protocolo mais fértil foi a identificação de sequências de temas. Foram classificadas as unidades temáticas de cada narrativa, respeitando as titulações criadas pelos próprios autores, mas também as quebras narrativas. Essas unidades foram dispostas em linha, identificando-se uma cor quando se reportam a uma dimensão específica da vida (laboral, familiar, educativa, militar, comunitária, de lazer), uma letra maiúscula quando referem uma etapa da vida (infância, adolescência, juventude, idade adulta, velhice) e uma letra minúscula quando focam um evento biográfico particular (nascimento, 1ª comunhão, juramento da bandeira, casamento, divórcio, etc.). Isto permitiu uma análise de sequências, fundamental na abordagem do curso de vida.

3. Mais do que uma vida, menos do que várias

Tal como enunciado no ponto anterior, na análise de conteúdo destas 52 autobiografias começámos por decompô-las em unidades temáticas, em alguns casos, separadas por níveis de titulação, noutros casos apenas por quebras narrativas. Isto permitiu-nos catalogar 818 unidades temáticas, consoante a etapa, a dimensão da vida e/ou o acontecimento a que se reportam.

A análise de conteúdo destas unidades temáticas permite observar que o “trabalho/emprego” e a “vida familiar/doméstica” constituem as dimensões privilegiadas nestas narrativas autobiográficas (Quadro 1). Tal prevalência dificilmente surpreenderá um sociólogo, conhecedor da centralidade destas dimensões nas sociedades contemporâneas, bem como das limitações que continuam a caracterizar a classe trabalhadora portuguesa, no âmbito do lazer e da participação cívica.

Quadro 1
Peso das dimensões de vida nas autobiografias

dimensões de vida	%
Trabalho/Emprego	38,0
Vida familiar e doméstica	37,3
Cidadania e espaço público	20,0
Lazer e vida pessoal	19,1
Educação e formação	17,2
Serviço militar	3,7

Mais de um terço das unidades temáticas (36,4%) reportam-se a experiências que combinam mais de uma dimensão da vida, o que explica que a soma das percentagens no quadro 1 seja superior a 100. Mesmo nos casos em que as autobiografias são organizadas por capítulos que remetem para diferentes dimensões da vida, a análise de conteúdo permite observar que estas se imiscuem frequentemente em cada capítulo. O caso mais frequente é o das unidades narrativas que articulam vivências laborais e familiares (6,2%), mas as combinações são variadas, destacando-se igualmente as experiências em que a vida familiar surge entrelaçada com o “lazer e vida pessoal” (5,7%) ou a “cidadania e espaço público” (5,4%). A vida familiar surge então como uma dimensão central também pela sua permeabilidade e articulação com as restantes dimensões.

Quando analisamos estas unidades temáticas de forma sequencial, constatamos que existe um padrão dominante. Em 29 casos, a narrativa concilia uma primeira parte, relativa à infância e à juventude, em que se procura respeitar a ordem cronológica dos eventos, combinando as várias dimensões da vida, com uma segunda parte, cobrindo em traços gerais a idade adulta, que se desdobra em diferentes capítulos ou secções, relativos a distintas dimensões da vida. Na maioria destes casos, o que ocorre é que a partir da descrição detalhada do primeiro emprego – que frequentemente não é a primeira experiência de trabalho, mas que tende a ocorrer entre os 12 e os 21 anos – segue-se a narrativa da trajetória laboral até ao presente. Mas isto implica que, adiante, a narrativa “regresse” ao passado para descrever a transição para a conjugalidade, a parentalidade e a mobilidade habitacional, geralmente iniciadas entre os 15 e os 25 anos. Em vários casos, abrem-se ainda capítulos subsequentes, mais curtos e com menor disciplina cronológica, dedicados a: (1) experiências de participação cívica, comunitária e política; (2) práticas de

lazer e ocupação dos tempos livres, com destaque para o desporto e o turismo; (3) experiências formativas; e/ou (4) eventos com grande carga dramática, como períodos de doença ou “turning points” no percurso de vida.

Embora este modelo de autobiografia seja comum em ambos os sexos, há diferenças significativas. No caso dos homens, a segmentação da vida em dimensões surge mais vincada (menos unidades temáticas “multidimensionais”), sendo que o final do serviço militar marca simbolicamente o momento de passagem da narrativa cronológica para uma narrativa segmentada, na qual o percurso laboral tem geralmente prioridade face aos restantes. Já no caso das mulheres, a transição entre os dois registos é mais difusa e variável, observando-se uma maior tendência para um entrelaçamento das dimensões da vida, mesmo quando a narrativa é formalmente estruturada em capítulos que se reportam a cada uma das dimensões. Além disso, os capítulos dedicados especificamente às práticas de lazer e à participação política-cívica são mais frequentes e mais extensos entre os homens, estando ausentes nas narrativas de muitas mulheres, possivelmente devido a vidas laborais e familiares mais sobrecarregadas e que as excluem de uma presença continuada noutros domínios (Torres, 2009).

Existe, contudo, um conjunto de autobiografias que não se organizam segundo esse registo “a dois tempos”. Entre os 52 documentos analisados, 16 procuram respeitar a ordem cronológica dos eventos, do início ao final do documento. Alguns destes assumem a trajetória laboral, desde a adolescência, como o fio condutor da narrativa, sendo que as experiências noutras dimensões da vida vão surgindo a miúdo. Mas, noutros casos, as experiências nas diferentes dimensões da vida vão-se integrando ou intercalando, segundo uma ordem cronológica.

Por seu lado, existem ainda 7 autobiografias cuja estrutura não segue qualquer destes padrões, seja por estabelecer uma organização por dimensões da vida, logo desde a infância até ao momento atual, seja por desdobrar-se em duas narrativas (uma cronológica; outra dividida por dimensões), mas ambas desde o nascimento até ao presente. Um aspecto intrigante é que fatores como o sexo, a idade ou o centro em que realizaram o processo não parecem influenciar a opção por qualquer dos “modelos” de autobiografia atrás descritos.

Reportando-nos ao debate teórico que enquadra o artigo, podemos dizer que o modo como os indivíduos concebem a sua vida oscila efetivamente entre, por um lado, uma unidade assente na ordem cronológica que baseia a narrativa no estabelecimento

(explícito ou implícito) de cadeias de causalidade temporal, e, por outro, uma segmentação da vida em múltiplas trajetórias, nomeadamente, no campo laboral, no campo familiar e, em alguns casos, também no campo do lazer e da vida cívica/comunitária. A tensão entre ambos os princípios, observada no plano teórico, subjaz, portanto, à própria consciência autobiográfica dos indivíduos, gera contradições nas narrativas e é (parcialmente) resolvida, de formas diversas, consoante os indivíduos. A tendência dominante parece ser a conciliação entre a unidade na apresentação da vida, durante a infância/adolescência, e a pluralidade de registos, na etapa adulta. Tal distinção coincide, efetivamente, com as noções de socialização primária e secundária que têm sido adotadas nas ciências sociais (Berger e Luckmann, 1998 [1966]).

Em qualquer caso, a análise das narrativas autobiográficas mostra que tal conceção da vida “a dois tempos”, não deixa de ser problemática. Por um lado, a suposta unidade da vida infantil e adolescente é colocada em causa, nomeadamente pela (des)articulação das experiências escolares, familiares e juvenis. Por outro lado, a diferenciação observada na etapa adulta é contrariada, seja porque o que ocorre numa dimensão da vida tem causas e/ou consequências noutras dimensões (por exemplo, o desemprego provoca mudanças familiares), seja porque há efetivamente acontecimentos e processos que envolvem as várias dimensões da vida.

Poder-se-á dizer, na esteira de Lahire (2002a), que a construção de uma narrativa linear, coerente e unificada sobre a própria vida implica um trabalho dos sujeitos de articulação das vivências e disposições produzidas em diferentes contextos, ainda que se possa igualmente argumentar que a divisão da vida em dimensões implica igualmente um trabalho reflexivo dos sujeitos sobre a diversidade das próprias memórias.

Em seguida, discutimos em detalhe uma autobiografia, não apenas no sentido de exemplificar a análise realizada, mas também de explorar com maior profundidade estas tensões entre unidade e pluralidade da vida. Escolhemos o caso do Sérgio (nome fictício), uma vez que constitui um “caso típico”, considerando os padrões identificados na secção anterior e não foi incluído entre os dez casos explorados em Abrantes (2013). Além disso, trata-se de um empregado executante, da área administrativa, originário numa família camponesa. Integra, portanto, um grupo socioprofissional muito representado nos processos de reconhecimento de competências, que conheceu um crescimento acentuado na sociedade portuguesa, ao longo das últimas décadas, e sobre o qual a Sociologia tem

investigado pouco. Se é certo que a modernidade e, em particular, a expansão dos padrões de escolaridade estão associados a um incremento das profissões ligadas ao conhecimento e à informação, não é menos verdade que, sobretudo em países semi-periféricos, observou-se um crescimento rápido de atividades ligadas aos serviços, tanto no âmbito do Estado como no setor privado, de cariz rotineiro e/ou interpessoal, caracterizadas por baixos níveis salariais, parco reconhecimento social e escassa autonomia profissional. No caso português, os empregados executantes passaram de 15% em 1960 a quase um terço da população ativa, absorvendo uma fração significativa da população de origem camponesa (Mauritti e Nunes, 2013).

4. A autobiografia do Sérgio

Ao analisar a autobiografia do Sérgio, escrita entre 2009 e 2010, começamos por constatar que se trata de um trabalho de 85 páginas (21.101 palavras) e que, para além de uma introdução e uma conclusão, está organizado em sete capítulos, ainda que o último não esteja identificado como tal:

INTRODUÇÃO	Erro! Marcador não definido.
CAPITULO I - A MINHA INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO II - PERCURSO MILITAR.....	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO III - VIDA PROFISSIONAL	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO IV - VIDA PESSOAL	43
CAPÍTULO V - VIDA SOCIAL	70
CAPÍTULO VI - OS MEUS TEMPOS LIVRES	Erro! Marcador não definido.
PROJECTO FUTURO.....	82
CONCLUSÃO	84

Este índice permite observar que Sérgio representa a sua vida como dividida em sete componentes principais, sendo que a primeira constitui uma etapa da vida (infância/adolescência), a seguinte diz respeito a uma experiência institucional (percurso militar), as quatro seguintes referem-se a diferentes dimensões de vida (profissional, pessoal, social, de lazer), e a última recupera um princípio cronológico para projetar o

futuro individual. Pela posição e dimensão dos capítulos não será difícil de aferir que a “vida profissional” e a “vida pessoal” assumem um carácter central na sua narrativa, sendo que cada uma delas ocupa cerca de um terço do documento.

O primeiro capítulo começa pela afirmação: “Nasci a (dia) de (mês) de 1953, no seio de uma família humilde, honesta e trabalhadora, numa aldeia chamada (nome da povoação), do concelho de Celorico da Beira e distrito da Guarda, onde fui registado com o nome de (nome completo)” (p. 3). Nas 52 autobiografias analisadas, foi comum esta referência ao nascimento como momento fundador do *eu*, incluindo, em alguns casos, descrições detalhadas do parto que enaltecem características permanentes da personalidade (resiliência, alegria, teimosia, etc.). É também comum esta enunciação de características dos pais, sugerindo traços incorporados na génese do *habitus*.

Em seguida, a autobiografia de Sérgio foca-se em algumas experiências de infância, cuja forte carga emotiva parece ser o denominador comum: um acidente doméstico que quase lhe retirava a vida, aos 5/6 anos, tendo sido salvo pelo irmão e a tia; os rituais festivos de matança do porco, em que as crianças participavam e utilizavam as entranhas do animal para jogar à bola; a frequência do ensino primário e o exame de admissão ao liceu; os dois colégios católicos onde frequentou os primeiros anos do ensino liceal; a experiência de praticar futebol federado, pertencer a um clube e ser campeão distrital. No final deste capítulo reflete sobre os modos de vida na Beira Alta, nos anos 60, particularidades culturais, a emigração de muitos dos seus conterrâneos nesse período e a dura adaptação a outros países.

O segundo capítulo aborda a experiência militar. Salienta a dureza das rotinas e a rigidez das normas, assim como a distância da família, como indutores de estranheza, sofrimento e formação de disposições. Esta experiência é narrada com detalhe na grande maioria das autobiografias masculinas, sendo particularmente longa e dramática nos casos de participação na guerra colonial. Neste caso, apesar de ter ocorrido no período revolucionário e de ter durado apenas sete meses (ao final dos quais obteve uma “baixa médica por incapacidade”), é significativo que dê origem a um capítulo específico, o que sugere uma “ruptura biográfica”. É revelador também que não surja qualquer referência à revolução – quando esta é abordada com grande detalhe e dramatismo noutras autobiografias – mas sim a uma socialização em valores considerados centrais para as etapas subsequentes de vida (p. 13):

“Aprendi a ser disciplinado e disciplinador, a cumprir rigorosamente os horários, a ter mais respeito pelo próximo e ter um maior espírito de colaboração e inter-ajuda entre os meus colegas (...) são valores que ainda hoje procuro aplicar no meu dia-a-dia”.

No terceiro capítulo, Sérgio descreve a sua trajetória laboral, seguindo uma lógica cronológica, a partir do estágio realizado num Tribunal Judicial (TJ), de 1976 a 1979, até ao presente (2010). Os principais marcos que pautam esta narrativa, acompanhados de uma descrição de cada função e alguns aspetos peculiares da experiência no seu exercício, são: a tomada de posse como escriturário oficial de um tribunal na Beira Baixa; o destacamento para o Tribunal Criminal de Lisboa; a promoção para Escrivão Adjunto do TJ de um subúrbio de Lisboa; a transferência para um Juízo Cível da Comarca de Lisboa; o Curso de Formação para Acesso à Categoria de Escrivão de Direito; a nomeação para Escrivão de Direito do TJ do mesmo subúrbio da capital; o curso de admissão e a prova de acesso à categoria de secretário de justiça; a nomeação para Secretário de Justiça do TJ de uma comarca na Beira Baixa; a transferência para o tribunal de outra localidade na mesma região.

O eixo temporal constitui, portanto, a principal referência estruturante deste capítulo, o que é exacerbado, neste caso, por tratar-se de uma carreira altamente institucionalizada no seio da administração pública. Noutros casos, o percurso laboral é mais incerto e acidentado, com integração em diversas atividades, períodos de desemprego e regressos a funções anteriormente desempenhadas, convergência com atividades familiares e de tempos livres. Todavia, inclusive neste caso se observam transgressões ao princípio cronológico, como é o caso da descrição das mudanças em consequência da introdução dos computadores, narrada logo no início da carreira – para explicitar as práticas laborais antes do processo de informatização – mas que o próprio assume que só ocorreram nos anos 1990. Além disso, se a lógica cronológica orienta a primeira metade deste capítulo, a segunda metade é povoada de reflexões sobre as características, competências e dificuldades do seu trabalho quotidiano nos tribunais, exemplificadas por episódios vividos, dramáticos ou cómicos, mas que não são situados no tempo.

Se a narrativa havia acompanhado o percurso até ao tempo presente, o quarto capítulo, dedicado à “vida pessoal”, introduz um regresso ao passado. Começa por assinalar o dia e local do casamento civil, em 1981, acrescentando o divórcio em 2004, sem dia, nem local. Em seguida, descreve o casamento como um momento de adaptação a

um “novo estilo de vida”, de dificuldades económicas, mas também de perda identitária (p. 44):

“Após o casamento senti algumas mudanças relevantes como algum afastamento no relacionamento com a família e amigos, já que após o casamento fui morar para um local diferente, passei a trabalhar também em diferente local, com novos amigos, novos colegas de trabalho a que tive de me habituar, bem como uma certa perda de individualidade”.

Segue-se a descrição do nascimento da filha em 1982 – “parto natural”, “hospital particular”, “alegria enorme” – e, mais adiante, o nascimento do filho, em 1984 – “parto natural”, “hospital particular”, “já com melhores condições de vida”. Há algumas referências a uma “mobilidade habitacional ascendente” (Nico, 2011), mas difusas. Neste ponto, nota-se alguma ambivalência na descrição da vida familiar, ao assinalar-se a construção de “um projeto de vida baseado no respeito mútuo, na responsabilização individual e na divisão e partilha de tarefas” (p. 45-46), tendo melhorado progressivamente as condições de vida, mas também que surgiram “divergências, por praticar desporto, ir à pesca com amigos e vizinhos, o que a desagradava” (p. 46), conduzindo ao divórcio, ao fim de 24 anos. Segue-se uma reflexão sobre a afirmação dos direitos das mulheres ao longo das últimas décadas e a conciliação entre família e trabalho, provavelmente induzida pelo próprio referencial do programa, mas que conclui com uma nota de ressentimento (p. 47):

“Esta mudança depende também da atitude das mulheres e da sua disponibilidade para deixar partilhar um espaço que em grande parte tem sido do domínio do poder feminino, assim como os homens partilharam com elas o poder do espaço público e político”.

Nas derradeiras páginas deste capítulo, Sérgio descreve o processo, posterior ao divórcio, de compra de casa e os seus diversos equipamentos. Narra ainda algumas experiências de reclamação junto de empresas, práticas de proteção ambiental, usos quotidianos das tecnologias da informação e da comunicação, bem como modos de gestão dos recursos. A micro-economia, a cidadania, o ambiente ou as TIC constituem áreas de demonstração de competências previstas no referencial (DGVP, 2006a), mas que são opcionais e que se poderiam evidenciar em diversos contextos de vida, sendo significativo

que, tal como em muitas outras autobiografias, seja o contexto doméstico (e familiar) aquele em que estas surgem desenvolvidas.

No caso do Sérgio, outros dois aspetos suscitam reflexão. Por um lado, apresenta-se um capítulo que ocupa cerca de um terço da narrativa e que se intitula “vida pessoal”, mas que começa apenas aos 28 anos com o casamento, descrito precisamente como um momento de perda de individualidade e espaço pessoal, prolongando-se após o divórcio com a vida doméstica e, aparentemente, solitária. Por outro lado, a relação com os filhos surge apenas associada ao seu nascimento, enquanto as vivências domésticas surgem apenas associadas à vida após o divórcio. Insinuam-se, assim, experiências (e bloqueios) emocionais que têm um enquadramento na cultura contemporânea e, em particular, nos diferentes papéis – e respetivas competências – que se vão assumindo (ou não) em diferentes momentos da vida (Velho, 1994).

Outro aspeto que importa explorar é a relação entre vida familiar e profissional. Ao contrário de outras autobiografias, nas quais se desempenharam atividades laborais com parentes ou em que, pelo contrário, a vida familiar é apresentada como fator de exclusão de ocupações, neste caso, projeta-se um “quadro” de divisão clara entre experiências em ambos os campos, para o qual terá contribuído a estabilidade dentro de uma carreira profissional, com funções e rotinas bem definidas, tanto do próprio como da esposa (também integrada no sistema judicial).

Ao sobrepor os relatos das trajetórias laboral e familiar, observamos que o destacamento (por opção própria) para um tribunal em Lisboa ocorre no mesmo ano do casamento, enquanto a nomeação para uma comarca na Beira Baixa, mais próxima da sua região de origem, ocorre no ano anterior ao divórcio. O que é notável é que Sérgio não estabelece qualquer relação entre os acontecimentos em ambas as dimensões, preservando no seu discurso as fronteiras entre sistemas e lógicas de ação distintas. A mudança de categoria profissional e a mobilidade para um local de trabalho a cerca de 150 km é explicada da seguinte forma (p. 26):

“em XX.XX.2003 por aviso publicado (edição do Diário da República) fui aprovado na prova de acesso à categoria de secretário de justiça com a classificação de 11,20 valores e graduado em 234º. Lugar de entre 467 candidatos admitidos (*anexo doc. 27*). Em XX.XX.2003 por aviso publicado no (edição do Diário da República) fui nomeado

Secretário de Justiça para o Tribunal Judicial da Comarca de (localidade) (*anexo doc.28*), cuja aceitação ocorreu em XX.XX.2003 (*anexo doc.29*)”.

Já o divórcio, no ano seguinte, merece o seguinte reparo (p. 46):

“Sempre nos apoiámos mutuamente sem nunca perdermos a liberdade individual, expressa muitas vezes em divergências, por praticar desporto, ir à pesca com amigos e vizinhos o que a desagradava. Em 2004 por divergências e desentendimentos ocorridos no seio do casal decidimos por fim a 24 anos de casamento, encontrando-me divorciado desde então até há presente data”.

Este é, aliás, um aspecto que nos permite argumentar que a diferenciação entre dimensões da vida será acentuada, em termos culturais e ideológicos, no contexto de ocupações laborais estáveis, reguladas e institucionalizadas, nomeadamente na administração pública, mas que se apresenta mais problemática em narrativas autobiográficas, por exemplo, de operários, vendedores, camponeses ou mesmo de trabalhadores dos serviços com trajetórias marcadas pela precariedade.

O quinto capítulo intitula-se “vida social”, o que sugere que as outras “vidas” não são entendidas como tal, uma noção mitigada do “social” bastante difundida na nossa sociedade. Trata-se de um capítulo curto e centrado no tema dos hábitos de vida saudáveis (também mencionado como área de competências-chave), que neste caso são abordados através das práticas desportivas e de alimentação. Refira-se, de resto, que o desporto surge como uma dimensão específica das autobiografias de muitos destes trabalhadores, sobretudo do sexo masculino, o que mereceria um olhar mais atento, considerando o enfoque sociológico tradicional nas dimensões do trabalho, da família e da educação. Veja-se a seguinte descrição (p. 71):

“Vou ao Ginásio às Terças-Feiras das 18:00 às 19:00 horas, período durante o qual utilizo quase todos os equipamentos disponíveis. Pratico Futsal às Quartas-Feiras das 18:00 às 19:00 horas, faço natação às Quintas-Feiras das 19:00 às 20:00 horas. Faço pesca desportiva (habitualmente ao Sábado) pelo menos duas vezes por mês nas épocas da Primavera e do Inverno, podendo alargar-se a três ou quatro vezes sobretudo na época do Verão”.

Justifica estas práticas do seguinte modo: “O desporto oferece-nos uma vida saudável, proporciona-nos momentos de calma e tranquilidade, ajuda-nos a aliviar o stress,

a combater o colesterol e a obesidade” (p. 72). Em seguida, narra detalhadamente a sua experiência de aumento de peso na juventude, quando abandonou a prática do futebol federado, assim como o regime de dieta e atividade física que seguiu para recuperar o peso e que, aparentemente, manteve nos últimos 30 anos. Conta também como a experiência de ter sido treinador dos escalões jovens de futebol, durante dois anos (não é claro em que período da vida), foi marcante na formação do seu carácter. Remata com as práticas de sociabilidade (p. 75):

“Participo sempre que posso e tenho disponibilidades de carácter profissional em almoços de convívio, jantares de confraternização, petiscos com amigos, família e vizinhos, eventos, concertos, etc.”

Exceto esta última referência à disponibilidade laboral, é curioso que este capítulo é praticamente “auto-suficiente”, não havendo qualquer relação com a vida profissional ou familiar, apesar de o capítulo anterior mencionar as tensões familiares que tais práticas terão gerado. É também significativo que, exceto o último parágrafo, aquilo que designa como “vida social” acaba por centrar-se numa dimensão mais pessoal da relação do indivíduo com o seu próprio corpo, contexto que Lahire (2002b) já havia identificado enquanto dimensão específica da socialização dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

O sexto capítulo é denominado “os meus tempos livres”, incluindo uma pequena secção sobre a prática da pesca desportiva, nos últimos 18 anos, e uma secção maior sobre as viagens. Esta última começa pela primeira vez que viu o mar, aos 12 anos, passa por um reconhecimento de que, durante muitos anos, se limitava a ir à praia, por dificuldades financeiras e por lhe parecer “um desperdício gastar dinheiro para conhecer outros lugares” (p. 76), até esta prática se ter tornado “um vício”, nos últimos anos (p. 76):

“Já tive oportunidade de viajar e passar férias em vários pontos de Norte a Sul do país, incluindo as ilhas (Madeira e Açores) e pelo estrangeiro, Brasil, Espanha (Tenerife, Palma de Maiorca, Madrid e Barcelona), França (Paris, Bordéus, Lyon e Marselha), Tunísia e República Dominicana”.

Associa estas experiências a uma mudança disposicional, ao longo da vida adulta, nomeadamente ao desenvolvimento de uma sensibilidade à diversidade cultural, de

conhecimentos geográficos, linguísticos e gastronómicos alargados, bem como ao gosto e domínio de tecnologias como a máquina fotográfica e a câmara vídeo. Trata-se de disposições que, aparentemente, são desenvolvidas apenas na dimensão do lazer, não sendo transpostas para os planos laboral e familiar. Conclui com a afirmação de que é também nas férias que se dedica à leitura, referindo *best-sellers* de autores como Dan Brown, José Rodrigues dos Santos ou Miguel Sousa Tavares.

Esta recente valorização do turismo, presente em muitas autobiografias analisadas, associa-se a uma melhoria das condições de existência, a partir dos anos 90, mas também à expansão de uma indústria global que promove a “busca da autenticidade” através de pacotes de viagem e estadia a preços acessíveis (Joaquim, 2015). O que não deixa de ser notável é a distinção entre dois pequenos capítulos, um centrado no desporto e na alimentação, intitulado “a vida social”, outro centrado nas viagens e com uma referência curta à pesca, designado “os meus tempos livres”, ambos separados de um capítulo anterior sobre a vida familiar e doméstica na etapa adulta, denominado “vida pessoal”. Tal como noutras autobiografias, surgem assim modos heterodoxos de desdobramento dos percursos de vida que, frequentemente, não coincidem com as próprias categorias (infância, juventude, idade adulta, velhice; ou família, educação, trabalho, lazer, política) que a sociologia tem utilizado para cartografar a vida social, mas que sugerem quadros clivados de socialização e que variam entre indivíduos.

Finalmente, o documento fecha com o “projeto futuro”. Este capítulo é comum em muitas destas autobiografias e, até certo ponto, foi induzido pelo programa de reconhecimento de competências, com o intuito de que a auto-análise retrospectiva sustentasse movimentos individuais de valorização e/ou reinserção social. Neste caso, Sérgio apresenta o seu projeto de mobilidade social, através da realização dos exames para prosseguimento de estudos superiores, na área do direito, de forma a capitalizar a sua longa experiência neste campo e, por seu lado, obter habilitações para “trabalhar como jurista ou exercer advocacia” (p. 82). Esclarece que, embora prefira a Universidade de Coimbra, planeia concorrer à Universidade de Lisboa e explica a decisão da seguinte forma: “julgo ser o local com melhores acessibilidades” (p. 82). Porém, Sérgio vive e trabalha numa pequena cidade da Beira Baixa, objetivamente mais próxima de Coimbra do que a Lisboa. Por seu lado, a possibilidade de estudar na cidade onde viveu e onde, aparentemente, continuam a residir a ex-esposa e os filhos, não merece comentário. Tal constatação pode

refletir a orientação cultural moderna para uma separação entre vidas pública e privada (Arfuch, 2010), devendo a segunda ser resguardada no espaço público, mas pode ser uma marca mais profunda da referida pluralidade do ator (Lahire, 2002a) e de como as vivências e preferências produzidas em certos contextos de vida tendem a ser omitidas, suspensas ou mesmo recalcadas, quando o indivíduo se encontra noutros contextos.

Notas conclusivas

As autobiografias realizadas no âmbito de um programa de reconhecimento de competências apontam para a existência de uma tensão entre um princípio narrativo integrado e cronológico, por um lado, e uma diferenciação das experiências e trajetórias, em diferentes domínios da vida, dos quais se destacam a vida profissional e a vida familiar, sendo que outras dimensões, como é o caso da cidadania, o lazer ou a relação com o corpo emergem ainda em várias narrativas, sobretudo escritas no masculino, com importâncias variáveis. Esta tendência sugere, então, uma relativa autonomia das experiências, lógicas e papéis assumidos em cada uma destas dimensões, sobretudo na idade adulta, ainda que a interseção entre as vivências nos diversos domínios seja recorrente nas autobiografias. Além disso, muitas das narrativas diferenciam claramente as vivências infantis das vivências adultas, assim como as disposições, valores e papéis associados a cada uma delas. Emerge, portanto, uma consciência autobiográfica que oscila entre a unidade e a pluralidade da vida.

De referir que esta relativa pluralidade da vida tem causas e consequências sociais profundas. Constitui, em simultâneo, uma libertação e uma fragilidade, fonte de realizações e ansiedades. Por um lado, atenua o determinismo familiar e de classe, democratizando as escolhas individuais: a busca de um emprego segundo a vocação, o casamento por amor, os passatempos como “escape” de vidas profissionais e familiares duras, a participação cívica como movimento de transformação social... Por outro lado, este desdobramento implica que os indivíduos, caracterizados por recursos muito assimétricos, se afirmem, em paralelo (e frequentemente *por si próprios*), em cada dimensão e conciliem, a cada momento, as disposições e exigências de cada uma delas. Esta questão parece particularmente sensível na classe trabalhadora, por suscitar um

conjunto de expectativas de democratização nem sempre cumpridas, o enfraquecimento de solidariedades de classe e a desresponsabilização das entidades patronais pelas dimensões familiares, cívicas e culturais da vida, num quadro de condições laborais e existenciais que permanece muito precário e desigual.

Esta pesquisa não deixa de se revestir de um carácter exploratório que importa aprofundar. A dualidade entre os registos da infância, por um lado, e vida adulta, por outro, abre portas a um aprofundamento da investigação sobre socialização primária e secundária, em diálogo com os estudos da psicologia e das neurociências. A comparação com as narrativas autobiográficas produzidas noutras épocas históricas, classes sociais e quadros culturais constitui outro filão que se afigura fértil. A transição para a velhice seria também importante de ser examinada. A combinação da análise de autobiografias com protocolos de interpelação dos indivíduos e objetivação dos seus percursos de vida, desenvolvidos no âmbito da perspectiva do curso de vida, poderá igualmente produzir importantes revelações.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, Pedro (2011), “Para uma teoria da socialização”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21, pp. 121-139.
- (2013), *A Escola da Vida: Socialização e Biografia(s) da Classe Trabalhadora*, Lisboa, Mundos Sociais.
- ARCHER, Margaret S. (2007), *Making our way through the world: Human reflexivity and social mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ARFUCH, Leonor (2010), *El Espacio Biográfico: Dilemas de la Subjetividad Contemporánea*, Buenos Aires, FCEA.
- BAERT, Patrick; SILVA, Filipe Carreira da (2014), *Teoria Social Contemporânea*, Lisboa, Mundos Sociais.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2003), *La Individualización: El Individualismo Institucionalizado y sus Consecuencias Sociales y Políticas*, Barcelona, Paidós.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1998 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.
- DGVP, Direção-Geral de Vocação Profissional (2006a), *Referencial de Competências-Chave para o Reconhecimento, Validação e Certificação - Nível Secundário*, Lisboa, Ministério da Educação.

- ABRANTES, Pedro (2016), “Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 111 - 132
- (2006b), *Guia de Operacionalização do Referencial de Competências-Chave para o Reconhecimento, Validação e Certificação - Nível Secundário*, Lisboa, Ministério da Educação.
- DAHRENDORF, Ralf (2012), *Homo Sociologicus*, Lisboa, Quetzal.
- DUBAR, Claude (2005), *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, São Paulo, Martins Fontes.
- EAGLEMAN, David (2012), *Incógnito: As Vidas Secretas do Cérebro*, Lisboa, Presença.
- ELDER, Glen H.; JOHNSON, Monica; CROSNOE, Robert (2002), “The emergence and Development of Life Course Theory”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, Nova Iorque, Kluwer Academic.
- LAHIRE, Bernard (2002a), *Homem Plural: Os Determinantes da Ação*, Petrópolis, Vozes.
- (2002b), *Portraits Sociologiques: Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- HOERNING, Erika; ALHEIT, Peter (1995), “Biographical socialization”, in *Current Sociology*, 43 (2), pp. 101-114.
- JOAQUIM, Graça (2015), *Viajantes, Viagens e Turismo: Narrativas e Autenticidades*, Lisboa, Mundos Sociais.
- KUPFERBERG, Feiwei (1998), “Transformation as biographical experience: personal destinies of East Berlin graduates before and after unification”, in *Acta Sociologica*, 41 (2-3), pp. 243-267.
- MAURITTI, Rosário; NUNES, Nuno (2013), “Processos de recomposição social: continuidades e mudanças”, in Renato Miguel do Carmo (Ed.), *Portugal, uma Sociedade de Classes*, Lisboa, Edições 70, pp. 29-48.
- NICO, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada: Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Sociais, Reflexividade Escolar*, Porto, Afrontamento.
- TORRES, Anália (2009), “Women, gender, and work: The Portuguese case in the context of the European Union”, in *International Journal of Sociology*, 38 (4), pp. 36-56.
- VELHO, Gilberto (1994), *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ABRANTES, Pedro (2016), “Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 111 - 132

Pedro Abrantes. Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Universidade Aberta. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa-Portugal). Endereço de correspondência: DCSG, Universidade Aberta, Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, nº 141-147, 1269-001 Lisboa, Portugal. *E-mail:* Pedro.abrantes@uab.pt

Artigo recebido em 25 de março de 2016. Aceite para publicação em 16 agosto de 2016

Redes pessoais em Portugal numa perspectiva do percurso de vida

Rita Gouveia

Swiss National Centre of Competence in Research “Overcoming Vulnerability: Life Course Perspectives”
Université de Genève

Resumo

Neste artigo investigamos a pluralização das redes pessoais em Portugal numa perspectiva do percurso de vida. Tendo por base uma amostra representativa de indivíduos de três coortes de nascimento, pretende-se mapear a diversidade de configurações das redes baseando-nos nos tipos de laço incluídos. Através de uma análise de *clusters* identificámos sete tipos de configurações, as quais estão associadas a perfis sociais distintos, revelando o papel determinante da coorte de nascimento, mas também de fatores estruturais e familiares.

Palavras-chave: redes pessoais; pluralização; percurso de vida

Personal networks through a life course perspective

Abstract

The aim of this paper is to investigate the pluralization of personal networks in Portugal through a life-course perspective. Grounded on a representative sample of individuals born in three cohorts, we aim to map the diversity of configurations of personal networks based on the types of ties included. Through a *cluster* analysis, we identified seven types of configurations, which are associated with distinct social profiles. Thus, revealing the crucial role of birth-cohort, but also the importance of structural and family factors.

Keywords: personal networks; pluralization; life course.

GOUVEIA, Rita (2006), “Redes pessoais em Portugal numa perspectiva do percurso de vida”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 133 - 151

Les réseaux personnels au Portugal dans une perspective du parcours de vie

Résumé

Dans cet article, nous enquêtons sur la pluralisation des réseaux personnels au Portugal dans la perspective du parcours de vie. À partir d'un échantillon représentatif d'individus de trois cohortes de naissance, nous souhaitons cartographier la diversité de configurations des réseaux en nous fondant sur les types de liens inclus. Grâce à une analyse des clusters, nous avons identifié sept types de configurations qui sont associées à différents profils sociaux, révélant le rôle déterminant de la cohorte de naissance, mais également des facteurs structurels et familiaux.

Mots-clés: réseaux personnels ; pluralisation ; parcours de vie

Redes personales en Portugal desde la perspectiva del transcurso de la vida

Resumen

En este artículo investigamos la pluralización de las redes personales en Portugal desde la perspectiva del transcurso de la vida. Basándonos en una muestra representativa de individuos de tres cohortes de nacimiento, pretendemos identificar la diversidad de la configuración de las redes basándonos en los tipos de lazos incluidos. A través de un análisis de clústeres, identificamos siete tipos de configuraciones, las cuales están asociadas a perfiles sociales diferentes, revelando el papel determinante de la cohorte de nacimiento, así como el papel de los factores estructurales y familiares.

Palabras clave: redes individuales, pluralización, curso de vida

1. Introdução

As diferentes formas através das quais os indivíduos se relacionam e constroem as suas redes pessoais ao longo da vida têm vindo a assumir-se como um tópico central nos debates sociológicos acerca da mudança social na vida familiar e íntima (Gouveia, 2014; Smart, 2007). A emergência de arranjos familiares alternativos, bem como a complexificação dos percursos de vida, têm contribuído para a pluralização dos tipos de redes pessoais nas quais os indivíduos estão inseridos na sua vida quotidiana (Widmer, 2010). Por pluralização entenda-se a multiplicidade de formas ou estados sincrónicos numa dada população ou indivíduo

(Brückner e Mayer, 2004). Este conceito tem vindo a ser amplamente utilizado para enquadrar as transformações nas trajetórias de vida no que toca à complexificação de transições, sequências e calendários (Nico, 2011; Ramos, 2015), e a diversificação de estruturas familiares para lá dos limites do agregado doméstico (Bonvalet e Lelièvre, 2013; Widmer, 2010). Neste artigo referimo-nos a pluralização das redes pessoais enquanto diversidade de configurações que as primeiras podem assumir pela combinação de diferentes tipos de laço. As transformações na vida familiar têm vindo a desafiar a forma como olhamos para as estruturas familiares, uma vez que as fronteiras são cada vez mais fluídas e permeáveis à integração de diferentes tipos de laço (Pahl e Spencer, 2004; Wall e Gouveia, 2014). As teorias da individualização (Beck-Gernsheim, 1998, Beck e Beck-Gernsheim, 2001; Giddens, 1992) têm-se destacado como o enquadramento teórico privilegiado para analisar estas mudanças, colocando a tónica na agência e na liberdade de escolha nas relações pessoais (Allan, 2001). Por outro lado, a narrativa sobre a crise da família, assente na ideia que as relações pessoais são cada vez mais frágeis e descomprometidas, tem também recebido considerável atenção no seio da sociologia da família (Smart e Neale, 1999). Adotando uma perspectiva crítica relativamente às teorias da individualização, uma linha de investigação mais compreensiva na sociologia da família tem vindo a salientar a continuidade da importância da família e das solidariedades a ela associadas, apesar das diferentes texturas, significados e práticas que o conceito integra (Attias-Donfut, Lapierre e Segalen, 2002; Finch, 2007; Morgan, 2011; Smart e Shipman, 2004). Mais ainda, os autores argumentam que apesar de uma maior *flexibilidade relacional* (Allan, 2008), as escolhas relacionais continuam a ser informadas pelos contextos sociais onde elas ocorrem (Gouveia e Widmer, 2014), sendo que as condições biográficas, estruturais e culturais devem ser integradas nos modelos analíticos. Uma das perspectivas que se tem destacado dentro desta linha de pesquisa mais interpretativa é a abordagem configuracional (Kellerhals e Widmer, 2005; Widmer, 2010). Face às transformações na vida familiar e íntima nas sociedades contemporâneas, estes autores têm vindo a salientar a necessidade de deslocar o objeto de estudo da família enquanto o *setting* privilegiado da vida pessoal dos indivíduos, com limites previamente definidos e circunscritos ao agregado doméstico, em direção a um objecto mais alargado: as redes pessoais. Mais, estes autores têm vindo a mostrar empiricamente que a vida pessoal e familiar dos indivíduos não

cabe em modelos analíticos sedimentados na família nuclear parsoniana (Parsons e Bales, 1956), com papéis de género predefinidos e afinidades vinculadas apenas a princípios de co-residência, consanguinidade e aliança. Recorrendo à definição de configuração (Elias, 2010), esta abordagem concebe as redes de relações pessoais e familiares como uma *estrutura de pessoas mutuamente interdependentes*, as quais cumprem funções de suporte, intimidade e identidade (Widmer, 2010). A mobilização deste enquadramento analítico requer a adoção de três princípios fundamentais. Uma primeira premissa prende-se com a rejeição de critérios apriorísticos para definir as redes pessoais e familiares, permitindo ao sujeito a atribuição subjetiva de afinidade. Uma segunda premissa sustenta que o estudo das díadas familiares, tais como as relações entre cônjuges ou entre pais e filhos, deve ter em conta a *eutourage* de relações nas quais estão inseridas. E, por último, a necessidade de integração das dimensões de *tempo* e *espaço*, de modo a apreender as dinâmicas das redes pessoais ao longo do tempo individual e do tempo histórico. Por conseguinte, composição das redes está intimamente ligada à fase do ciclo de vida em que os indivíduos se encontram e às transições e acontecimentos críticos que estes experienciam ao longo da vida. Para além destes ajustamentos biográficos, as redes são também fortemente moldadas pelo contexto estrutural, geracional e cultural do indivíduo (Gouveia, 2014). O tempo representa, portanto, uma coordenada determinante se queremos entender a pluralização das redes pessoais (Bidart e Lavenu, 2005). Tendo em conta que as redes resultam simultaneamente do exercício da agência “contextual” (Smart e Shipman, 2004) ou “delimitada” (Evans, 2002) e dos contextos sociais nos quais os indivíduos se movem ao longo do tempo biográfico, social e histórico, a abordagem configuracional beneficia da articulação com a perspetiva do percurso de vida (Elder, 1994; Elder, Johnson, e Crosnoe, 2003).

Por conseguinte, o objetivo central deste artigo é investigar a pluralização das redes pessoais no contexto do percurso de vida, comparando as redes de indivíduos nascidos em três coortes etárias. Este objetivo principal desdobra-se em dois objetivos específicos. Primeiro, pretende-se mapear a diversidade de configurações que as redes pessoais podem apresentar. Se, por um lado, os processos de pluralização apontam para uma maior complexidade das relações próximas e dos mecanismos de proximidade relacional, para além da consanguinidade, da aliança e da co-residência; por outro, dada a primazia da família nuclear

ancorada na conjugalidade e na parentalidade na sociedade portuguesa (Aboim, 2006; Cunha, 2007; Portugal, 2014), interessa-nos averiguar os limites dessa pluralização. Segundo, procura-se explorar de que modo as redes pessoais são moldadas pelo percurso de vida, considerando o impacto de fatores geracionais e etários, estruturais e familiares na diversidade das configurações encontradas.

2. Métodos

Os dados utilizados neste artigo provém de um inquérito nacional desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *Trajelórias familiares e redes sociais: o percurso de vida numa perspectiva inter-geracional* (TFRS), coordenado por Karin Wall no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O inquérito foi aplicado entre 2009 e 2010 a uma amostra representativa (N=1500) de portugueses residentes em Portugal continental e pertencentes a três coortes de nascimento: 1935-1940, 1950-1955 e 1970-1975. O inquérito por questionário foi administrado através do método P.A.P.I. e estava organizado em cinco blocos de perguntas que incidiam sobre: trajetórias de vida; investimento, satisfação e *stress* associados a diversas esferas da vida; redes pessoais; atitudes face à família; e caracterização sociodemográfica. Este artigo foca-se sobretudo nas redes pessoais, as quais foram mapeadas através de uma técnica ego-centrada e utilizando um gerador de nomes (Degenne e Forsé, 1994; Scott, 2000). Isto significa que a rede foi reconstituída segundo a perspectiva do entrevistado (ego), ao qual foi pedido que elencasse os elementos da rede (alters) através de uma pergunta (gerador de nomes). O gerador de nomes utilizado neste questionário foi o seguinte: “*Quais foram as pessoas importantes na sua vida ao longo do último ano, mesmo que não se dê bem com elas?*”. Este gerador de nomes foi adaptado do Family Network Method, um método desenvolvido pela equipa de sociólogos da família suíços liderada por Kellerhals e Widmer no estudo das redes familiares (Kellerhals e Widmer, 2005; Widmer, 2010). De forma a permitir a inclusão de outros laços significativos que não se restringissem apenas aos familiares e, por conseguinte, privilegiando a atribuição de proximidade relacional a critérios individuais e subjectivos de afinidade, substituímos o termo “familiar importante” por “pessoa importante”. Os inquiridos tinham a possibilidade de mencionar um número máximo de 19 alters sobre os

quais incidiram as questões seguintes. Um primeiro bloco de questões correspondia à caracterização sociodemográfica dos alters. Um segundo grupo de questões incidia no mapeamento da rede de relações (de contacto, apoio emocional e conflito) entre ego e cada um dos alters, mas também entre os alters. Finalmente, um último bloco de questões focava-se nas trocas diádicas de apoio financeiro, material e de serviços. De forma a mapear as principais configurações das redes pessoais, neste artigo focamo-nos apenas na composição das redes em termos do tipo de laço entre ego e cada um dos alters. Para identificar o tipo de laço entre ego e cada um dos alters, os entrevistados dispunham de uma lista de 40 categorias que incluía diversos tipos de laço de parentesco e de não-parentesco. Após a inspeção da distribuição dos laços na amostra e de forma a evitar percentagens residuais, as categorias foram reagrupadas em 14 categorias (o procedimento utilizado será descrito em detalhe no ponto 4.2.)

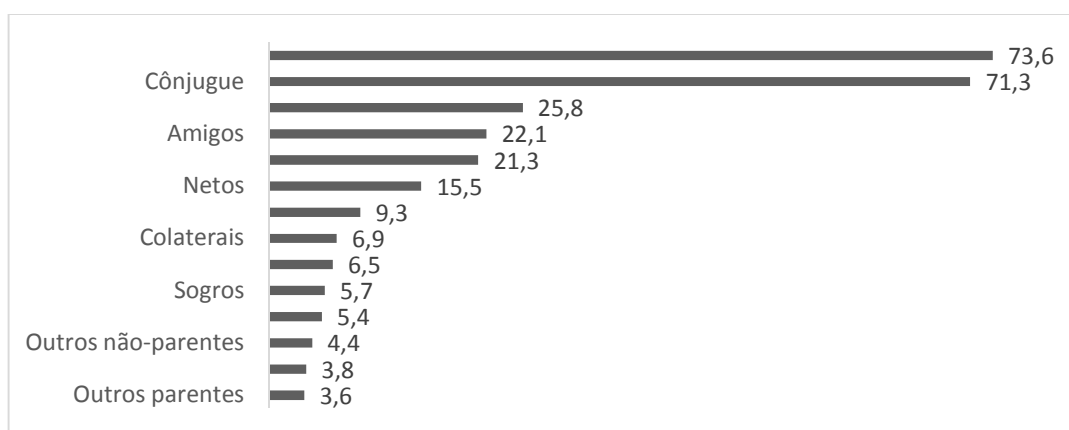
3. Resultados

3.1. Tipos de laço: quem faz parte da rede?

Antes de passarmos à análise da composição das redes pessoais, importa saber que dos 1500 inquiridos, 13 apresentaram redes vazias, ou seja, não mencionaram qualquer pessoa que considerassem como “importante”. Dado o seu valor residual, estes inquiridos foram excluídos do estudo. Desta forma, analisaremos as redes de 1487 inquiridos. Se olharmos para o tamanho da rede, verificamos que elas apresentam uma dimensão média de 4,34 e um desvio-padrão de 2,60. Este valor de dispersão indica-nos que as redes apresentam alguma variação na sua dimensão, podendo assumir configurações pequenas ou mais alargadas. Se distinguirmos o tipo de rede de acordo com a integração de parentes e não-parentes, verificamos que 68,5% (1019) dos inquiridos têm redes constituídas exclusivamente por laços de parentesco, enquanto 31,5% (468) dos inquiridos incluem, pelo menos, uma pessoa com a qual não têm qualquer laço de parentesco. Encontrámos, inclusivamente, 48 inquiridos que restringem as suas redes pessoais a laços de não parentesco, correspondendo a 3,2% da amostra. De forma a obter uma análise mais pormenorizada do tipo de laço mais

representados, calculámos a percentagem de inquiridos que mencionaram pelo menos 1 alter dentro de cada uma das seguintes categorias (figura 1).

Figura 1
Percentagem de inquiridos que mencionaram cada um dos tipos de laço



Fonte: TFRS (2010); análises próprias

No topo da figura 1 encontramos os laços mais frequentes correspondentes aos elementos da família de procriação, com a categoria ‘filhos’ mencionada por 73,6% dos entrevistados, seguida da categoria ‘cônjuge’ com 71,3%. Com uma representatividade mais baixa, mas também com alguma expressão, encontramos os elementos da família de origem ou de orientação: as categorias ‘pais’ e ‘irmãos’ foram mencionadas por 25,8% e 21,3% da amostra, respetivamente. Com uma percentagem equivalente à categoria ‘irmãos’, encontramos a categoria ‘amigos’ com 22,1%. Esta é a categoria de não-parentes mais representada nas redes pessoais. A categoria ‘netos’ foi mencionada por 15,5% dos entrevistados, seguido das categorias ‘noras e genros’ (9,3%), ‘colaterais’ (6,9%) (tios, primos e sobrinhos) e ‘cunhados’ (6,5%). Com valores mais residuais encontramos outras categorias de não-parentes, tais como ‘vizinhos’, ‘colegas de trabalho’ ou ‘outros’. Esta primeira análise de carácter mais descritivo revela-nos uma maior representatividade do parentesco, sobretudo dos elementos da família nuclear de procriação, mas também da família de origem. No entanto, outros laços de parentesco mais indireto estão também presentes, se bem que com uma expressividade mais residual. Os laços de amizade destacam-se como o grupo de não-

parentes mais saliente nas redes pessoais. Esta análise dá-nos um primeiro retrato dos laços mais proeminentes nas redes pessoais dos inquiridos, mas não nos informa em relação à combinação de diferentes tipos de laço. Para esse efeito, na próxima secção procedemos a uma análise tipológica, ou se preferirmos, a uma análise configuracional das redes pessoais.

3.2. Abordagem configuracional para uma tipologia das redes pessoais

Baseando-nos na metodologia utilizada por Widmer (2006) nos seus estudos empíricos sobre as configurações familiares, procedemos a uma análise que engloba três etapas. Numa primeira fase, analisámos a distribuição das variáveis correspondentes às diferentes categorias de laço, de forma a identificar os tipos de laço mais frequentes. Após esta inspeção, retivemos as categorias mencionadas por um mínimo de 3% dos inquiridos. As categorias mencionadas por uma percentagem de inquiridos menor que 3% foram agregadas em três categorias de significado: ‘outros não-parentes’ (conhecidos, ex-cônjuge, empregada doméstica, etc.), ‘outros parentes’ (avós, elementos da família recomposta, padrinhos/madrinhas) e ‘colegas de trabalho’ (colegas e patrão).

Numa segunda etapa, procedemos a uma análise fatorial com recurso ao método de extração de componentes principais e optando pela rotação VariMax. Este procedimento visa testar a adequabilidade das agregações previamente realizadas e a necessidade de agregação de outras categorias (por exemplo, filho e filha foram agregados na categoria ‘filhos’, uma vez que formavam um só componente). Após este procedimento ficámos com 14 categorias de laço: ‘filhos’, ‘cônjuge’, ‘pais’, ‘amigos’, ‘irmãos’, ‘netos’, ‘noras e genros’, ‘cunhados’, ‘vizinhos’, ‘sogros’, ‘outros não-parentes’, ‘outros-parentes’, ‘colaterais’ e ‘colegas de trabalho’.

Numa última etapa, introduzimos 14 variáveis correspondentes ao número de alters mencionados em cada uma das 14 categorias de laço numa Análise de *Clusters* Hierárquica, com recurso à medida de distâncias euclidianas e ao algoritmo de Ward. Após a análise das soluções de 2 a 10 *clusters*, seleccionámos a solução de sete *clusters* como aquela que garantia simultaneamente uma melhor interpretabilidade teórica e uma maior robustez estatística

(Everett, 1993). De modo a caracterizar as configurações, apresentamos o número médio de alters mencionados dentro de cada categoria de laço em cada *cluster* (tabela 1).

O *cluster* modal, que representa 39,9% da amostra, é composto por inquiridos que mencionaram o cônjuge, os pais e os sogros. O laço conjugal é determinante nesta configuração. Contudo, esta não se restringe ao casal, mas estende-se aos pais de ambos os cônjuges. Esta configuração em redor do casal, mas alargada aos ascendentes de ambos os lados, levou-nos a designá-la de “*conjugal-extensa*”. O segundo *cluster* (27,4%) representa os inquiridos que restringiram as suas redes aos elementos da família nuclear de procriação, ou seja, com um especial enfoque nos filhos (M=2,16) e no cônjuge (M=0,71). Na verdade, este *cluster* apresenta duas versões: uma configuração monoparental em que os inquiridos apenas citaram os filhos e outra em que os inquiridos citaram os filhos e o cônjuge. Este confinamento das relações próximas aos limites da família nuclear levou-nos a intitular esta configuração de “*nuclear-fechada*”. Pelo contrário, o terceiro *cluster* reúne os indivíduos que citaram quer parentes, quer não-parentes (9,1%). Estes inquiridos mencionaram os pais (M=0,65), mas também os amigos (M=1,90) e ‘outros não-parentes’ (M=0,07). Este destaque dos amigos como elemento central desta configuração, a par da saliência dos pais - o que introduz uma certa verticalidade genealógica no sentido ascendente -, conduziu-nos a designar esta configuração como “*amizade e ascendentes*”. Com uma percentagem equivalente (8,9%), encontramos o quarto *cluster* composto por inquiridos que citaram sobretudo os irmãos, os cunhados, os sobrinhos e os tios como pessoas próximas. No entanto, os elementos da família de procriação (filhos e cônjuge) estão também presentes nesta configuração. O foco nos irmãos e nos elementos que advém do laço fraternal, levou-nos a designar esta configuração de “*orientada para fratria*”.

Tabela 1
Distribuição do número médio de alters mencionados em cada uma das categorias de laço por cluster

	<i>Conjugal extensa</i>	<i>Nuclear fechada</i>	<i>Amizade e ascendentes</i>	<i>Orientada para fratria</i>	<i>Feijoeiro descendente</i>	<i>Nuclear aberta</i>	<i>Orientada para filhos adultos</i>	Total
Percentagem (%)	39.9	27.4	9.1	8.9	5.8	5.2	3.7	100
Frequência (n)	(594)	(408)	(135)	(132)	(86)	(77)	(55)	(1487)
Filhos	0.71	2.16	0.19	1.30	2.48	2.40	5.49	1.48
Cônjuge	0.80	0.71	0.48	0.76	0.74	0.90	0.71	0.71
Pais	0.52	0.17	0.65	0.67	0.08	0.44	0.05	0.40
Amigos	0.11	0.04	1.90	0.30	0.20	2.88	0.00	0.42
Irmãos	0.21	0.07	0.32	2.12	0.20	0.14	0.05	0.34
Netos	0.20	0.07	0.01	0.12	3.40	0.14	0.35	0.33
Noras/Genros	0.08	0.13	0.01	0.02	0.70	0.31	0.09	0.13
Colaterais	0.06	0.05	0.10	0.66	0.02	0.03	0.07	0.11
Cunhados	0.08	0.08	0.06	0.17	0.06	0.01	0.04	0.08
Sogros	0.16	0.02	0.03	0.08	0.00	0.08	0.02	0.08
Vizinhos	0.11	0.06	0.01	0.05	0.05	0.05	0.05	0.07
Outros não-parentes	0.07	0.01	0.07	0.09	0.07	0.01	0.05	0.05
Colegas de trabalho	0.09	0.00	0.06	0.11	0.08	0.03	0.00	0.06
Outros parentes	0.07	0.01	0.08	0.05	0.05	0.01	0.00	0.05

Fonte: TFRS (2010); análises próprias

O *cluster* seguinte, que agrupa 5,8% dos inquiridos, apresenta uma organização genealógica vertical. Os inquiridos pertencentes a este *cluster* mencionaram elementos pertencentes a três gerações: o cônjuge, os filhos, a noras e os genros, e finalmente, os netos. Este arranjo multigeracional aproxima-se do que Bengston, Biblarz e Roberts (2001) apelidaram de família feijoeiro (*beanpole*) para designar as estruturas familiares constituídas por várias gerações, mas como poucos elementos por geração. Esta configuração segue uma orientação vertical descendente, uma vez que ego e o cônjuge ocupam a posição de avós, seguidos dos filhos e dos netos. Neste sentido, designámos esta configuração como “*feijoeiro-descendente*”. Representando 5,2% da amostra, encontramos um grupo de inquiridos que citaram os elementos da família de procriação (filhos e cônjuge), mas que ao contrário dos que pertencem à configuração “*nuclear-fechada*”, integraram igualmente os amigos (M=2,88). É também neste grupo de inquiridos que a presença do cônjuge é mais forte (M=0,90). Portanto,

a permeabilidade deste tipo de rede aos amigos, apesar da estrutura central ser composta pelos filhos e cônjuge, levou-nos a classificar esta configuração como “*nuclear-aberta*”. Finalmente, o *cluster* com uma menor representatividade (3,7%) distingue-se dos outros *clusters* pelo número elevado de filhos citados ($M=5,49$), na presença ou ausência do cônjuge. Uma análise mais pormenorizada das características dos alters mostra que se tratam de filhos adultos. Neste sentido, dado o enfoque no número elevado de filhos adultos, designámos esta configuração como “*orientada para filhos adultos*”.

Em suma, estes resultados apontam para uma diversidade de configurações que as redes pessoais podem assumir. Tal como mencionado na introdução, as redes não se desenvolvem num vácuo social, mas são construídas no contexto do percurso de vida dos indivíduos, pelo que a variedade do tipo de rede está intimamente ligada a fatores multidimensionais. Neste sentido, na próxima secção procuramos identificar os perfis sociais associados a cada um dos tipos de rede, considerando primeiramente a coorte de nascimento, mas considerando também fatores estruturais e familiares.

3.3. Perfis sociais

A primeira variável essencial para compreender a diversidade de configurações é a coorte de nascimento. Os indivíduos nascidos nas três coortes foram socializados em contextos sociais e históricos totalmente distintos, mas sobretudo representam fases do ciclo de vida caracterizadas por transições específicas que condicionam fortemente a composição das redes pessoais. Acresce o facto de os seus reservatórios demográficos, ou seja, a *pool* de familiares disponíveis para incluir nas redes ser substancialmente diferente. A tabela 2 mostra-nos a distribuição das configurações pelas coortes de nascimento.

Na coorte mais velha, verificamos que há uma maior representatividade das configurações “*nuclear-fechada*”, “*feijoeiro-descendente*” e “*orientada para filhos adultos*”. Já na coorte do meio, verificamos que a configuração “*nuclear-aberta*” está sobrerrepresentada, mas também constatamos uma forte presença das configurações “*nuclear-fechada*” e “*feijoeiro-descendente*”. Por fim, na coorte mais jovem, verificamos uma forte representação da configuração “*conjugal extensa*”, mas também das configurações “*orientada para fratria*” e “*amizade e ascendentes*”. Esta distribuição diferencial das configurações é significativa

revelando-nos que há uma forte interdependência entre o tipo de rede e as coortes de nascimento ($\chi^2=275.46$, $p<.000$).

Tabela 2
Distribuição das configurações por coortes de nascimento: percentagens em coluna e residuais estandardizados

	1935-1940	1950-1955	1970-1975	Total
Conjugal extensa	32.4 (-2.5)	32.4 (-2.7)	53.4 (4.9)	39.9
Nuclear fechada	32.6 (2.1)	36.5 (3.9)	14.6 (-5.7)	27.4
Amizade e ascendentes	5.3 (-2.7)	6.4 (-2.0)	14.7 (4.3)	9.1
Orientada para fratria	4.3 (-3.2)	7.6 (-1.0)	13.8 (3.8)	8.9
Feijoeiro descendente	11.2 (4.7)	7.0 (1.2)	0.2 (-5.4)	5.8
Nuclear-aberta	4.3 (-0.8)	7.8 (2.6)	3.4 (-1.9)	5.2
Orientado para filhos adultos	9.8 (6.7)	2.3 (-1.6)	0.0 (-4.5)	3.7
Total	100	100	100	100

Fonte: TFRS (2010); análises próprias

A tabela 3 indica-nos a relação entre as variáveis estruturais e familiares e o tipo de configuração. Um primeiro resultado relevante prende-se com o facto de todas as variáveis consideradas, com a exceção da variável sexo, estarem associadas significativamente com as configurações das redes. Se olharmos para a classe social, destaca-se a sobrerrepresentação de configurações que integram amigos e outros não parentes nas categorias socioprofissionais mais qualificadas. Por exemplo, a configuração “amizade e ascendentes” está sobrerrepresentada no grupo dos profissionais e técnicos enquanto a configuração “nuclear-aberta” está fortemente representada no grupo dos empresários e dirigentes. Se olharmos para o estatuto parental, verificamos que entre as pessoas que não têm filhos há uma maior incidência das configurações “conjugal-extensa” e “amizade e ascendentes”. Já os inquiridos com filhos estão mais associados a configurações do tipo “nuclear aberta” e “nuclear fechada”, mas também “feijoeiro descendente” e “orientada para filhos adultos”. A variável tipo de conjugalidade cruza dois tipos de informação: a experiência de estar a viver em conjugalidade no momento atual e o estado civil.

Tabela 3
Distribuição das configurações por variáveis estruturais e familiares: percentagens em linha e residuais estandardizados

	<i>Conjuga lenta</i>	<i>Nuclear fechada</i>	<i>Amizade e ascende ntes</i>	<i>Orienta da para fratria</i>	<i>Feijeur o descend ente</i>	<i>Nuclear aberta</i>	<i>Orienta da para filhos adultos</i>	χ^2
Feminino	37.4 (-1.2)	29.6 (1.2)	8.6 (-0.4)	9.9 (1.0)	6.2 (0.5)	4.9 (-0.3)	3.4 (-0.5)	12.04 n.s.
Masculino	43.8 (1.5)	24.2 (-1.5)	9.7 (0.5)	7.4 (-1.2)	5.2 (-0.6)	5.5 (0.4)	4.2 (0.6)	
Assalariados agrícolas e operários industriais	39.8 (0.0)	29.0 (0.7)	7.1 (-1.4)	9.7 (0.6)	6.2 (0.4)	3.2 (-1.9)	4.9 (1.4)	83.92***
Trabalhadores independentes	29.4 (-2.4)	34.3 (1.9)	5.4 (-1.8)	5.9 (-1.4)	10.3 (2.7)	6.9 (1.0)	7.8 (3.0)	
Empresários e dirigentes	33.1 (-1.2)	26.3 (-0.2)	16.9 (2.8)	8.5 (-2.1)	4.2 (-0.7)	7.6 (1.1)	3.4 (-0.2)	
Empregados executantes	45.3 (1.9)	26.8 (-0.2)	7.9 (-0.9)	8.1 (-0.6)	4.6 (-1.1)	5.4 (0.2)	1.9 (-2.1)	
Profissionais e técnicos	41.7 (0.4)	18.9 (-2.3)	15.5 (3.1)	12.1 (1.6)	3.9 (-1.1)	6.3 (0.7)	1.5 (-1.7)	
Com filhos	37.1 (-1.6)	31.8 (3.0)	5.9 (-3.8)	8.4 (-0.6)	6.6 (1.2)	5.9 (1.1)	4.3 (1.1)	212.15***
Sem filhos	57.1 (3.9)	0.9 (-7.4)	28.3 (9.3)	11.8 (1.4)	0.9 (-2.9)	0.9 (-2.7)	0.0 (-2.8)	
Vive em conjugalidade – casada ou em união de facto	44.5 (2.4)	24.6 (-1.8)	5.8 (-3.5)	9.0 (0.1)	6.3 (0.7)	6.1 (1.4)	3.7 (0.0)	278.05***
Não vive em conjugalidade - viúva	18.4 (-4.5)	55.7 (7.1)	4.6 (-2.0)	2.9 (-2.7)	8.0 (1.2)	2.9 (-1.3)	7.5 (2.6)	
Não vive em conjugalidade – solteira	44.1 (0.8)	6.2 (-4.9)	31.7 (9.1)	16.6 (3.1)	0.0 (-2.9)	1.4 (-2.0)	0.0 (-2.3)	
Não vive em conjugalidade – divorciada/casada	20.2 (-2.9)	41.6 (2.5)	20.2 (3.5)	6.7 (-0.7)	4.5 (-0.5)	4.5 (-0.3)	2.2 (-0.7)	
Sozinho(a)	32.5 (-1.7)	33.0 (1.5)	19.2 (4.8)	6.9 (-0.9)	3.4 (-1.4)	3.0 (-1.4)	2.0 (-1.3)	175.16***
Monoparental	19.6 (-3.2)	51.5 (4.5)	8.2 (-0.3)	10.3 (0.5)	2.1 (-1.5)	3.1 (-0.9)	5.2 (0.7)	
Complexa	40.4 (.1)	23.1 (-1.0)	9.0 (0.0)	7.1 (-0.8)	11.5 (3.0)	4.5 (-0.4)	4.5 (0.5)	
Várias pessoas não aparentadas	36.0 (-0.3)	12.0 (-1.5)	36.0 (4.5)	12.0 (0.5)	0.0 (-1.2)	0.0 (-1.1)	4.0 (0.1)	
Casal sem filhos	44.0 (1.3)	24.1 (-1.3)	4.5 (-3.0)	5.3 (-2.4)	11.6 (4.8)	5.5 (0.3)	5.0 (1.4)	
Casal com filhos	43.1 (1.2)	25.7 (-0.8)	7.7 (-1.1)	12.0 (2.6)	2.1 (-3.7)	6.4 (1.3)	3.0 (-0.9)	

*p<.05; ** p<.01; *** p<.001.

Fonte: TFRS (2010); análises próprias

Entre os inquiridos que vivem em conjugalidade, independentemente de serem casados ou viverem em união de facto, constatamos uma sobrerrepresentação das configurações “conjugal-extensa”, “feijoeiro-descendente” e “nuclear-aberta”. Entre os inquiridos que não vivem atualmente com o cônjuge e que são viúvos há uma sobrerrepresentação da configuração “nuclear-fechada”, em particular na sua versão monoparental, e da “orientada para filhos adultos”. Entre os inquiridos que não vivem em conjugalidade e que são solteiros, os dados mostram que existe uma forte associação com as configurações “amizade e ascendentes” e “orientada para fratria”. Finalmente, os inquiridos que não vivem com o cônjuge, sobretudo inquiridos divorciados ou casados (estes últimos, por exemplo, por motivos de emigração), estão mais associados com as configurações “nuclear fechada” ou “amizade e ascendentes”. Finalmente, o tipo de agregado doméstico no qual os inquiridos viviam no momento do inquérito também está fortemente associado com o tipo de configuração apresentada. Por exemplo, os inquiridos que vivem sozinhos ou aqueles que vivem com pessoas não aparentadas estão mais associados à configuração “amizade e ascendentes”. Por outro lado, aqueles que vivem num agregado familiar complexo estão mais associados com a configuração multigeracional “feijoeiro descendente”. Curiosamente, os inquiridos que vivem em casal sem filhos podem estar associados a duas configurações bastante diferentes: a “conjugal-extensa” e a “feijoeiro descendente”. Este efeito parece estar relacionado com a idade dos inquiridos. Sendo que no primeiro caso trata-se de inquiridos que ainda não fizeram a transição para a parentalidade e o segundo caso corresponde a inquiridos que estão a experimentar o ninho vazio, ou seja, indivíduos a viver em casal que co-residiam previamente com os filhos, mas cujos filhos deixaram o agregado doméstico.

Como podemos verificar, a coorte de nascimento e os efeitos de geração e de ciclo de vida que esta encerra, bem como os contextos diferenciados associados quer às condições estruturais quer às circunstâncias familiares, moldam os tipos de configuração relacional nos quais os indivíduos estão embebidos.

4. Discussão e conclusões

Este artigo teve como principal objetivo compreender e analisar a pluralização das redes pessoais na sociedade portuguesa, adotando, para esse efeito, uma perspetiva do

percurso de vida. Por um lado, pretendemos mapear a diversidade de configurações das redes pessoais através da inclusão de diferentes tipos de laço de parentesco e de não-parentesco. Desta forma, quisemos averiguar a extensão da pluralização e avaliar a centralidade do modelo nuclear na sua composição, bem como a complexidade dos mecanismos geradores de proximidade relacional. Por outro lado, interessava-nos compreender de que forma a pluralização das redes pessoais se sustenta em lógicas associadas ao percurso de vida e, portanto, procurámos compreender o papel da coorte de nascimento, mas também de fatores estruturais e familiares, na diversidade dos tipos de configurações encontrados.

Em relação à primeira questão de pesquisa, concluímos que as redes pessoais podem assumir uma diversidade de configurações manifestada através da combinação de diferentes tipos de laço, e por conseguinte, assente em diversos mecanismos de proximidade relacional. No presente estudo encontramos sete tipos de rede: a “conjugal extensa”, a “nuclear fechada”, a “amizade e ascendentes”, a “orientada para fratria”, a “nuclear aberta”, a “feijoeiro-descendente” e a “orientada para filhos adultos”. Esta diversidade de configurações resulta de uma articulação complexa de diversos mecanismos de proximidade: a restrição a elementos da família nuclear ou o alargamento a familiares mais distantes; a abertura ou fechamento da rede aos não-parentes (sobretudo, aos amigos); e a organização genealógica vertical ou horizontal segundo uma orientação ascendente, descendente ou colateral. No que toca à extensão da pluralização, por um lado, encontramos uma diversidade de configurações que vão para além dos limites da co-residência e do modelo de família nuclear. Por outro, a família nuclear - sobretudo os elementos da família de procriação, mas também os membros da família de orientação - permanece como uma referência na construção das redes pessoais. No entanto, apenas dois tipos de configuração, a “nuclear-fechada e a “orientada para filhos adultos”, se restringem a estes elementos. As restantes configurações incluem outro tipo de laços, quer aqueles associados a parentes mais distantes, quer mesmo a não-parentes. Nas redes “conjugais-extensas” o foco da configuração é o laço conjugal e os pais de ambos os elementos do casal, enquanto na “amizade e ascendentes” os indivíduos referem os pais, mas incluem os amigos na mesma medida. Portanto, estas redes estão organizadas num sentido ascendente, tendo por base uma estrutura nuclear associada à família de origem, mas ao redor da qual gravitam também outros tipos de laço considerados como próximos. Outras três

configurações são compostas pelos elementos da família de procriação, sendo, contudo, alargadas aos irmãos e a outros colaterais (“orientada para fratria”), aos amigos (“nuclear aberta”) ou aos netos e às noras e aos genros (“feijoeiro descendente”). Portanto, contrariando a hipótese do isolamento da família nuclear, as redes pessoais são plurais e raramente se restringem a esta estrutura, resultando da combinação de vários laços que se tornam salientes ao longo do percurso de vida. No entanto, a família nuclear permanece como uma referência normativa incontornável.

Isto conduz-nos à nossa segunda questão de pesquisa, sobre a construção social das redes pessoais. Dito de outra forma, contrariamente às ideias veiculadas pelas teorias da individualização, as escolhas relacionais não resultam apenas do exercício da agência individual. São também condicionadas pelos contextos vivenciais. Os resultados empíricos mostraram que a coorte de nascimento, a classe social e fatores biográficos estão associados diferencialmente aos sete tipos de rede. Neste sentido, a diversidade das redes pessoais é moldada, sobretudo, pelo ciclo de vida e as transições que cada grupo etário estava a atravessar ao momento do inquérito, bem como pela sua *pool* de parentes e pelos seus *backgrounds* geracionais. Por outro lado, a classe social assumiu-se também como uma coordenada essencial para compreender esta construção diferencial das relações pessoais, em particular a permeabilidade das redes a não-parentes. Os indivíduos com qualificações mais elevadas são aqueles que, provavelmente devido à vivência de contextos mais diversificados ao longo do seu percurso, integram mais amigos nas suas redes de relações próximas. Finalmente, as circunstâncias familiares revelaram-se determinantes na variação dos tipos de configuração. Por exemplo, é interessante verificar que indivíduos pertencentes à mesma coorte de nascimento (1970-1975) estão associados a três configurações diferentes: “amizade e ascendentes”, “conjugal extensa” e “orientada para fratria”. No entanto, se atentarmos no papel da conjugalidade e da parentalidade conseguimos perceber como o facto de não viver em conjugalidade leva os indivíduos a centrarem-se nos pais e nos amigos (“amizade e ascendentes”); e que o facto de viver em conjugalidade, mas não ter experienciado ainda a transição para a parentalidade leva o indivíduo a focar-se no casal e nos pais de ambos os lados (“conjugal extensa”); enquanto o facto de viver em conjugalidade e ter filhos aproxima os indivíduos dos irmãos e da família dos irmãos (“orientada para fratria”).

GOUVEIA, Rita (2006), “Redes pessoais em Portugal numa perspectiva do percurso de vida”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 133 - 151

Em suma, estes resultados mostram que, apesar de os indivíduos serem dotados de uma flexibilidade relacional, a construção das redes de relações próximas não acontece num vácuo social, mas é contingente à interseção do tempo biográfico, estrutural e familiar. É precisamente devido a estes aspetos que a mobilização da perspectiva do percurso de vida pode ser particularmente pertinente para compreender os contornos da pluralização das redes pessoais nas sociedades contemporâneas.

Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ALLAN, Graham A. (2001), “Personal relationships in late modernity”, in *Personal Relationships*, 8 (3), pp. 325-339.
- (2008), “Flexibility, friendship, and family”, in *Personal Relationships*, 15 (1), pp. 1-16.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine; LAPIERRE, Nicole; SEGALEN, Martine (2002), *Le Nouvel Esprit de Famille*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2001), *Individualization: Institutionalised Individualism and its Social and Political Consequences*, London, Sage Publications.
- BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (1998), “On the way to a post-familial family: from a community of need to elective affinities”, in *Theory, Culture and Society*, 15 (3-4), pp. 53-70.
- BENGSTON, Vern; BIBLARZ, Timothy; ROBERTS, Robert (2001), *How families still matter? A longitudinal study of youth in two generations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BIDART, Claire; LAVENU, Daniel (2005), “Evolutions of personal networks and life events”, in *Social Networks*, 27 (4), pp. 359-376.
- BONVALET, Catherine; LELIÈVRE, Eva (2013), “Significant Others and the dynamics of the family network (from the *Proches et Parents* survey to the *Biographies et entourage* survey)”, in *International Review of Sociology*, 23 (1), pp. 8-26.
- BRUCKNER, Hannah; MAYER, Karl (2005), “De-Standardization of the Life Course: What it Might Mean? And if it Means Anything, Whether it Actually Took Place?”, in *Advances in Life Course Research*, 9, pp. 27-53.
- CUNHA, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

GOUVEIA, Rita (2006), “Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 133 - 151

DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel (1994), *Les réseaux sociaux*, Paris, Armand Colin.

ELDER, Glen H. (1994), “Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course”, in *Social Psychology Quarterly*, 57 (1), pp. 4-15.

ELDER, Glen H.; JOHNSON, Monica K.; CROSNOE, Robert (2003), “The Emergence and Development of Life Course Theory”, in Jeylan Mortimer; Michael Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer, pp. 3-19.

ELIAS, Norbert (2010), *The Society of Individuals*, Dublin, UCD Press.

EVANS, Karen (2002), “Taking control of their Lives? Agency in Young Adulthood Transitions in England and the New Germany”, in *Journal of Youth Studies*, 5 (3), pp. 245-269.

FINCH, Janet (2007), “Displaying families”, in *Sociology*, 41 (1), pp. 65-81.

GIDDENS, Anthony (1992), “The transformation of intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism”, *Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.

GOUVEIA, Rita (2014), *Personal networks in Portuguese society: A configurational and lifecourse approach*, Tese de doutoramento, Lisboa, ICS-ULisboa. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/15607>.

GOUVEIA, Rita; WIDMER, Eric D. (2014). “The salience of kinship in personal networks of three cohorts of Portuguese people”, in *Families, relationships and societies*, 3 (3), pp. 355-372.

KELLERHALS, Jean; WIDMER, Eric D. (2005), *Familles en Suisse. Nouveaux Liens*, Lausanne, Savoir Suisse.

MORGAN, David (2011), *Rethinking Family Practices*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

NICO, Magda (2011), *Transição biográfica inacabada: Transições para a vida adulta em Portugal e na Europa na perspectiva do curso de vida*. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8365>.

PAHL, Ray; SPENCER, Liz (2004), “Personal communities: not simply families of ‘fate’ or ‘choice’”, in *Current Sociology*, 52 (2), pp. 199-221.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. (1956), *Family, Socialization and Interaction Process*, Glencoe, IL, Free Press.

PORTUGAL, Sílvia (2014), *Família e Redes Sociais: Ligações Fortes na Produção de Bem-Estar*, Coimbra, Almedina.

RAMOS, Vasco (2015), *Percurso de vida em Portugal: O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias familiares e profissionais*, Tese de doutoramento, Lisboa, ICS-ULisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22513>.

SCOTT, John (2000), *Social Network Analysis*, London, SAGE Publications.

GOUVEIA, Rita (2006), “Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 133 - 151

SMART, Carol (2007), *Personal Life: New directions in Sociological Thinking*, Cambridge, Polity.

SMART, Carol; NEALE, Bren (1999), *Family Fragments?*, Cambridge, Polity Press.

SMART, Carol; SHIPMAN, Beccy (2004), “Vision in Monochrome: families, marriage and the individualization thesis”, in *British Journal of Sociology*, 55 (4), pp. 491-509.

WALL, Karin; GOUVEIA, Rita (2014), “Changing meanings of family in personal relationships”, *Current sociology*, 62 (3), pp. 352-373.

WIDMER, Eric D. (2006), “Who are my family members? Bridging and binding social capital in family configurations”, in *Journal of Personal and Social Relationships*, 23 (6), pp. 979-998.

WIDMER, Eric D. (2010), *Family configurations: A Structural Approach to Family Diversity*, London, Ashgate.

Rita Gouveia. Université de Genève, Swiss National Centre of Competence in Research “Overcoming Vulnerability: Life Course Perspectives” (NCCR LIVES). Corresponding address: Boulevard du Pont-d’Arve 40, 1205 Genève, Suisse. Email: rita.gouveia@unige.ch

Artigo recebido de março de 2016. Publicação aprovada em 15 de agosto de 2016

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO-JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence,

bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrônico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>

g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.

i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em

Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt